



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Diário da Sessão**

**IX Legislatura**

**Número: 148**

**IV Sessão Legislativa**

**Horta, quinta-feira, 6 de setembro de 2012**

**Presidente:** Deputado Francisco Coelho

**Secretários:** Deputados José Ávila e Mark Marques (*substituído no decorrer da sessão pelo Deputado António Pedro Costa*)

**Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.*

**1 - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 – “alteração ao anexo (Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca – FUNDOPESCA) do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de maio”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Zuraída Soares, iniciou-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*), Pedro Medina (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como do Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

**2 - Projeto de Resolução n.º 36/2012 – “resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que, na sua qualidade de único acionista do grupo SATA, dê instruções para aumentar a frequência de ligações aéreas e o número de tarifas promocionais nas rotas entre os Açores e o Continente”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP;

Iniciado o debate com a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), usaram seguidamente da palavra a Sra. Secretária Regional da Economia (*Luísa Schanderl*) e os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Francisco César (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), José Cascalho (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Deputado Vasco Cordeiro (*PS*).

Usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*), seguido de um contraprotesto pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*).

Ainda para defesa da honra usou da palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*).

Submetido à votação o Projeto foi aprovado por unanimidade.

**3. Discussão do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito à Atividade do Serviço Regional de Saúde e Entidades Públicas Empresariais sob sua tutela;**

Apresentado o relatório pela Sra. Deputada Nélia Amaral, relatora da Comissão, iniciou-se o debate no qual participaram o(a)s Sr(a)s. Deputado(a)s Zuraída Soares (*BE*), Pedro Gomes (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), José Cascalho (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

**4- Anteposta de Lei n.º 3/2010 – “Estabelece o Regime do Referendo Regional”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PCP;

O debate na generalidade incidiu sobre o diploma apresentado pela Representação Parlamentar do PCP e nele participaram o(a)s Sr(a)s.

Deputado(a)s Aníbal Pires (*PCP*), Hernâni Jorge (*PS*), João Costa (*PSD*) e Zuraida Soares (*BE*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Seguiu-se a votação da proposta de substituição apresentada pela Comissão Eventual, a qual foi aprovada por unanimidade.

A câmara aprovou ainda por unanimidade uma proposta para que o debate na especialidade incidisse sobre a proposta apresentada pela Comissão Eventual.

Seguiu-se o debate na especialidade no qual participaram o(a)s Sr(a)s. Deputado(a)s Zuraida Soares (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

O penúltimo ponto, o **pedido de autorização para o Deputado Artur Manuel Leal de Lima se pronunciar por escrito, na qualidade de eventual responsável financeiro, sobre o anteprojeto de relatório da auditoria realizada ao município de Angra do Heroísmo – dívida pública e encargos plurianuais (relato de Auditoria - Processo n.º 11/104.02), que corre termos na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas**, foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de setembro**.

Para finalizar, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, fez um breve discurso no encerramento de mais uma legislatura.

*Os trabalhos terminaram às 18 horas e 18 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo, muito bom dia.

Vamos iniciar a nossa reunião plenária de hoje com a chamada.

*Eram 10 horas e 11 minutos.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Alzira Maria de Serpa e Silva**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Carlos Alberto Medeiros Mendonça**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cecília do Rosário Farias Pavão**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Alberto Valadão Vaz**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Hernâni Hélio Jorge**

**Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues**

**Joe Valadão Rego**

**José Gabriel Eduardo**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José de Sousa Rego**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**

**Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

**Nélia Maria Brito Nunes**

**Paula Cristina Dias Bettencourt**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Aida Maria Melo Amaral Reis**

**António Pedro Rebelo Costa**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

**Mark Silveira Marques**

**Paulo Jorge Silva Ribeiro**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

*Partido Popular (CDS/PP)*

**Abel Jorge Igrejas Moreira**

**Artur Manuel Leal de Lima**

**Luís Virgílio de Sousa da Silveira**

**Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa**

**Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho**

**Zuraida Maria de Almeida Soares**

*Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)*

**Aníbal da Conceição Pires**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Estão presentes 41 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos prosseguindo da nossa Agenda.

Segue-se o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 – “alteração ao anexo (Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca – FUNDOPESCA) do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de maio”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Vamos aplicar a nossa grelha de tempos habitual.

Dou a palavra ao Bloco de Esquerda, à Sra. Deputada Zuraida Soares, para apresentar o diploma.

**(\*) Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É a terceira vez que o Bloco de Esquerda traz a esta Assembleia uma proposta de alteração de alguns dos artigos do diploma que regula o FUNDOPESCA.

Nenhuma das vezes mereceu (nem desta vez, porque isso já está absolutamente explícito no relatório da Comissão) a aprovação do Partido Socialista e a compreensão da justeza e da justiça das propostas por parte do Governo Regional.

No entanto, trazemos aqui mais uma vez as propostas e continuaremos a fazê-lo tão teimosamente quanto o Governo Regional e o Partido Socialista teimosamente as têm reprovado.

Fazemo-lo em nome, sobretudo, de duas coisas:

Em nome da dignidade dos pescadores desta Região, em nome da transparência, da isenção e, portanto, da democracia das decisões governamentais nesta região, e em nome da sustentabilidade de um setor que incompreensivelmente, numa região arquipelágica com uma Zona

Económica Exclusiva de perder a vista, tem a classe piscatória na miséria, em grande parte dos casos, e sem futuro à vista.

São passados 10 anos da revelação do FUNDOPESCA.

Em 10 anos muita coisa mudou nesta Região, umas vezes para melhor, outras vezes para pior, sendo que, do ponto de vista do setor das pescas, aquilo que tem piorado é o rendimento dos pescadores.

O rendimento de grande parte dos pescadores tem piorado e é preciso que nós, deputados e deputadas desta casa, e membros do Governo, olhemos para esta realidade com olhos de ver e, sobretudo, a reconheçamos.

Penso que não era preciso ir muito mais longe. Bastaria que no caso, o Sr. Subsecretário das Pescas tivesse lido atentamente um magnífico relatório de diagnóstico feito ao setor das pescas pela bancada parlamentar do Partido Socialista, que tinha uma infinidade de recados diretamente dirigidos a V. Exa.

**Deputado Berto Messias (PS):** Contributos! É o que são efetivamente!

**A Oradora:** Eu chamo de recados. É uma questão semântica.

Até hoje, Sr. Subsecretário, o senhor não deu um único sinal de o ter lido, de o ter refletido e de o ter levado em consideração.

No entanto, toda esta Assembleia e todos os partidos da oposição representados reconheceram o valor do trabalho então feito. Quem não o reconheceu foi o Sr. Subsecretário.

É verdade que em 2006 foi o próprio Governo Regional a admitir que o montante de compensação atribuído aos pescadores, pela impossibilidade de saírem ao mar por mau tempo, era excessivamente pouco. Era miserável, para utilizar a verdadeira expressão.

Também por isso (e não só por isso) desde o ano 2009 o FUNDOPESCA tem sido atribuído no valor do Salário Mínimo Regional, e bem, do nosso ponto de vista.

Vá-se lá saber (pode ser uma coincidência, porque este ano atribuímos o do ano passado,) mas em 2009, 2010 e 2012, vezes em que o Bloco de Esquerda pôs este problema na agenda política, nomeadamente na agenda desta Assembleia, o FUNDOPESCA correspondeu ao Salário Mínimo Regional.

Mas há um problema. É que no dia em que o Governo Regional (este, o próximo ou qualquer outro) não quiser que ele corresponda, não há nada no diploma do FUNDOPESCA que obrigue a essa importância.

Ou seja, aquilo que mais uma vez o Partido Socialista e o Governo Regional, teimosamente, querem garantir é a absoluta discricionariedade do Governo e, no caso, do Sr. Subsecretário das Pescas.

Permita-me que lhe diga: discricionariedade é, de facto, uma característica, Sr. Subsecretário, que lhe assenta como uma luva.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** A vossa proposta é que é discricionária!

**A Oradora:** A realidade vivida pela comunidade piscatória nesta região obriga à clarificação e à alteração dos critérios de atribuição da compensação do FUNDOPESCA.

Os atuais critérios penalizam os pescadores em várias situações. Por exemplo, quando não podem trabalhar a bordo e se veem impedidos de exercer um trabalho eventual, mesmo no âmbito...

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Não é verdade!

**A Oradora:** Não é assim, mas é o que está lá escrito. É o que lá está, Sr. Subsecretário.

Este diploma tem que ser alterado para adequar a realidade à lei.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Isso é falso!

**A Oradora:** Nós vivemos num estado de direito e esta Região é uma região de direito.



A lei não pode dizer uma coisa e o senhor ou outro subsecretário qualquer fazer exatamente o contrário, mesmo que esteja a fazer melhor.

A lei tem que estar de acordo com a realidade, ou então, não há estado de direito.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** A senhora não leu bem!

**A Oradora:** Depois é incompreensível um pescador que está de baixa, que recebe uma baixa médica ou que recebe o Rendimento Social de Inserção, não possa simultaneamente acumular com o FUNDOPESCA na importância total que lhe é atribuído.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Não retiramos!

**A Oradora:** Peço-vos apenas que pensem numa coisa: o Rendimento Social de Inserção é atribuído, na maioria dos casos, às famílias dos pescadores por terem uma família numerosa (grande número de filhos) e auferirem baixos rendimentos.

Se os senhores lhes tiram o FUNDOPESCA porque não pode ser acumulado com outro tipo de apoios, aquilo que os senhores estão a fazer é juntar pobreza à miséria. Já é pouco, mesmo quando vão ao mar. Imaginem quando não vão!

Isto não faz sentido nenhum. Isto é uma penalização de uma classe que já por si, pela sua natureza e pelas suas características é frágil de todos os pontos de vista, é dependente de todos os pontos de vistas, e consideramos um abuso sobre a classe piscatória este tipo de comportamento.

Depois, dizer também que a propósito desta nossa proposta e da análise em Comissão, o Sr. Subsecretário das Pescas prestou declarações à Comunicação Social dizendo, entre outras barbaridades, permita-me que lhe chame assim, que a proposta do Bloco de Esquerda passaria a ser apenas um “subsídio de Natal fixo”.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** É, é!

**A Oradora:** É uma expressão do Sr. Subsecretário.

Sr. Subsecretário, se eu estivesse no seu lugar (na realidade não estou)...

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Ainda bem!

**A Oradora:** ... em vez de me preocupar com a eventualidade de um subsídio de Natal fixo, sabe com o que é que eu me preocuparia no setor que o senhor tutela?

Eu preocupar-me-ia com a precaridade absoluta com que a maioria dos pescadores trabalha nesta região.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Não é verdade!

**A Oradora:** Se há um setor precário nesta Região é a classe piscatória na sua grande maioria.

Eu preocupar-me-ia com a maioria dos trabalhadores nesta Região, que nem sequer têm um contrato de trabalho, recebem ao quinhão como na Idade Média. Porque não têm um contrato de trabalho, Sr. Subsecretário, não têm subsídio de férias nem de Natal.

Admira-me que o Sr. Subsecretário, governante de um Governo apoiado pelo Partido Socialista, se preocupe que haja um trabalhador nesta Região que recebe um subsídio de Natal.

Eu preocupar-me-ia também com os pescadores que nesta região, ao fim de 30 e 40 anos de trabalho, são obrigados a sobreviver com uma reforma de 180 euros.

Nada disto o preocupa, Sr. Subsecretário. Nunca o ouvi dizer uma palavra sobre esta matéria, ou estas matérias. Está preocupado que a proposta do Bloco de Esquerda,...

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Porque é uma má proposta!

**A Oradora:** ... possa ser entendida pelos pescadores como o subsídio de Natal fixo, o subsídio de Natal que o Sr. Subsecretário, eu e todas as

peessoas aqui presentes recebemos ao final de um ano de trabalho. Mas os pescadores não! A grande maioria deles não recebe.

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Eu também não recebi!

**A Oradora:** Nós não recebemos agora, mas não é porque isso não esteja na Constituição. É inconstitucional não termos recebido.

A inconstitucionalidade do Governo da República não desculpa o comportamento do Governo Regional.

Ficava-me por aqui, para já.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Lizuarte Machado tem a palavra.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de entrar propriamente no Projeto de Decreto Legislativo Regional, devo dizer, relativamente à afirmação da Sra. Deputada Zuraida Soares de que temos uma classe piscatória na miséria e sem fundo à vista, isso é completamente falso, como é óbvio. A prova de que isso é falso é que das 650 embarcações registadas na pesca, apenas 400 aderiram ao FUNDOPESCA.

Relativamente ao relatório que o Partido Socialista elaborou relativamente ao setor das pescas, e às recomendações que lá estão contidas, nas quais em tive um muito modesto contributo, relativamente ao FUNDOPESCA nós não propúnhamos nenhuma alteração das regras específicas.

Com as regras atualmente em vigor, para além de um subsídio de Natal, que é aquilo que é proposto, equivalente ao Salário Mínimo Regional, até se poderá ir muito além disso, porque o fundo poderá ser acionado muitas mais vezes do que uma única vez por ano, tal como está proposto.

Como sabemos, o Fundo de Compensação Salarial dos pescadores da pesca dos Açores prevê a atribuição de uma compensação, quando se verifique uma ausência total ou parcial da retribuição, em determinadas condicionantes, como o caso do mau tempo prolongado.

Não prevê, nem podia prever a atribuição de um salário mínimo a cada pescador, porque isso não teria qualquer critério e seria perfeitamente absurdo.

Reconheço, no entanto, a consistência do Bloco de Esquerda sobre essa matéria, que vai na terceira proposta sobre o mesmo assunto.

Nessas várias propostas, propõe a alteração das regras de aplicação deste fundo de apoio aos pescadores aderentes, sempre com o objetivo de que o montante da compensação seja equivalente à retribuição mínima mensal. Aqui, a nossa primeira discordância, porque com as regras atuais, até pode ultrapassar a compensação mínima mensal e ser atribuído mais do que uma vez por ano.

Justiça seja feita a um aspeto em que o Bloco de Esquerda sempre foi consistente em todas as três propostas que apresentou, que é de que esse fundo não seja acumulável com qualquer outro apoio financeiro com a mesma finalidade.

Portanto, há alguma consistência nesta matéria e algum realismo também.

Na última dessas propostas, que é a que estamos a analisar atualmente, pretende-se também que a compensação salarial seja atribuída uma vez por ano civil.

Nós não concordamos com isso. Discordamos, porque os atuais critérios penalizam os pescadores e os mesmos são desajustados relativamente à realidade regional.

A prova disso é que ao longo do funcionamento do FUNDOPESCA, ele já distribuiu mais de 4,8 milhões de euros, obviamente fazendo sempre a ligação direta entre a embarcação imobilizada e os tripulantes legalmente

nela matriculados. Portanto, isto não reina aqui qualquer anarquia. Referimo-nos aos tripulantes legalmente nela matriculados que constam do role de matrícula e exercendo a profissão em regime de exclusividade.

É claro que o objetivo de longo prazo, relativamente a fundos deste tipo, como é o caso do Fundo de Compensação Salarial dos pescadores, nos Açores, o objetivo de longo prazo não deve ser continuar a atribuir o apoio. O objetivo de longo prazo deve ser criar condições para que não haja necessidade de atribuir esse apoio.

Penso que nisso estamos todos de acordo. Mas também penso que estamos todos de acordo que, enquanto tal não acontecer, infelizmente isso não acontecerá tão cedo, por razões que todos nós conhecemos, este fundo deve manter-se e há aspetos em que deve ser melhorado.

Do meu ponto vista, um dos aspetos que deve ser significativamente melhorado é na aproximação da atribuição de subsídio ao momento em que realmente ele faz falta, no momento em que realmente as famílias necessitam dele.

Penso que esse é um dos aspetos que devemos tentar melhorar, porque essa questão, do meu ponto de vista, considero-a absolutamente fundamental.

Quanto à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, nós não nos revemos no seu articulado, desde logo, porque na maioria das questões ela é mais restritiva do que as regras atuais, por isso mesmo não iremos votar favoravelmente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado António Pedro Costa, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é a primeira vez que se apresenta nesta Assembleia propostas de alteração ao FUNDOPESCA.

O PSD, já no mandato anterior, pretendeu que o valor do FUNDOPESCA fosse equiparado ao Salário Mínimo Regional.

O presente Projeto de Decreto Legislativo Regional visa, assim, mais uma vez alterar algumas normas do atual diploma, penalizadoras dos pescadores, designadamente no estabelecimento do montante da compensação, a atribuição do fundo a quem se encontra de baixa médica de curta duração, a quem recebe o RSI ou se encontra em formação.

Não podemos vender ilusões, declarando aqui que se podem atribuir mais do que uma vez o FUNDOPESCA no ano.

Curiosamente, ou não, o PS já declarou na reunião, na Comissão de Economia, estar contra as propostas do Bloco de Esquerda.

No entanto, o candidato do PS veio admitir a necessidade de se proceder a alterações, anunciando até publicamente que pretende aperfeiçoar o FUNDOPESCA para acautelar situações de quebra de rendimento que não estão cobertas pelo FUNDOPESCA.

Interessante! Em tempo de eleições, é isso que se faz!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Veio assim ao encontro daquilo que é a grande aspiração dos pescadores. É que o montante do FUNDOPESCA seja equiparado ao salário mínimo regional e assim os pescadores não andem todos os anos de “chapéu na mão” a pedir, persistentemente, a atualização do valor da compensação salarial.

Por outro lado, questionamos os atuais critérios de atribuição deste fundo.

Estes são aprovados apenas no âmbito de uma ata do Conselho Administrativo e mais parece que a sua gestão é feita debaixo de um cesto, porque os critérios deveriam ser formalmente regulamentados pelo Governo como em qualquer estado democrático, pelo menos por Decreto Regulamentar e nunca por uma ata.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É preciso praticar a transparência em todo este processo e não ficarmos dependentes da vontade discricionária do Conselho Administrativo.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Por outro lado, na nossa opinião, a composição do Conselho Administrativo está muito governamentalizada, com representantes a mais das direções regionais, sendo preferível mais representantes do setor da pesca, como está estipulado, aliás, no artigo 7º do Decreto-Lei 311/99, a nível nacional, indo ao encontro das alterações propostas no presente Decreto Legislativo Regional.

O FUNDOPESCA não é uma esmola ou dádiva do Governo aos pescadores. Este fundo tem também o contributo direto de cada embarcação com o desconto que faz na LOTAÇOR no valor do pescado transacionado.

Por isso é um direito dos pescadores que muito precisam em alturas de carência e de falta de rendimentos devido, designadamente, às condições atmosféricas.

Para além disso, o rendimento líquido dos pescadores é cada vez mais precário.

Justificar o rendimento dos pescadores pelo aumento do valor bruto da primeira venda de pescada é confundir as pessoas com o respetivo rendimento líquido.

O rendimento dos pescadores só pode ser contabilizado após se retirar as despesas da pesca nas quais pesa fortemente os combustíveis, com um aumento nos últimos 10 anos superior a 120%, mais os aprestos, o isco, o gelo, os seguros, os encargos financeiros e as taxas para as diferentes entidades.

É rara a embarcação da pequena pesca que não deixa em lota 40 ou 50% do valor bruto da primeira venda, não falando até no pagamento dos

combustíveis que não é feito na lota, daí que o rendimento líquido dos pescadores seja substancialmente diminuto.

Este setor merece ser acarinhado e o diagnóstico, aliás, está feito, mesmo pelo PS, e debatido anteriormente nesta câmara.

Por este conjunto de razões é que importa lembrar que são menos de 20% dos pescadores que auferem rendimentos líquidos mensais superiores a 300 euros.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Não é verdade!

**O Orador:** Serão menos de 10% os que auferem mais de 500 euros, o que corresponde, neste caso, a um número muito reduzido dos que recebem o valor correspondente ao salário mínimo regional.

Curioso é que quem mais recorre ao FUNDOPESCA são os pescadores das ilhas maiores. Por isso nem todos eles querem aderir ao FUNDOPESCA.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Isso não é uma curiosidade, tem uma razão de ser!

**O Orador:** Faz-se, por exemplo, no caso do Pico, Sr. Deputado. Quantos pescadores aderiram ao FUNDOPESCA? A necessidade não é assim tanta. Por isso, em nosso entender e por todas estas razões, importa que estas alterações sejam aprovadas e implementadas desde já.

A aprovação destas alterações do FUNDOPESCA será um instrumento justo e terá um sentido profundo a favor dos pescadores dos Açores, que vivem dias difíceis, com rendimentos cada vez mais minguados.

Por isso, da nossa parte, vamos estar ao lado da aprovação destas alterações.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Sr. Subsecretário Regional das Pescas tem a palavra.

(\*) **Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



O FUNDOPESCA foi um regime criado pelo Governo do PS em 2012 e muito nos tem honrado, porque ao longo destes anos já atribuiu cerca de 5 milhões de euros.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Tem memória curta, Sr. Subsecretário!

**O Orador:** É mais do que 10 vezes aquilo que foi atribuído no continente no âmbito do FUNDOPESCA.

O FUNDOPESCA abrange vários tipos de situação de apoio: mau tempo, preservação de recursos, interdição de pesca por motivos de saúde pública ou defesa do ambiente, impossibilidade do exercício da faina ditada por condicionantes decorrentes do carácter migratório da espécie.

O FUNDOPESCA foi criado com várias possibilidades de apoiar os nossos pescadores, pese embora ainda apenas se tenham aplicado as condições de mau tempo.

A proposta do Bloco de Esquerda passou de 80 para 8, face às anteriores propostas.

A anterior proposta do Bloco de Esquerda dava apoio a qualquer pescador, de qualquer nacionalidade. Bastava parar nos portos dos Açores para ter direito ao subsídio do FUNDOPESCA, o que não fazia sentido nenhum.

A atual proposta é mais restritiva e mais discriminatória que a atual lei que está em vigor e vou explicar porquê.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito bem!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Como se fosse possível!

**O Orador:** Em primeiro lugar, no artigo 3º, a proposta tira a possibilidade dos pescadores poderem pagar com retroatividade os descontos para o FUNDOPESCA.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Diz o Sr. Subsecretário!

**O Orador:** É verdade, Sra. Deputada.

Também impõe a obrigatoriedade do pagamento durante um período de 12 meses, não permitindo que os armadores possam pagar os respetivos descontos de uma só vez e assim poderem ser abrangidos de imediato pelo FUNDOPESCA.

Ou seja, a proposta do Bloco de Esquerda é uma restrição a um direito que existe e que permite que os pescadores possam usufruir deste apoio logo na altura em que decidam começar a descontar.

Temos casos desses, Sra. Deputada. Temos casos de armadores que decidiram ser abrangidos pelo FUNDOPESCA, pagaram com retroatividade os seus descontos e tiveram direito ao FUNDOPESCA.

A vossa proposta não aceita essa situação.

Com esta solução, os pescadores só têm direito ao FUNDOPESCA depois de passados 12 meses de efetuarem os descontos.

Neste artigo 3º, a Sra. Deputada propõe o mínimo de 40 descargas em lota, nos últimos 12 meses, relativamente à data do requerimento.

Esta situação é mais restritiva que a atual situação, porque existem embarcações costeiras, Sra. Deputada, que efetuam marés de pesca com vários dias e que não atingem este número de descargas. Aliás, o que está previsto e foi aprovado, proposto pelos próprios pescadores, é que as marés de pesca fossem 30 descargas para as embarcações costeiras ou 25 mil euros.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Umas vezes é 60, outras vezes é 30!

**O Orador:** Sra. Deputada, as embarcações costeiras fazem marés de pesca que vão até às 2-3 semanas. Muitas vezes, uma embarcação tem 20 e tal descargas.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Quantas vezes foi dessa maneira?

**O Orador:** A vossa proposta é mais restritiva do que a atual lei em vigor.

**Deputado José San-Bento (PS):** A senhora está a fazer campanha eleitoral!

**Deputado Berto Messais (PS):** Começou com comício logo de manhã!

**Deputado José San-Bento (PS):** A senhora está aí porque nós quisemos!

**O Orador:** A alteração da vossa proposta não tem em conta a realidade regional.

Não temos razão para penalizar o acesso dos pescadores a este fundo.

No que respeita aos artigos 5º, 6º e 9º, a única solução que propõe o Bloco de Esquerda é a atribuição de um subsídio de Natal uma vez por ano, sem qualquer critério,...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E subsídio de Natal, de férias, ajudas de custo!

**O Orador:** ... situação com a qual não concordamos, porque achamos que o fundo deve ser ativado sempre que aconteçam situações que impeçam os pescadores de pescar, ou seja, mau tempo, preservação de recursos e alteração das rotas migratórias.

Só podemos dar apoio a partir do momento em que existem condições que impossibilitem a atividade da pesca.

Se no inverno houver bom tempo, ou no mês de novembro, sempre que estiver bom tempo, não há direito ao subsídio, porque não houve impossibilidade.

Mas se em janeiro ou fevereiro estiver mau tempo e voltar a fazer em julho, agosto ou novembro desse ano mau tempo, os pescadores poderão ter acesso ao FUNDOPESCA.

O atual diploma não limita o número de vezes por ano que este fundo pode ser acionado, nem as razões pelo qual ele é acionado.

O fundo pode ser acionado atualmente, as vezes que forem necessárias.

Este ano já acionámos o FUNDOPESCA no início do ano e podemos acioná-lo, se houver mau tempo em novembro e em dezembro.

A vossa proposta só permitia uma vez por ano e não permitiria abranger outro tipo de situações, como a preservação de recurso.

Esta é uma má proposta, sem qualidade técnica, que associa a realidade piscatória açoriana.

Foi feita em cima do joelho, sem analisar os prejuízos que traria para os pescadores.

É mais restritiva que a atual lei.

O Governo sempre esteve disponível para introduzir ajustamentos ao funcionamento deste fundo, desde que sirva para agilizar o fundo, mas é preciso que as propostas sejam feitas de forma equilibrada e justa. Não é o caso da proposta do Bloco de Esquerda.

A prova é a vontade política da introdução de critérios de análise, sugeridos pelos próprios pescadores, que são aprovados em sede do Conselho Administrativo do FUNDOPESCA.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Por quem? Quem é que aprova? É o governo. Não são os pescadores.

**O Orador:** Pelos pescadores.

Sra. Deputada, foram os pescadores que propuseram os critérios, nos quais dizem que uma embarcação costeira pode fazer 30 descargas e tem direito ao Fundo.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Medina (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para tecer alguns considerandos sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Bloco de Esquerda e que visa a alteração do anexo do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca.

A primeira nota que gostaria de deixar tem a ver com o seguinte:

As coisas como tem estado até agora efetivamente não podem continuar, Sr. Subsecretário.

Se V. Exa. diz que esta legislação é a que melhor defende os interesses dos pescadores, na prática, através das queixas dos próprios pescadores no acionamento e na redistribuição, se assim podemos chamar, destes montantes que eles têm direito quando a situação climatérica assim o exige, estes mesmos rendimentos não estão sendo distribuídos a tempo e horas a quem deve usufruir deles no momento que está tendo dificuldade de obter os rendimentos, mesmo derivados da pesca. Se não vão ao mar, não podem pescar.

O FUNDOPESCA surge exatamente para compensar esta falta de rendimento da pesca.

Também gostaria de dizer a V. Exa. que esta não foi uma invenção do Governo Regional dos Açores.

Esta legislação, como bem sabem, é nacional e o Governo Regional dos Açores adaptou à Região e fez muito bem, com certeza, devido às nossas especificidades, uma lei nacional.

Penso que devemos meter as coisas no seu caminho certo e fazer a observação de que nem em tudo o Governo Regional dos Açores inova.

Das suas palavras, Sr. Subsecretário das Pescas, há uma nota que me parece que roda dentro do próprio setor, aliás, quando V. Exa. esteve na Comissão de Economia e eu perguntei-lhe porquê da divergência de opiniões e decisões entre as associações de pescadores, entre os sindicatos e a federação.

Queria chamar a atenção de V. Exa. de que essa divergência se calhar pode existir, mas tem um responsável. O responsável, neste caso, é o Governo Regional, nomeadamente a sua pessoa.

Se calhar há aquele interesse, da parte do Governo Regional, em que as coisas não funcionem de uma forma articulada, porque assim o Governo

Regional pode continuar a fazer aquilo que tem sido a sua atuação no setor das pescas, nomeadamente...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Foi a melhor intervenção que V. Exa. fez em todo este plenário!

**O Orador:** ... o quero, posso e mando!

Com esta posição não concordamos, somos totalmente contra.

Há que fazer alguma coisa em relação a este Fundo de Compensação.

Vou terminar, Sr. Presidente, com uma observação ao próprio diploma, nos subsídios ou apoios que são dados aos profissionais desta atividade, e tem a ver com a formação profissional.

Em 2008, o Partido Socialista resolveu fazer uma coisa a qual designou de “Fórum Açores 2013 – Ilhas de Futuro”.

Se bem se lembra, nesse fórum, uma das conclusões para o setor das pescas era muito objetiva. Dizia o seguinte:...

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** O senhor esteve lá!

**O Orador:** “É obrigatório investir na profissionalização e dignificação do setor. Ao contrário do que é feito no ensino generalizado, é imperativo que a formação do setor seja especificamente orientada para as características da pesca e lecionada na Região.

Numa primeira fase será dada prioridade aos pescadores existentes. No final da legislatura estará criado um Centro de Formação para a Pesca ou uma Escola Profissional de Pesca, sendo que qualquer dos modelos a definir posteriormente terá como incumbência a certificação acreditada dos profissionais da pesca”.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** O que é que isso tem a ver com este projeto de resolução?

**O Orador:** “Através desses passos será reaberta a possibilidade dos jovens entrarem na profissão por opção e não como uma última alternativa.

Este ciclo de abandono da pesca apenas pode ser quebrado com a dignificação da atividade”.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** A conclusão do fórum diz, no seu último parágrafo, o seguinte: “O Partido Socialista quer continuar a governar os Açores, agora numa etapa decisiva do processo de desenvolvimento humano e económico da Região”.

Sr. Subsecretário, em relação a esta matéria, em relação à formação profissional, o que é que o Governo Regional fez nos últimos quatro anos em relação ao setor das pescas?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** O que é que isso tem a ver com o FUNDOPESCA? Não tem nada! Mais uma intervenção dessas, e o senhor vai para o PCP!

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta iniciativa do Bloco de Esquerda, quero começar por dizer que vai ter o apoio do PCP, embora consideremos...

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Embora custe muito!

**O Orador:** ... que ela é casuística.

*(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estevão)*

**O Orador:** O senhor já cá está? Já chegou?

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, faça a sua intervenção.

**O Orador:** Sendo que esta proposta é casuística, no entanto, e no nosso parecer, é positiva e vai merecer o nosso apoio.

A questão do FUNDOPESCA e o apoio através de mecanismos deste tipo é para nós uma medida paliativa, não resolve o problema do setor, da dignificação dos profissionais da pesca.

Na nossa opinião é fundamental que o setor seja dignificado, designadamente os seus profissionais, os pescadores. Isso só pode ser feito conjugando dois fatores que nos parecem essenciais:

Um deles, a formação. É fundamental a formação. Por isso vamos retomar uma antiga proposta do PCP, de propor uma escola de pescas para a Região.

A outra tem a ver com a questão de uma distribuição mais equitativa da riqueza que é gerada na pesca.

Sabemos que o valor do pescado, quando é comercializado na última venda, atinge valores importantíssimos, e sabemos qual é o valor da primeira venda.

Há aqui um valor que tem de ser distribuído de forma mais equitativa.

A Representação Parlamentar do PCP tem também consciência de que na região estas questões são diversas. Os problemas da Ilha de São Miguel e da Ilha Terceira não são certamente os mesmos problemas em termos até da distribuição do rendimento nas Ilhas de São Jorge, do Pico, do Faial e mesmo das Flores e do Corvo.

São certamente diferentes e é necessário também atender a estas realidades diversas.

Mas não tenhamos dúvidas de que relativamente ao FUNDOPESCA é fundamental introduzir estas alterações, sendo que na nossa opinião isto é uma medida paliativa.



É, sobretudo, necessário que o Governo Regional deixe de utilizar o FUNDOPESCA como se fosse uma esmola que está a dar aos pescadores e que utilize o FUNDOPESCA para controlar o setor.

Isso não é aceitável, até porque o dinheiro do FUNDOPESCA é dos pescadores. Portanto, devem ser os pescadores. Para já é um direito, até porque o financiamento é dos pescadores.

Sr. Subsecretário, não pode V. Exa. e o seu Governo utilizarem o FUNDOPESCA como se isso fosse uma propriedade do Governo Regional, utilizarem para esmolar...

**Deputado José San-Bento** (*PS*): Não diga isso!

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Falta de sensibilidade democrática!

**O Orador:** ... e para controlar.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aliás, atente-se à forma como a Federação de Pescas, no seu parecer, se refere a esta iniciativa, numa clara subserviência àquilo que é a vontade do Subsecretário Regional das Pescas.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Quando não dizem o que o senhor quer, é subserviência!

**Orador:** Não, não! Vá ler e veja o que aquilo significa.

Numa clara subserviência ao Subsecretário Regional das Pescas. Isto não pode acontecer.

Não pode acontecer manterem um segmento da sociedade açoriana na miséria e utilizar essa miséria para controlar o setor. Isso não pode acontecer.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Têm que fazer o que o senhor manda!

**O Orador:** É lamentável que um Governo do Partido Socialista utilize esta metodologia para controlar aquele setor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como bem foi referenciado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, a questão aqui é que temos o Sindicato Livre dos Pescadores Marítimos e Profissionais Afins dos Açores, que dão um parecer que penso que é exemplar nesta matéria:

“Vem pelo presente este sindicato dar parecer, inequivocamente, favorável ao projeto de alteração do Decreto Legislativo”.

Diz mais:

“De facto, achamos essencial que o montante de subsídio do FUNDOPESCA seja equivalente à retribuição mínima regional, como pensamos igualmente ser fundamental a alteração dos critérios de atribuição do subsídio no sentido de uma maior abrangência”.

Eu considero que esta é, de facto, uma posição independente e uma apreciação correta em relação a esta posição.

Já não se percebe a Federação das Pescas dos Açores e o parecer que aqui é remetido.

Este parecer é um parecer envergonhado de quem está dependente do Governo Regional, de quem tem medo de chatear o Governo Regional...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Passada uma semana diz o contrário!

**O Orador:** ... e de quem está absolutamente condicionado pelo Governo Regional nesta matéria.

Esta é a imagem deste setor. É um setor que os senhores querem domesticar, mas as pessoas, aqui, neste setor como em todos os outros nos Açores, são livres, não se deixam condicionar e isto vale o que vale.

Isto significa que as pessoas estão a dizer aquilo que os senhores querem ouvir, mas os senhores não têm razão, estão a prejudicar gravemente este

setor, os senhores estão a prejudicar o rendimento dos pescadores e estão a ser profundamente injustos. Querem condicionar as pessoas.

Neste setor vive-se um ambiente de autêntica escravatura e de autêntica dominação política sobre as pessoas.

Tenho de terminar, mas nesse sentido o PPM apoia esta iniciativa.

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

**(\*) Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira conclusão a tirar de mais este debate, que não é diferente da conclusão tirada dos anteriores, é esta:

Claramente o Bloco de Esquerda não está sozinho, nem na crítica, nem na proposta, nem na avaliação negativa que faz da política de pescas existente nesta Região.

A política de pescas existente nesta Região é feita fundamentalmente de duas coisas: malabarices e contradições.

Penso que todos os outros partidos, à exceção do Partido Socialista, concordam nesta matéria.

Foi dito aqui que é falso que os pescadores estejam a passar dificuldades nesta Região.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Isso não foi dito!

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados, já nem é preciso andar na rua e nas comunidades piscatórias das duas maiores ilhas da nossa Região de olhos abertos.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** É mais uma “malabarice” sua!

**A Oradora:** Basta ler os jornais da nossa Região e assistir aos telejornais da RTP Açores, para todos percebermos, mesmo os mais desatentos, que os pescadores nesta Região estão, sim senhor, a passar por dificuldades redobradas;

Estão, sim senhor, sem dinheiro para garantir a sua dignidade e a sobrevivência das suas famílias;

Estão, sim senhor, à espera que a política de pescas nesta Região mude.

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Os pescadores têm uma profissão digna!

**A Oradora:** Foi dito também aqui que o FUNDOPESCA pode ser acionado mais vezes durante o ano.

Pois pode, Sr. Subsecretário!

Mas onde é que está escrito no diploma quantas vezes pode?

Não está lá! Sabe porquê?

Porque o senhor quer decidir sozinho quando é que aciona, em que mês é que aciona, quantas vezes aciona. É esse o seu poderzinho pessoal e é dele que o senhor não quer abdicar, por isso não quer pôr isto no diploma.

**Deputado José San-Bento (PS):** A senhora ainda não percebeu a lógica disso!

**A Oradora:** Faço-lhe uma pergunta:

“Pode ser acionado 20 vezes”.

Quantas vezes nesta Região foi acionado tantas vezes, ou as vezes que o senhor quiser, como importância acima do Salário Mínimo Regional? Essa é que é a questão.

O Sr. Subsecretário pode acioná-lo 20 vezes, dando 30 cêntimos ou 30 euros de cada vez. Não é isso que está em questão. Isso, mais uma vez, é discricionarismo.

Ponha na lei quantas vezes e com que importância.

Esteja disponível para, humildemente perder esse poder que o senhor usa como arma para pôr os pescadores dependentes das suas decisões.

**Deputado João Costa (PSD):** Apoiado!

**Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** A vossa proposta é irrealista

**A Oradora:** “É necessário criar condições para que não seja preciso atribuir o FUNDOPESCA.”

Nada mais verdadeiro!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Aliás, basta olhar para a políticas das pescas para ver o que o Partido Socialista pensa disto!

**A Oradora:** Todos subscrevemos isto nesta câmara.

Tem uma condição, Sr. Subsecretário. Sabe qual é? Mudar de política de pescas e eu não vejo outra maneira senão mudar de Subsecretário.

Como isso naturalmente irá acontecer, independentemente do resultado das eleições em outubro...

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Se calhar não!

**Deputado José San-Bento (PS):** Ou não!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não, não!

**A Oradora:** ... vou dizer-lhe que essa é a melhor notícia para a pesca na Região Autónoma dos Açores.

Finalmente, Sr. Subsecretário, vou dizer-lhe uma coisa:

Diz o senhor que a nossa proposta “é uma proposta sem qualidade técnica e feita em cima do joelho”.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Também não se pode dizer? Também não gosta?

**A Oradora:** Pois eu também tenho uma coisa para lhe dizer, Sr. Subsecretário:

Todos os governos têm boas decisões e más decisões; todos os governos têm setores e departamentos com melhores políticas e outros com piores políticas.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Uns com boas propostas e outros com más propostas!

**A Oradora:** Ou seja, todos os governos têm coisas melhores e coisas piores.

A pior coisa que este Governo Regional tem é o Sr. Subsecretário das Pescas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Deputado Francisco César (PS):** Desde ontem que a Sra. Deputada ficou assim!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Credo, Sra. Deputada! Que falta de elegância!

**Presidente:** Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

(\*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste debate chegámos à conclusão que há necessidade de que o atual normativo deve ser dado, para ir ao encontro da justiça das pretensões dos pescadores e daquilo que as oposições vieram aqui transmitir.

Há aqui uma clara noção de que este normativo não pode ficar só na cabeça do Sr. Subsecretário, nem na cabeça do atual Conselho Administrativo.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Por isso, há necessidade de regulamentar.

Estamos num Estado de direito e precisamos todos de saber o que é que cada um conta em termos de apoios, daí que seja necessário que se faça exatamente essa regulamentação para imprimir maior clareza ao FUNDOPESCA.

**Deputado Berto Messias (PS):** Aliás as sucessivas propostas do PSD para o FUNDOPESCA foram muito boas. Não existiram!

**O Orador:** Temos até informações de que há muitos pescadores, de acordo com a legislação, que recebem Rendimento Mínimo ou em termos de compensação do dever diferencial. Mas há pescadores que recebem o Rendimento Mínimo e outros que não recebem. Daí que há uma grande insatisfação pela injustiça que se cria nestas situações.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Em nosso entender, só com um equilibrado e transparente FUNDOPESCA com o montante de atualização bem claro, bem regulamentado, é que se poderá dignificar o trabalho de uma atividade que merece maior carinho e apoio por parte do Governo dos Açores.

Na prática, a atual legislação é por isso desadequada e nós, enquanto não chegarmos a esta nova fase que está a chegar na nova legislatura, era bem possível que os Srs. Deputados do PS pudessem pôr a mão na consciência e votar estas propostas, porque certamente na próxima oposição vão ter oportunidade de o fazer.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Bom, bom, era os senhores fazerem uma proposta!

**Deputado Berto Messias** (*PS*): As propostas do PSD contribuíram em muito!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Sr. Subsecretário Regional das Pescas tem a palavra.

(\*) **Subsecretário Regional das Pescas** (*Marcelo Pamplona*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há uma verdade que é indesmentível, que é os números.

Este Regulamento do FUNDOPESCA atribuiu perto de 5 milhões de euros aos nossos pescadores.

Se formos comparar com o período anterior a este da implementação do FUNDOPESCA, se calhar veríamos que os nossos pescadores tinham recebido zero até essa altura. Esse é um facto indesmentível.

Foi este Governo, foi o Governo do PS, que introduziu este mecanismo de apoio aos pescadores.

Por outro lado, quero frisar bem aqui, e não foi referido pela Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, que esta proposta do Bloco de Esquerda é pior para os pescadores, muito pior. Primeiro, porque propõe um critério de descargas muito mais restritivo do que o atual; segundo, porque não permite que uma determinada embarcação, os armadores e os pescadores daquela embarcação, possam aderir de imediato ao FUNDOPESCA. Obriga-os a estar à espera 12 meses. Isso não é correto.

É uma proposta mal feita, mal elaborada.

Quando a Sra. Deputada diz que os pescadores que têm Rendimento Social de Inserção não recebem FUNDOPESCA eu vou ler-lhe aquilo que foi efetuado na última ata...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Outra vez uma ata, Sr. Subsecretário?!

**O Orador:** ... e que clarifica bem essa situação:

“Os pescadores não beneficiam de pensões de reforma, subsídio de doença, desemprego e Rendimento Social de Inserção.

Nos casos em que o valor do subsídio de doença ou o Rendimento Social de Inserção seja inferior ao Salário Mínimo Nacional, ser-lhes-á atribuída uma compensação correspondente à diferente entre os dois valores”.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** A última ata! A 23!

**O Orador:** A Sra. Deputada leu isto porque lhe foi entregue, mas não quis referir. Fingiu que não existia.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** A 22 é que não foi, Sr. Subsecretário!

**O Orador:** Os critérios do FUNDOPESCA são atribuídos de acordo com todos os pescadores e com todos os sindicatos.

Era apenas para referir esta nota, a forma injusta como esta proposta do Bloco de Esquerda iria transformar o FUNDOPESCA.

Muito obrigado.

**Deputado João Costa (PSD):** Mais uma vez o PS deixa mal os pescadores!



**Presidente:** Creio não haver mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, o diploma foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 12 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Vamos passar para o ponto seguinte da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 36/2012 – “resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que, na sua qualidade de único acionista do grupo SATA, dê instruções para aumentar a frequência de ligações aéreas e o número de tarifas promocionais nas rotas entre os Açores e o Continente”.**

Trata-se de um Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Deu entrada, há pouco, e foi distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados, uma proposta de substituição integral desta Resolução e é essa que deve ser considerada.

Vamos usar a nossa grelha de tempos habitual.

Para apresentar o diploma dou a palavra ao CDS-PP, mais concretamente ao Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS não precisou esperar, nem esperou nunca, por vésperas de eleições para fazer propostas nesta casa que visassem o abaixamento de tarifas aéreas entre os Açores e o Continente e entre as ilhas dos Açores.

Não viemos em véspera de campanha eleitoral fazer promessas de abaixamento de tarifas.

Fizemos ao longo desta legislatura várias propostas para o abaixamento de tarifas, quer com tarifas promocionais, quer com tarifas promocionais para estudantes residentes nos Açores e também para portadores do Cartão Jovem. Julgo que é isso que os açorianos apreciam, o trabalho feito e desenvolvido durante a legislatura, que deu os seus frutos e benefícios às famílias açorianas.

Mais uma vez o CDS, exercendo aquele que deve ser o dever de uma oposição, faz uma proposta com vista a baixar as tarifas aéreas. Não nos ficamos por promessas eleitorais e para quando formos governo.

O nosso trabalho é diário nesta casa e por isso apresentamos hoje mais um Projeto de Resolução que visa recomendar ao Governo medidas importantíssimas para melhorar não só as tarifas, mas também as ligações aéreas entre os Açores e o Continente.

Assim, propomos que a SATA Internacional ou a companhia que explora a rota, realize:

No próximo Verão Iata dois voos de ida e volta, diretos, entre a Ilha Terceira e o Porto;

Que no Inverno Iata realize semanalmente um voo de ida e volta, direto, entre a Terceira e o Porto, no âmbito das novas obrigações de serviço público;

Que, até à revisão dessas obrigações de serviço público, a SATA realize, no Inverno Iata um voo semanal entre a Terceira e o Porto;

Que a SATA Internacional reponha também no Inverno IATA essa ligação que deixou de ser feita matinalmente.

Também propomos (muito importante, extremamente importante!) para a Ilha do Pico que a SATA Internacional ou a companhia que explora a rota

realize dois voos semanais entre a Ilha do Pico e Lisboa, durante todo o ano, no âmbito das novas obrigações de serviço público.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Muito bem!

**O Orador:** É fundamental que a Ilha do Pico seja bem servida. Se me permitem um eleitoralismozinho, porque também tenho direito,...

*(Risos do Deputado Jorge Macedo)*

... é fundamental que os picoenses pensem em quem vão votar nas próximas eleições e em quem faz propostas, aqui, concretas, para aumentar, melhorar as ligações aéreas entre o Pico e Lisboa.

Extremamente importante também é o nº 5 desta Resolução. Como sabem, as tarifas promocionais são pelo menos 10% dos lugares disponíveis. O CDS propõe que seja aumentado para, pelo menos, 20%. É um aumento substancial das tarifas promocionais por rota, que vem ajudar as famílias que têm dificuldades.

Temos aqui um conjunto de propostas sérias, fundamentadas e exequíveis que são possíveis começar já a operacionalizar no próximo Inverno Iata.

Espero que do Governo da República seja dado celeridade a estas medidas e que as novas obrigações do serviço público sejam implementadas rapidamente, porque só vão beneficiar os açorianos.

Eu não digo, nem anuncio, que ponho as pessoas em primeiro lugar.

O CDS toma medidas concretas e objetivas que colocam as pessoas em primeiro lugar.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Muito bem!

**O Orador:** Esta Resolução é mais um exemplo da postura que o CDS tem tido nesta casa. Não temos uma postura de oposição por oposição.

Apenas pedimos aos açorianos que julguem o nosso trabalho, as nossas propostas, que temos feito sempre aqui, continuamente, a favor dos açorianos.

São propostas que não custam um tostão ao Governo da República. O Governo da República apenas tem que ter a sensibilidade para com os Açores e, sobretudo, tem que dar o seu contributo para a coesão e continuidade territorial.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Não se tem esforçado muito!

**O Orador:** Não precisa ser depois de 14 de outubro. Pode ser antes.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Rosa** (*CDS/PP*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para participar no debate.

Desde já tenho inscrita a Sra. Secretária Regional da Economia.

Tem a palavra.

(\*) **Secretária Regional da Economia** (*Luísa Schanderl*): Muito bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta agora apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS está em parte contemplada na proposta de obrigações de serviço público que está em discussão há cerca de um ano.

Como é do conhecimento de todos já foi apresentada ao Governo da República.

Finalmente, temos uma data marcada para uma reunião onde se iniciará, provavelmente, o primeiro debate, que será no dia 12 deste mês.

Esta proposta de obrigações de serviço público que foi apresentada ao Governo da República contempla, em muito, as pretensões do CDS-PP.

Vejamos:

No caso das frequências, na nossa proposta é aumentada uma frequência Lisboa/Terceira, semanal. Portanto, passa para 5 frequências. A nossa proposta vai para além da proposta do CDS-PP.

**Deputado José San-Bento (PS):** Até parece que foi copiado!

**A Oradora:** Na rota Porto/Ponta Delgada, mais uma frequência durante todo o ano.

Na rota Porto/Terceira, tal como a proposta agora apresentada, uma frequência semanal durante todo o ano.

Na rota Lisboa/Pico e Lisboa/Santa Maria duas frequências semanais durante todo o ano.

Em termos de frequências não podemos deixar de concordar com a proposta.

Em termos de tarifas, a nossa proposta, como é do conhecimento de todos, introduz uma tarifa que vai permitir uma redução, cerca de 40% para as passagens dos residentes e dos estudantes.

Para além disso, em termos de tarifas promocionais, e contrariamente ao que aqui é proposto, uma vez que nesta proposta diz “20% dos lugares...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Pelo menos!

**A Oradora:** Sim, “pelo menos 20%”. Correto.

... em tarifas promocionais”, esses 20% asseguram que quantidade?

Não asseguram valores.

A nossa proposta, contrariamente, diz “10%, sendo que uma das tarifas tem que ter um desconto de 30% relativamente à tarifa de residente praticada”.

Portanto, em termos gerais, não podemos deixar de concordar com esta proposta. Só espero que na próxima reunião do dia 12 haja abertura do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas para o nosso modelo ser aprovado.

Assim sendo, a proposta do CDS terá a sua plena aplicação, uma vez que os fatores que dependem das novas obrigações de serviço público ficarão contemplados.

Obrigada.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já o dissemos, aquando da discussão do pedido de urgência, que este Projeto de Resolução do CDS-PP, que preconiza mais tarifas promocionais e mais ligações, é uma iniciativa positiva e, como tal, merece o apoio do PSD, como já o tínhamos anunciado há cerca de 3-4 meses.

Já tínhamos afirmado e voltamos a afirmar, porque tal como existe e tal como está o estado da arte do transporte aéreo de e para os Açores, temos um estrangulamento muito grande, sendo certo que tinha sido importante que o Partido Socialista pudesse ter aprovado este Projeto de Resolução há 3 meses.

Entretanto já se perdeu 3 meses. Perdeu-se 3 meses com este Projeto de Resolução...

**Deputado Francisco César (PS):** É outro, Sr. Deputado! Ainda não percebeu?

**O Orador:** ... e perdeu-se 3 meses com o tema deste Projeto de Resolução, mais tarifas promocionais e mais ligações aéreas, melhores acessibilidades, mas o que é certo é que, com este Governo e com este Partido Socialista, os açorianos já perderam tempo demais.

Não é demais recordar o passado deste Partido Socialista (que recusou, que não quis aprovar a urgência deste Projeto de Resolução há 3 meses), pelo menos desde abril de 2010.

**Deputado José Rego (PS):** Não queira falar do passado do PSD em propostas.

**O Orador:** Senão, vejamos:

Em abril de 2010, o atual Presidente do Governo, Carlos César, afirmava que íamos ter passagens abaixo dos 100 euros para todos,...

**Deputado António Ventura (PSD):** Muito bem!

**Deputado Francisco César (PS):** Isso é uma cassete um bocado gasta!

**O Orador:** ... residentes, não residentes, promocionais e regulares.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Se quiserem posso ler a transcrição do *take* da RDP, onde o Sr. Presidente do Governo pronunciou estas afirmações em entrevista ao jornalista Pedro Moreira.

A seguir, nesta casa, o Deputado Francisco César referiu que afinal não eram todas as passagens, eram só as tarifas promocionais.

**Deputado Francisco César (PS):** Isso é sempre o mesmo texto que o senhor tem aí!

**O Orador:** Quando os açorianos pensavam que mesmo não sendo todas as passagens a 100 euros, porque, como diz o povo, “quando a esmola é grande, o pobre desconfia”; mesmo que os açorianos já não acreditassem muito que pudessem ser todas as passagens abaixo de 100 euros, pelo menos pensariam que o preço médio das passagens, em 2011, quando entraram em vigor as novas obrigações de serviço público, negociadas até fim de 2010, baixasse. Mas não baixou.

**Deputado Francisco César (PS):** Baixou, baixou!

**O Orador:** O preço médio das passagens, onde se encaixam as tarifas promocionais, ou seja, passagens reservadas e pagas com um mês de antecedência, durante o ano de 2011, aumentou 14%.

Srs. Deputados do Partido Socialista, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Economia:

Não é da sua responsabilidade, porque na altura a senhora não estava, quem estava era o Sr. Deputado Vasco Cordeiro...

**Deputado Francisco César (PS):** Oh! Já cá faltava!

**Deputado António Marinho (PSD):** É a verdade!

**O Orador:** Mas a verdade dos factos é esta. Significa que as promessas que o Partido Socialista faz, por mais bem intencionada que a Sra. Secretária Regional esteja, já não convencem os açorianos.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** O senhor não gosta que a gente fale de 95 e 96!

**O Orador:** Os açorianos verificam tratar-se de um falhanço completo.

Se este Projeto de Resolução do PP era importante e V. Exas. fizeram perder 3 meses em cima dos 2 anos que já tinham feito perder aos açorianos, também para o turismo era um Projeto de Resolução importante. Vamos situar-nos apenas em dezembro de 2011. Em dezembro de 2011 fechámos o ano do turismo nos Açores regredindo 6 anos.

Ao nível das dormidas e dos proveitos...

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Já estamos nos proveitos!

**Deputado Berto Messias (PS):** Oh, Sr. Presidente!

**O Orador:** ... os valores das dormidas e dos proveitos, do fecho do ano de 2011, são equivalentes, são iguais às dormidas e aos proveitos de 2005. Ou seja, durante 6 anos, o turismo nos Açores andou, mas andou como o caranguejo.

Mesmo situando-nos só no período de 2008 a 2011, ou seja, quase o equivalente a uma legislatura (neste caso  $\frac{3}{4}$  da Legislatura), o desempenho do setor turístico nos Açores, medido pelos proveitos, reduziu (caiu!) 14,2%.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Mas quem era o secretário?



**O Orador:** Nessa altura, era Secretário Regional da Economia, não a Sra. Secretária Regional Luísa Schanderl, mas o atual candidato do Partido Socialista Vasco Cordeiro.

**Deputado Berto Messias (PS):** Já está a guerrilha partidária!

**O Orador:** Podem V. Exas. dizer que é a crise. A desculpa é a crise! A crise serve para muitas desculpas, só que neste caso, no turismo, a crise não serve. Explico porquê.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Quem era o Presidente da SATA em 96? Os senhores tenham vergonha!

**Deputado Berto Messias (PS):** Sempre a falar mal!

**O Orador:** São factos, Sr. Deputado Berto Messias. Isto que eu estou a referir são factos.

**Deputado Francisco César (PS):** A proposta é diferente. O senhor ainda não reparou nisso.

**O Orador:** Se V. Exa. tiver oportunidade de consultar o Boletim do Serviço Regional de Estatística ou do INE encontrará todos estes números que acabei de referir. Aliás tenho aqui uma cópia que posso fornecer a V. Exa.

Dizia eu, a desculpa normalmente, por parte do Partido Socialista, é a crise. Como é que se justifica que se nos Açores, de janeiro a junho, as dormidas tenham caído 7,8% e os proveitos tenham caído 10%, quando no país as dormidas caíram apenas 1% e os proveitos apenas 2,9%?

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Isso não tem nada a ver com a proposta de resolução!

**Presidente:** Sr. Deputado, a resolução é sobre ligações aéreas, lembro-lhe isso.

**O Orador:** Turismo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Está ligado, é verdade.

**O Orador:** Estou a tentar cumprir o espírito do Projeto de Resolução.

**Presidente:** Agradecia que se mantivesse ligado.

**O Orador:** Srs. Deputados do Partido Socialista, é a crise. Mas a crise quando nasce não é igual para todos.

Nós não mereceríamos ser sempre os piores dos piores.

Este ano, ao nível das dormidas o nosso decréscimo é 8 vezes superior à média nacional. Nos proveitos triplicamos a queda dos proveitos relativamente à média nacional.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Outra vez?!

**O Orador:** Em junho, quando foi apresentado este Projeto de Resolução, perdemos uma boa oportunidade de conseguirmos acudir uma situação que agora está refletida nos números do SREA.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, a proposta é diferente!

**O Orador:** Se até finais de 2011 já tínhamos regredido 6 anos, se de janeiro a junho a queda foi aquela que eu referi, o trabalho, em junho deste ano, o trambolhão foi monumental.

Em junho as dormidas caíram 12,5% e nem aquilo que V. Exas. utilizam como tábua de salvação, ou seja, que as dormidas nacionais regrediram por causa da crise e que os estrangeiros aumentaram porque estão a fazer uma excelente promoção, nem isso é verdade, porque em junho as dormidas dos residentes em Portugal caíram 16,5% e as dos estrangeiros caíram 9,7%.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** O senhor falou 2 minutos de passagens aéreas e 20 minutos de dormidas! Mas o que é isso?

**O Orador:** Significa que os proveitos em junho deste ano deram um novo trambolhão de 11,5%. Perderam uma boa oportunidade de atenuar o desastre que é a Região Turística Açores, pela vossa mão, pela vossa política e pela vossa governação.

Podem dizer: “mas é a crise!”

Não, Srs. Deputados! Em junho, enquanto caímos nas dormidas 12,5%, o país, em junho, aumentou 1,2%.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Quando nos proveitos caímos 11,5%, no país os proveitos aumentaram 3,4%.

Enquanto no país o turismo cresce, nos Açores decresce.

**Deputado José San-Bento (PS):** E em Ponta Delgada?

**O Orador:** V. Exas. dizem que uma das vossas prioridades é o turismo.

**Deputado José San-Bento (PS):** Então não é?

**O Orador:** Srs. Deputados, o que seria se não fosse! Com quebras e com quedas desta natureza, o que seria se não fosse.

Obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, sei que as ligações aéreas têm uma íntima ligação, no nosso caso, com o turismo. Todos sabemos isso! Mas a resolução, no caso concreto, é sobre ligações aéreas.

Lembrava-vos isso, embora, naturalmente que a partir de agora, tenha que admitir quem responder concretamente à parte do turismo do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O debate de urgência de ontem era sobre finanças regionais e acabou sobre finanças municipais!

*(Risos da câmara)*

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Tire umas notinhas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Tirem vocês!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É curioso! Sempre que se debate qualquer tema relacionado com a atuação do Governo, aquilo que a bancada do PSD recorrentemente faz é tentar ligar essa atuação à do ex-Secretário e candidato a Presidente do Governo, Vasco Cordeiro.

Fique a saber, Sr. Deputado, que nós temos muito orgulho no nosso trabalho e muito orgulho no trabalho de Vasco Cordeiro.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Vem o Sr. Deputado a esta casa referir que esta proposta é positiva e que deveria ter sido aprovada, penso eu, em junho.

Sr. Deputado, em primeiro lugar, provavelmente o senhor não reparou (eu reparei que o seu discurso foi igual àquele que teve durante os últimos anos) que a proposta não é bem a mesma e que o Partido Socialista, nesta casa, apelou ao partido proponente que tentasse ajustar esta proposta àquilo que eram as nossas obrigações de serviço público.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Esta proposta que é apresentada pelo CDS é uma proposta possível de executar e possível de aplicar, porque vai no sentido daquilo que está nas propostas de obrigação de serviço público, que são reivindicadas pelo Governo dos Açores há mais de um ano.

Se o Sr. Deputado diz que estas propostas são positivas e que se perderam 3 meses, aquilo que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é que se perdeu um ano

(um ano foi perdido!) para aprovação de propostas que são positivas para os transportes aéreos nos Açores, porque o seu Governo da República demorou imenso tempo a negociar e a reunir com o Governo dos Açores.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

**Deputado Costa Pereira** (*PSD*): E no tempo do Sócrates?

**O Orador:** Sras. e Srs. Deputados, independentemente das críticas que nos podem fazer, nenhum deputado que esteja seriamente neste debate pode afirmar que as tarifas aéreas não têm vindo a diminuir nos últimos 16 anos.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

**O Orador:** Basta verificar a evolução das tarifas aéreas nos últimos 16 anos.

Em 1991, rondava os 350 euros, feita a respetiva correção de preços.

Em 1994/95, data em que a SATA era administrada pelo PSD, as tarifas eram um pouco menos de 350 euros.

Em 1996, estavam na ordem dos 325 euros.

Desde então têm progressivamente vindo a diminuir, fruto de sucessivas propostas de alteração desta bancada e deste Governo, no sentido de baixar as tarifas para os nossos residentes.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Isso é irrefutável!

**O Orador:** Hoje, temos tarifas promocionais de diversos tipos, a vários preços,...

**Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): As sondagens dizem que os açorianos estão muito satisfeitos!

**O Orador:** ... mais frequências aéreas nas nossas ilhas e uma frota mais moderna, com maior qualidade no serviço.

Tem sido este o nosso compromisso! Tem sido este o nosso património! É um património que nós nos orgulhamos.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

**O Orador:** Feita a respetiva avaliação deste percurso, os açorianos sabem que podem contar com este Governo para continuar a diminuir as tarifas nesta região.

Apesar do Governo da República, por exemplo, apoiar o serviço de transporte aéreo entre o Funchal e o Porto Santo e na nossa Região esta verba teve de sair do Orçamento da Região, vamos continuar a apoiar a qualidade e o preço nos transportes aéreos.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Este tem sido o nosso passado, o nosso legado, que queremos continuar a aplicar.

A nossa proposta de obrigações de serviço público não acrescenta um cêntimo àquilo que são as contribuições do Governo da República nesta matéria.

Nós não tencionamos, como propõe o maior partido da oposição, recorrer ao Orçamento Regional para financiar a baixa das tarifas aéreas.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Conseguimos fazê-lo através de mais gestão, de uma flexibilização daquilo que são as obrigações do serviço público, para que os açorianos possam ser melhor servidos num espírito de solidariedade nacional.

Neste sentido, a proposta que é hoje apresentada, é uma boa proposta porque vai no sentido daquilo que os açorianos querem.

Aquilo que os açorianos querem já estava previsto há mais de um ano nas obrigações de serviço público, proposto por este governo.

Aquilo que esperamos agora é que o Governo da República rapidamente decida pegar na nossa proposta e enviá-la para Bruxelas para nós, no mais curto espaço de tempo, termos essas obrigações de serviço público e servirmos melhor os açorianos.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Façam o vosso papel!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Mas quem é que mudou as obrigações em dezembro?

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo habitual.

Retomamos os nossos trabalhos às 12 horas.

Até já.

*Eram 11 horas e 32 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradeça que reocupassem os vossos lugares, o que na circunstância se mostra absolutamente essencial.

*Eram 12 horas e 06 minutos.*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para participar no debate.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá dar o seu voto favorável a esta iniciativa do CDS-PP, tendo consciência de que este Projeto de Resolução não resolve todos os problemas das acessibilidades em termos de transportes aéreos mas é um excelente contributo e tem associado o facto de não importar custos para a Região.

Mas eu não posso deixar de tecer aqui outras considerações sobre esta questão.

Se é importante – ao invés do que um *outdoor* de uma certa campanha eleitoral diz: “Ganhar o futuro” – ...

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Um ótimo *slogan* eleitoral!

**O Orador:** ... ganhar o presente para garantir o futuro da Região, designadamente da Autonomia açoriana, a verdade é que também importa olhar para o passado e isto tem história.

E a história que já foi aqui referida é que se hoje continuamos a pagar um elevado preço para garantirmos o nosso direito à mobilidade e ao não isolamento, desde logo, para o(a)s açoriano(a)s e também com certeza para a economia regional, a verdade é que a situação hoje é bem diferente daquela que se vivia no princípio da década de 90. Isso já foi aqui referido, mas houve uma questão que não foi referida e que importa que a(o)s açoriana(o)s tenham consciência disto.

No princípio da década de 90, quando as tarifas aéreas eram mais elevadas e quando elas tinham de facto um valor incomportável, sendo que hoje elas são muito elevadas e têm um valor incomportável face à baixa de rendimentos que nos últimos anos têm acontecido, a verdade é que os responsáveis, quer na SATA, quer no Governo, eram a Dra. Berta Cabral e o Dr. Costa Neves.

É bom que a(o)s açoriana(o)s tenham disto consciência, porque temos de ter memória para percebermos aquilo que nos dizem no presente, porque é preciso ganhar o presente para garantir o futuro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

(\*) **Deputado José Cascalho** (*BE*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda-Açores considera esta proposta positiva. Consideramos que as propostas de aumento do número das ligações e a redução do preço médio de passagens são sempre propostas positivas para a Região.

Aliás, nesta altura de pré-campanha, o que verificamos é que se multiplicam as soluções com propostas de preços mais baratos, propostas que vêm ao encontro daquilo que é o benefício para os açorianos e não percebemos como é que estas propostas vão surgindo em catadupa num momento destes. É claro que há uma razão para isso.

Mas vamos pegar no baixar o preço.

Aqui, a Sra. Secretária Regional da Economia referiu que com o seu novo modelo de contrato de serviço público vai conseguir baixar as tarifas em 40%.

A pergunta que fazemos é: por que razão não o faz imediatamente (já!), uma vez que a SATA é uma empresa pública?

**Deputado Francisco César (PS):** É porque as obrigações não estão aprovadas!

**O Orador:** Não conseguimos compreender como é que um Governo Regional não faz essa alteração, sendo a SATA uma empresa pública.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Não sabem o que são obrigações de serviço público!

**O Orador:** Neste novo modelo que se propõe de serviço público há coisas que nós não sabemos.

Se é o modelo milagroso que existe na Madeira, no qual os utilizadores do serviço público, aqueles que viajam de avião, pagam primeiro e recebem depois, é preciso alertar o(a)s açoriano(a)s de que muitas vezes os madeirenses têm de ficar mais de 6 meses à espera de ser ressarcidos do valor que devem relativamente a esse serviço público.

Esta é uma questão importante, a ter em conta quando se faz uma proposta de um novo modelo de serviço público, uma proposta que não conhecemos em detalhe.

A Secretária Regional faz também aqui algumas considerações sobre o que é que esse modelo comporta. Comporta mais ligações: mais uma ligação ao Pico, mais uma ligação a Santa Maria.

A pergunta que fazemos é, porquê? Qual o estudo que foi feito? Por que é que se pensa dessa maneira? Por que é que se reforçam essas ligações?

Não estou a dizer que esse reforço não é importante.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Porquê uma e não duas?

**Deputado Francisco César (PS):** Por que é que não leram as obrigações de serviço público?

**O Orador:** Onde é que está a razão desse reforço? O que é que se pretende com esse reforço? Que benefícios esse reforço traz à região?

Penso que esta questão da articulação para as ligações que já existem entre ilhas é importante.

Todas estas questões têm a ver com uma questão que colocámos aqui há 4 anos e tem a ver com o tal plano integrado de transporte de pessoas e mercadorias.

Na verdade, esta Região não tem uma política de transportes.

O que acontece é que quando estas propostas casuisticamente surgem aqui, nós debatemo-las apenas na superfície, sem fazermos exatamente uma avaliação, nem percebermos o que é que se vai passar daqui a 10 anos nesta Região.

**Deputado Francisco César (PS):** Por que é que não leram as obrigações de serviço público? Não custa nada!

**O Orador:** O estudo tem de permitir isso. Tem de permitir percebermos qual é o futuro e qual é a política de transportes nesta Região, no presente e

no futuro, para servir os objetivos de desenvolvimento da Região. Isso, na nossa perspetiva é muito importante.

Aliás, foi aqui referido o turismo, e bem. O turismo faz parte dessa política de transportes.

Nós sabemos que a política de transportes é transversal. Não existindo essa política de transportes, não tendo um documento fundamentado, nós podemos tomar as decisões que quisermos, não sabemos efetivamente qual é o resultado que elas têm no futuro da economia da Região.

Finalmente, referir novamente que durante 4 anos nós questionámos o Governo sobre este plano integrado de transportes. A resposta que foi sempre dada foi que ele estava a ser realizado.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E que viria nesta legislatura. Nem foi começado.

**O Orador:** E que viria nesta legislatura.

Na verdade, ele não existe e o Governo acabou por não apresentar esse plano.

Esse plano não existe e lamentamos profundamente essa decisão.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para mais duas ou três notas sobre este Projeto de Resolução.

Sra. Secretária, não nos incomoda nada, antes pelo contrário, que ele seja complementar daquilo que é o Projeto que tem das novas obrigações do serviço público do Governo Regional.

Se, por exemplo, aumenta uma frequência semanal entre a Terceira e Lisboa, passando de 4 para 5 frequências, ótimo! Fico muito satisfeito!

Como naturalmente ficamos todos satisfeitos se aumentar a frequência para o Porto.

Portanto, eu diria que se complementam nessa matéria.

Fico também satisfeito, como açoriano, que o Governo tenha incluído duas frequências semanais entre Lisboa e Santa Maria. Complementa entre Lisboa e o Pico.

Parece-me que se complementam bem, uma iniciativa com a outra. Naturalmente também apoiamos que deva ser assim.

Relativamente às tarifas promocionais, a Sra. Secretária tem toda a razão: uma vai pelo preço, obviamente desce, mas também é importante que a quantidade de lugares seja aumentada. Parece-me também que aqui há uma complementaridade.

Parece-me que nesse aspeto quem fica a ganhar são os açorianos. Para mim e para o CDS isso é motivo de muita satisfação.

Agora, há aqui uma coisa que nos diferencia do PSD substancialmente.

Eu não quero falar de turismo, Sr. Presidente, mas permita-me só uma replicazinha.

Todos nós sabemos que já existem tarifas chamadas “opacas” ou “ocultas” de turismo, de Lisboa para cá, que são a um preço muito simpático, diria à volta dos 100 euros.

A baixa no turismo, sobretudo nos mercados emissores e no mercado continental, tem uma génese multifatorial. Não depende apenas do preço da tarifa entre Lisboa e os Açores.

Agora, a substância e a diferença substancial entre o CDS e o PSD é que o CDS quer tarifas mais baratas para os açorianos, para os residentes nos Açores. Esses é que têm que ter tarifas baratas para poder sair daqui.

É fundamental a coesão e a continuidade territorial. É isso que o CDS defende em primeiro lugar.

Por isso, centramos o debate e as nossas propostas nos benefícios diretos para as famílias açorianas: os jovens com tarifas mais baratas, as famílias açorianas com tarifas mais baratas, os estudantes que estão fora da Região com tarifas mais baratas.

Pomos efetivamente os açorianos em primeiro lugar com medidas concretas como esta.

É óbvio que o turismo é setor fundamental, mas esse carece de uma análise mais abrangente para analisar a sua queda, que é real.

Fundamental: tarifas mais baratas para os residentes nos Açores.

É essa a preocupação do CDS.

É isto que o CDS traz a esta casa.

Em primeiro lugar, estão os açorianos. Depois virão os outros.

Muito obrigado.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu sei que estamos a 38 dias das eleições.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Já passou mais um dia, mas continuamos nos 38!

**O Orador:** A 38 dias da alteração do governo nos Açores.

Estamos no chamado período pré-eleitoral. Aliás, alguns, na comunicação social diziam: “Isto vai ser uma guerra terrível! Ninguém se vai entender! Esta sessão vai ser uma coisa...!”

A civilidade com que têm decorrido estes debates, demonstra bem a qualidade dos deputados que aqui se sentam, de todos os partidos.

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso é para esquecer as asneiras do Sr. Deputado!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Foi um elogio que fez!

**O Orador:** Aproveito também para me despedir de 16 anos de atividade política na oposição.

Como outros intervenientes, aproveito para me despedir. Desde 96, que participo em todas as eleições.

Vou diretamente ao assunto para vos dizer o seguinte:

Temos neste momento um problema grave nos transportes aéreos. Esse problema tem a ver com... Vou dar-vos um exemplo, porque não sei se os açorianos sabem:

Uma viagem entre Lisboa e Moscovo, passando por toda a Europa, é mais barata do que uma viagem entre o Corvo e Ponta Delgada.

**Deputado José San-Bento (PS):** É o que dá jantar com o Aníbal!

**Deputado Francisco César (PS):** Não o deixam ir pra a República?

**Deputado Berto Messias (PS):** Os seus parceiros de coligação não o deixam ir para o Governo?

**O Orador:** Uma viagem entre o Corvo e Ponta Delgada é mais cara do que uma viagem entre Lisboa e o Moscovo. É esta a situação que estamos, meus senhores.

**Deputado José San-Bento (PS):** São os grandes dilemas!

**O Orador:** É esta a situação que os Srs. Deputados do Partido Socialista e o Governo Regional deixaram a nossa Região em termos de transportes.

Isto é um exemplo,...

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Um exemplo errado!

**O Orador:** ... mas é um exemplo que demonstra bem a incúria que grassa neste setor.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Isso não é verdade!

**O Orador:** Dezasseis anos, dá para aí três Primeiros-Ministros em cada um dos países da Europa Ocidental, em média, mais ou menos.

Depois de dezasseis anos de permanência no poder, com muitos membros do Governo que permaneceram, como por exemplo o Sr. Secretário Álamo Meneses (que ali está) que já vem desde o início, com dezasseis anos de permanência no Governo Regional (não é nenhuma crítica!), o que é que

constatamos neste momento? Que os senhores resolveram a questão dos transportes aéreos nos Açores? Não resolveram!

Temos transportes aéreos caríssimos!

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor não tem proposta nenhuma!

**O Orador:** São transportes aéreos que neste momento impedem o desenvolvimento económico dos Açores, num dos principais setores, que o é setor do turismo.

É evidente que os senhores não conseguiram fazer.

Mais. O comum do cidadão açoriano só consegue viajar quando está doente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É verdade!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** O senhor não percebe nada disso!

**O Orador:** A verdade é essa.

As pessoas têm enormes dificuldades.

Quem é que tem 200 e tal euros para viajar do Corvo para Ponta Delgada?

Hoje em dia, quem é que tem dinheiro para isto?

Só viajam quando estão doentes, ou são funcionários públicos, ou são deputados. Só esses é que conseguem viajar.

Os senhores têm aqui um problema gravíssimo. É que não só os transportes na Região não funcionam, como não permitem a mobilidade da população. É impossível! Com o tempo que estamos a viver, com este preço das passagens aéreas, ninguém consegue movimentar-se!

Só uma pequena elite é que se consegue movimentar. Isso só serve para alguns, nomeadamente para aqueles que integram a administração regional.

**Deputado José San-Bento (PS):** É essa a questão!

**O Orador:** Essa é a questão.

Depois, do ponto de vista turístico.

As várias revistas internacionais, os vários especialistas, dizem que estas ilhas são das mais bonitas do mundo, para não dizer as mais bonitas; a população é a população mais afetuosa, é a população com maior interesse do ponto de vista cultural e com um grande grau de acolhimento em relação aos forasteiros.

Temos tudo! Ilhas lindas! Uma população acolhedora!

O que é que nos falta?

**Deputado José San-Bento (PS):** Dinheiro!

**O Orador:** Falta-nos ter tarifas aéreas que permitam que as pessoas nos venham conhecer.

Somos um destino muito mais caro do que outros destinos, como por exemplo as Bahamas.

**Deputado José San-Bento (PS):** E Moscovo! Aliás Moscovo em janeiro é lindíssimo!

**O Orador:** É impossível o desenvolvimento turístico da nossa Região com essas tarifas.

Depois de 16 anos sem resolverem este problema, o que os senhores me estão a dizer é: “agora é que é!”.

E por que é que não é agora, já, já?!

“É porque está um Governo na República do PSD”, dizem os senhores.

**Deputado José San-Bento (PS):** Veja lá o que vai dizer!

**O Orador:** Mas nos seis anos anteriores quem é que esteve?

Eu não sei se se lembram ainda de um Primeiro-Ministro chamado José Sócrates.

**Deputado Francisco César (PS):** E baixaram as tarifas!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Aumentaram 14%!

**O Orador:** Esteve lá!

Não era o tal que diziam nuns cartazes “Juntos Conseguimos!”?

Era o Presidente Carlos César e o Primeiro-Ministro, Eng<sup>o</sup> Sócrates!



Então como é que não conseguiram nas passagens aéreas?

A culpa é de quem?

Nestes dezasseis anos, em que em  $\frac{3}{4}$  do tempo tivemos governos socialistas na República, de quem é que foi a culpa para que os senhores não implementassem o modelo que dizem ter agora?

Como é que os senhores não o fizeram?

Por que é que não o fizeram?

É evidente que os senhores não têm modelo absolutamente nenhum. O modelo que os senhores têm é este que têm mantido ao longo destes anos todos.

É evidente que não é disto que a Região necessita.

Esta desculpa esfarrapada de que é que por causa do Governo da República...

As pessoas têm memória e sabem perfeitamente quem é que esteve, até há um ano, no Governo da República e que era muito próximo do Partido Socialista nos Açores. Aliás, a tal frase: “Juntos conseguimos!”.

Por que é que não conseguiram alterar a matriz do transporte aéreo nos Açores?

Os senhores não conseguiram!

A verdade é esta:

Os senhores não têm modelo.

Os senhores têm uma empresa que funciona mal.

Os senhores têm uns transportes caríssimos, inacessíveis para 99% da população.

O que os senhores têm não serve.

Os senhores não têm projeto nenhum. Devem ser penalizados.

Esta medida do CDS, em relação a esta questão, é justíssima.

Os senhores agora, perto das eleições, são obrigados a “dar a mão à palmatória”.

**Deputado José San-Bento (PS):** Mas é o que está nas obrigações!

**O Orador:** É evidente que isto não altera a matriz.

Temos de dar a volta completa ao sistema de financiamento de transportes aéreos.

Estas medidas são absolutamente racionais.

Lembro-me de há 2 meses os senhores estarem aqui a dizer que o CDS apresentava uma proposta demagógica, que ia no mesmo sentido.

**Deputado Francisco César (PS):** É mentira o que o Sr. Deputado está a dizer!

**O Orador:** O CDS, neste momento, apresenta aquelas que são propostas absolutamente congruentes.

Todos sabemos que existem estas necessidades, todos sabemos que existem estas possibilidades...

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor está a mentir neste plenário!

**O Orador:** ... em termos de ligação e os senhores não o fizeram.

Só o fazem porque estamos a 38 dias das eleições,...

**Deputado Francisco César (PS):** Isso é mentira!

**O Orador:** ... porque estamos a 38 dias de se despedirem do poder, graças a Deus!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** O senhor não percebe nada disto!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Qual é a pasta que a Dra. Berta Cabral lhe ofereceu?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos nos lembramos, nesta Assembleia, que em novembro ou dezembro de 2010, andava pelos Passos Perdidos desta casa, o atual Deputado Vasco

Cordeiro, secundado pelo Sr. Deputado Francisco César, em que rejubilavam com a negociação que tinha sido possível obter...

**Deputado António Marinho (PSD):** Bem lembrado!

**O Orador:** ... com o Governo de José Sócrates. Estávamos em novembro/dezembro de 2010.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Outra vez!

**O Orador:** Na minha primeira intervenção já disse, e repito, que aquilo que os açorianos julgavam poder vir a acontecer, até pelo rejubilo de Vasco Cordeiro e de Francisco César, era que as passagens, em 2011, baixassem.

**Deputado Francisco César (PS):** E baixaram!

**O Orador:** Mas não baixaram. As passagens reservadas e pagas com um mês de antecedência, para os açorianos, aumentaram 14%.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Agora, é preciso encontrar uma desculpa. A desculpa é de que o Governo da República não quer dialogar.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Não é desculpa, é verdade!

**O Orador:** Começaram a dizer isso precisamente em novembro/dezembro de 2011.

“O Governo da República não quer falar connosco!”

“O Governo da República não nos atende!”

“O Governo da República não quer colaborar!”

Basta de enganar os açorianos.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Recentemente, ficou provado que – a culpa não é de V. Exa., porque na altura não estava na Secretaria Regional de Economia, quem estava era Vasco Cordeiro – a culpa era do Governo do Partido Socialista e,

na altura, do Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro. A prova está aqui!

**Deputado José San-Bento (PS):** Não se vê daqui!

**O Orador:** Apenas no dia 11 de maio, já V. Exa., Sra. Secretária Regional da Economia, Luísa Schandler, estava no exercício de funções, é que enviou as propostas do Governo do Partido Socialista para o Governo da República. Isso é enganar os açorianos!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Foi o que V. Exas. fizeram durante 5 meses. Isso não se faz!

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** A responsabilidade não é sua.

Imagino que questionou os seus colaboradores, na Secretaria Regional da Economia, do porquê de não terem nenhuma resposta do Governo da República.

Imagino que questionou os seus colaboradores da Secretaria Regional da Economia.

- Mas dizem, e o meu antecessor diz, que não tem resposta do Governo da República.

- Mas já enviámos a proposta para o Governo da República?

Ao que os vossos colaboradores disseram:

- Não! Não enviamos ainda. Estamos à espera de um interlocutor!

Sra. Secretária Regional, sei que não é da sua responsabilidade, porque tenho-a por uma pessoa política, intelectualmente séria, mas foi preciso que a senhora chegasse à Secretaria Regional da Economia para que fosse reposta a verdade.

A verdade é uma: interessava fazer guerrilha à República! Interessava criar problemas políticos com a República!

Então, durante cinco meses, vamos repetir até à exaustão que o Governo da República não nos responde, quando agora sabemos que só no dia 11 de maio de 2012, é que V. Exas. entregaram a proposta ao Governo da República e, segundo as suas palavras, a reunião está agendada.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Mas, Srs. Deputados do Partido Socialista, quando V. Exas. dizem agora que a palavra mágica, para baixar as tarifas em 40%, se chama flexibilização (enchem a boca com essa palavra), eu pergunto se não acham que os açorianos não acreditam nem numa única letra dessa palavra que V. Exas. usam que se chama flexibilização.

Vou explicar porquê?

O vosso passado (e na minha primeira intervenção tive oportunidade de o referir) fala por si.

Antes, o ex-Secretário Regional da Economia e atual Deputado Vasco Cordeiro, falava numa (boa tarde, Sr. Deputado Vasco Cordeiro)...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Estava com saudades minhas!

**O Orador:** ... revolução silenciosa. Lembra-se certamente das palavras que utilizou.

Eu diria (o PSD dirá!) que é mais uma revolução fantasma.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** O senhor é um poeta, mas um mau poeta!

**O Orador:** Vejam aquilo que prometeram...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** ... e que meteram no chapéu da revolução silenciosa, mas que não cumpriram.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Mas qual revolução silenciosa?!

**O Orador:** Dizia V. Exa, como Secretário Regional da Economia, que o Atlântida chegava no dia 13 de maio...

**Deputado Francisco César (PS):** Oh Sr. Presidente!

**Presidente:** Sr. Deputado, temos de viajar mais alto. Vamos às ligações aéreas.

**O Orador:** Sr. Presidente, apenas quero fazer provar que a proposta que o Partido Socialista está a apresentar não tem vencimento, nem é credível, pelo passado do Partido Socialista nesta área.

O Sr. Presidente julgar-me-á e concordará que são questões que contribuem para este debate. Mas deixarei ao critério de V. Exa.

**Deputado Berto Messias (PS):** Os Srs. Deputados devem estar confusos!

**O Orador:** Diziam V. Exas. que o Atlântida chegava no dia 13 de maio de 2009. Verdadeiro ou falso?

**Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Mas o que é que isso tem a ver?

**O Orador:** Falso! Afundou-se numa quinta-feira santa.

Que no Verão de 2012 (isto é tudo revolução silenciosa, anunciado pelo atual Deputado Vasco Cordeiro) íamos ter dois ferries no triângulo para substituir os velhinhos Cruzeiros, e que começariam a navegar no Verão de 2012. Verdadeiro ou falso?

**Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Oh Sr. Deputado!

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Falso! Ainda nem começaram a ser construídos.

Que o estaleiro da Madalena do Pico ia ser reativado. Verdadeiro ou falso?

Falso!

**Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Isso não é aceitável. Isso é um desrespeito à Assembleia!

**O Orador:** Que íamos ter um grande impulso na promoção do turismo, do destino Açores, dizia na altura, a razão de 10 milhões de euros por ano.

Não ouviu a minha primeira intervenção mas dispenso-me de repetir, porque os números...

**Presidente:** Sr. Deputado, já percebemos a ideia. Acho que podemos voltar à resolução.

**O Orador:** Já vamos voltar, e já vai perceber porquê, Sr. Presidente.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Já percebemos porquê!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Isso é o benefício da dúvida!

**O Orador:** Agradeço o benefício da dúvida.

Dizia que ia ter promoção turística e um grande impulso à promoção turística, à razão de 10 milhões de euros por ano.

Os números da minha primeira intervenção falam por si.

Que íamos ter passagens mais baratas. Verdadeiro ou falso?

Falso!

Agora diz que quer flexibilizar as obrigações de serviço público e quer baixar as tarifas em 40%...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas vocês também dizem!

**O Orador:** ... flexibilizando as obrigações de serviço público.

Flexibilizando! Notem bem a palavra: flexibilizando!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Outra vez?!

**O Orador:** Agora, pergunto a V. Exas., ao Partido Socialista e à Sra. Secretária Regional da Economia, qual é o significado de flexibilização?

A proposta que V. Exas. enviaram para a República é tudo menos flexibilização.

Nós concordamos com o aumento das ligações aéreas para as *gateways* de Santa Maria e Pico.

Nós concordamos que é preciso um voo da Terceira para o Porto.

Mas, Sra. Secretária Regional da Economia, chamar a isso flexibilização... Eu diria que no dicionário (porque quem foi o primeiro a pronunciar a palavra flexibilização, como varinha mágica, foi o Sr. Deputado Vasco Cordeiro) de Vasco Cordeiro, flexibilização, significa: “eu já não sei mais o que é que hei-de fazer”.

**Deputada Aida Amaral (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Esta é a prova provada de que este Governo, essa bancada e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro já não sabem mais o que é que hão-de fazer. Pelo menos não enganem os açorianos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e PPM)*

**Presidente:** O PSD terminou o seu tempo no debate desse projeto.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

**(\*) Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo de uma futura intervenção, e podendo ceder tempo à bancada do PSD.

O PSD acusou o Partido Socialista e o Governo de ter enganado os açorianos no processo da revisão das obrigações do serviço público e disse que os açorianos só tiveram conhecimento que o processo estava a ser desenrolado desta forma há pouco tempo, quando esta carta se tornou pública.



Gostaria que o Sr. Deputado me respondesse se confirma que o PSD e os açorianos só tiveram conhecimento agora, de que o processo estava a ser desenrolado desta forma?

Com licença.

**Presidente:** Quando tempo tem, Sr. Secretário, o Partido Socialista?

**Secretário:** Dezoito minutos.

**Presidente:** Presumo que o Partido Socialista cederá ao PSD 3 minutos.

*(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)*

**Presidente:** O PSD dispõe de 3 minutos.

O Sr. Deputado Jorge Macedo quer inscrever-se? Eu não o obrigo a inscrever-se. Pergunto se se quer inscrever.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Agora vai ser menos sincero!

**O Orador:** Eu vou ser sincero. Eu não percebi a pergunta.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu também não percebi!

**Deputado Berto Messias (PS):** Mas cedemos tempo para a resposta!

**O Orador:** O que posso confirmar, com estes 3 minutos que o Partido Socialista nos cede, é de que os senhores falam em flexibilização, e não é de flexibilização que se trata.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Não foi isso!

**O Orador:** Os senhores falam que o processo foi iniciado (e repetem, enganando os açorianos) no fim do ano de 2011. Nós provámos, e aliás é do conhecimento público,...

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Acabámos de perceber que o senhor percebeu a pergunta!

**O Orador:**... que V. Exas. só iniciaram o processo, formalmente, no dia 11 de maio de 2012.

É a única coisa que posso confirmar.

Sr. Deputado Francisco César, se reformular a pergunta e me der mais 3 minutos, provavelmente conseguirei responder melhor.

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Aquilo que o PSD afirmou é que só agora é que teve conhecimento que, no processo de negociação da revisão das obrigações de serviço público com a República, as obrigações de serviço público foram enviadas no mês de abril.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Maio!

**O Orador:** Maio. E que sempre pensaram que tinham sido enviadas mais cedo. Foi isto que os Srs. Deputados afirmaram. É isto, Srs. Deputados?

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Era isso que os senhores estavam a dizer!

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Os senhores é que disseram!

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Não! Os senhores é que disseram!

**O Orador:** O Sr. Deputado Mota Amaral, fez um requerimento à Assembleia da República a 21 de outubro de 2011, em que pergunta se já tinha dado entrada, no Ministério da Economia, a proposta do Governo Regional para revisão das obrigações de serviço público.

Responde o Sr. Ministro da Economia:

“Ao Sr. Deputado Mota Amaral

Encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Economia e do Emprego, relativamente às questões colocadas que se referem às suas competências

da matéria, transmitir que não deu entrada, nem no Ministério da Economia e do Emprego, nem no INAC, de acordo com a informação prestada por este instituto, qualquer proposta relativa a obrigações de serviço público ou de transporte aéreo entre a Região Autónoma dos Açores e o Continente”.  
Data, 21 de outubro de 2011.

**Deputado João Costa (PSD):** Desmentiram V. Excelência!

**O Orador:** A 29 de novembro de ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Essa intervenção é da oposição!

**O Orador:** Sr. Deputado, se me der licença.

A 29 de novembro de 2011, o Sr. Secretário da Economia de então, Vasco Cordeiro, na sua intervenção do Plano e do Orçamento refere o seguinte:

“Em relação ao requerimento dos Deputados do PSD-Açores, na Assembleia da República, dizendo desconhecer qualquer proposta para a revisão das obrigações de serviço público nas ligações aéreas para o exterior, refere o seguinte:

Como é do conhecimento de todos, a verdade é que o Governo dos Açores, desde 18 de agosto, manifestou ao Governo da República a intenção de que fosse desencadeado o processo de alteração dessas obrigações entre o continente e os Açores.

O que ficou acordado nesta reunião entre eu e o próprio Ministro da Economia do Emprego, foi que tendo em conta o trabalho do Governo dos Açores já feito sobre esta matéria, a forma de fazer avançar o processo, seria a do Governo da República indicar um interlocutor para que em conjunto pudessemos construir uma solução satisfatória para ambas as partes”.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, o Partido Socialista ainda tem mais tempo? Isto nunca mais acaba!

**O Orador:** “Ainda ontem tive oportunidade e enviar uma nova mensagem ao Sr. Ministros a dar-lhe conta que aguardamos ainda a indicação desse interlocutor para um trabalho que urge para a mobilidade dos Açores.”

Era do conhecimento desta Assembleia como o processo estava a ser desenrolado e o Governo da República só nomeou o interlocutor no final do mês de fevereiro que fez desencadear todo o processo para conseguirmos começar a negociar as obrigações de serviço público.

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

Srs. Deputados, está reposta aqui a verdade.

Nós sempre dissemos a verdade aos açorianos de como se estava a desenrolar este processo.

A verdade que fica comprovada é de que os senhores sabiam, desde o início, como estava a decorrer este processo e que mostram-se agora como virgens ofendidas sobre este assunto, quando sempre souberam como estava o ponto da situação sobre as obrigações de serviço público.

Permitam-me que refira, em relação à proposta do CDS, que a proposta que aqui é apresentada valoriza as nossas obrigações de serviço público, obrigações de serviço público que são do conhecimento dos Srs. Deputados.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas o Sr. Deputado chamou de demagógica a proposta do Sr. Deputado Artur Lima!

**O Orador:** Basta ler a apresentação da Sra. Secretária sobre a revisão das obrigações do serviço público, para perceber qual é a proposta do Governo Regional sobre esta matéria, em relação à carga, em relação ao subsídio ao bilhete.

Os Srs. Deputados têm conhecimento sobre esta matéria.

Vir aqui dizer que não sabem qual é a proposta do Governo Regional, é cometer uma inverdade.

**Deputado José Cascalho (BE):** Os açorianos não sabem qual é a proposta!

**O Orador:** Em terceiro lugar, dizer uma mentira muitas vezes não a torna verdade.

Foi sucessivamente repetido nesta câmara que as tarifas aéreas têm vindo a subir nos últimos anos.

A verdade é que o preço médio das tarifas aéreas tem vindo a descer desde a última revisão das obrigações de serviço público.

Isto é um facto que os Srs. Deputados sucessivamente dizem que não é verdade, mas basta verificar as estatísticas.

Por último, o Sr. Deputado Paulo Estêvão veio referir aqui que nós acusámos o CDS de demagogia.

Isto é falso! É totalmente falso!

No último plenário convidámos o CDS a alterar a sua proposta, no sentido de que ela estivesse mais de acordo com a nossa proposta de obrigações de serviço público.

A verdade é que esta proposta está agora de acordo com as nossas obrigações de serviço público.

Neste sentido, penso que o Sr. Deputado devia pedir desculpas ao Partido Socialista.

Muito obrigado.

**Presidente:** Agora não tem direito a mais tempo, que eu saiba. Deram-lhe três minutos para usar de uma vez, senão não nos entendemos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão essa excitação deve-se a...? Quer inscrever-se, é?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, é para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** Face a este pedido, vamos almoçar.

Continuamos com o debate deste diploma às 15H.

Bom almoço e até lá.

*Eram 12 horas e 47 minutos.*

*(Após o intervalo o Deputado Mark Marques foi substituído na Mesa pelo Deputado António Pedro Costa)*

**Presidente:** Srs. Deputados muito boa tarde. Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

*Eram 15 horas e 18 minutos.*

Como se lembram, estávamos debatendo a proposta de resolução do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**(\*) Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da parte da manhã fui acusado de mentir aos açorianos. Julgo ser importante esclarecer este aspeto, porque efetivamente eu não menti, nem aos açorianos, nem a ninguém.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Os Srs. Deputados não encontrarão uma declaração minha, como Secretário da Economia, a dizer que a proposta do Governo dos Açores já tinha sido entregue ao Governo da República.

Os senhores encontrarão várias declarações minhas, feitas inclusive nesta casa, nesta sala, a dizer que aguardávamos a indicação de um interlocutor da parte do Ministério da Economia para discutirmos a nossa proposta e o trabalho que já tínhamos realizado.

Os senhores podem criticar esta metodologia, podem dizer que não devia ter aguardado, que devia ter enviado logo a proposta. Não podem, com verdade, dizer que eu menti aos açorianos. Não é essa a minha forma de fazer política, nem é essa a minha forma de trabalhar.

Só tenho a lamentar que o Grupo Parlamentar do PSD seja tão useiro e vezeiro nesse tipo de acusações levianas e gratuitas, brincando com a honorabilidade e a honra das pessoas,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... como se fosse algo de que se pudesse dispor assim tão facilmente quanto parece ser o entendimento do PSD.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Volto a afirmar: eu não menti! Os senhores não encontram uma declaração minha a dizer que a proposta já tinha sido entregue. Os senhores encontram várias declarações a dizer que aguardava a indicação do interlocutor para que a proposta fosse entregue.

Podem criticar isso. Não podem dizer que menti,

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Uma segunda questão, já que se fala, e no âmbito da Resolução que está em discussão isto também é referido, nas obrigações de serviço público.

Foram várias as acusações dirigidas à proposta do Partido Socialista.

A proposta do Partido Socialista, do Governo do Partido Socialista, certamente terá os seus aspetos que interessam melhorar.

Mas há uma coisa que a proposta do Governo do Partido Socialista não faz, que é fazer com que sejam os açorianos a pagar aquela que é uma responsabilidade do Governo da República.

Isso é tanto mais relevante quanto é o facto que existem já propostas do PSD para que sejam os açorianos a pagar aquilo que é uma obrigação do Governo da República. É esse o sentido que se pode retirar quando se diz

que se está disponível a afetar 1% do orçamento regional, entre 12 a 15 milhões de euros...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... para aliviar ...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Os açorianos!

**O Orador:** ... os encargos do Governo da República.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não é para aliviar os encargos do Governo da República! É para aliviar os encargos dos açorianos!

**O Orador:** Isso é tanto mais dramático, quando na Madeira é o Governo da República que paga as ligações aéreas do Continente para a Madeira e da Madeira para Porto Santo.

Isso é tanto mais dramático quando nos Açores o Governo da República paga apenas as ligações do Continente para os Açores e o inter-ilhas, quem paga é o Orçamento Regional, são os açorianos!

É tanto mais dramático essa proposta!

Mais uma vez fica aqui demonstrado que a principal preocupação deste PSD não é servir os açorianos, é aliviar o Governo da República daquilo que é a sua obrigação pagar.

**Deputados Berto Messias e Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Eu não percebo como é que é possível quer com esta proposta, quer com a proposta do chamado POSEI Transportes, que não resolvem (é bom que se saiba) o problema que temos. Quer uma, quer outra, não resolve o problema de saber quem paga e quanto paga. É esse o sentido dessas propostas nas ligações entre os Açores e o Continente.

Temos propostas para baixar as passagens aéreas?

Temos. Uma e só uma! A proposta do Governo do Partido Socialista.



**Deputado Jorge Macedo (PSD):** As dos outros não contam!

**O Orador:** Propostas para que os açorianos paguem aquilo que os madeirenses não pagam, temos sim senhor, temos as propostas do Partido Social Democrata.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Sr. Deputado Jorge Macedo pede a palavra para?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Um protesto.

**Presidente:** Um protesto, fundamentado em quê, Sr. Deputado?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Eu não disse que ele mentiu!

**Presidente:** Eu não ouvi palavras....

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Eu não disse que ele mentiu e vou provar!

**Presidente:** Estamos esclarecidos. É só para dizer que não disse que ele mentiu, Sr. Deputado?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Vou provar o que disse.

**Presidente:** Tem 3 minutos, mas vou ficar atento.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O senhor já está na terceira fila e mesmo assim não está completo!

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, por me ter dado a palavra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não lhe fica nada bem colocar na boca de outros aquilo que outros não disseram.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não lhe fica nada bem dizer que eu disse que o senhor mentiu.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Enganou-se!

**O Orador:** O que eu disse, e vou repetir para que fique bem claro e registado no diário das sessões...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... foi que V. Exa. disse, em janeiro, que o facto de os açorianos não terem, desde agosto do ano passado, um tarifário aéreo mais baixo, resulta apenas da falta de disponibilidade do Governo da República em analisar uma proposta açoriana de revisão das obrigações de serviço público...

**Deputados João Costa e António Ventura (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... e não de qualquer omissão do Governo dos Açores.

O que eu disse, e repito, foi que V. Exa., na altura, Secretário Regional da Economia, enganou os açorianos.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** E a proposta do PSD?

**O Orador:** Não disse que mentiu aos açorianos. Enganou os açorianos! Porque quando refere que o Governo da República não dá resposta a uma proposta, e essa afirmação é feita em janeiro, não podem os açorianos depois vir a saber que V. Exa. não já pela sua mão, mas pela mão da Sra. Secretária Regional da Economia, só enviou a tal proposta, para a qual V. Exa. não teve resposta, em maio deste ano.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Foi isso que disse e repito: V. Exa. enganou os açorianos.

**Deputado João Costa (PSD):** E é verdade! Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)*

**Presidente:** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem 3 minutos para um contraprotesto.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sei o que é que é pior, se a acusação de que menti ou a acusação de que enganei os açorianos.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Escolha!

**O Orador:** Sr. Deputado Jorge Macedo, de uma forma ou de outra, é importante que se saiba a má-fé com que V. Exa. age neste assunto.

V. Exa. sabe exatamente o que é que essa declaração de janeiro quer dizer.

Quer que eu lhe diga como é que eu sei que V. Exa. sabe?

Porque daquela tribuna eu disse a esta câmara qual tinha sido a metodologia acordada com o Sr. Ministro da Economia.

Portanto, só pode fazer essa interpretação das minhas palavras e só pode promover a difusão dessa interpretação das minhas palavras, quem está de má-fé neste assunto.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É o caso de V. Exa., Sr. Deputado, e por vosso intermédio e do seu Grupo Parlamentar.

O senhor sabe, porque foi sempre dito, que o que se aguardava era a indicação do interlocutor do Ministério da Economia, não porque o Governo Regional quisesse, mas porque tinha sido isto que tinha ficado acordado com o Sr. Ministro da Economia, essa forma de trabalhar e esse procedimento.

Portanto, como isso foi dito nesta casa eu não tenho razões nenhuma para duvidar que V. Exa. não estivesse presente e não tivesse ouvido, a sua má-fé fica exposta hoje, aqui, perante todas as Sras. e os Srs. Deputados e perante todos os açorianos.

Desse ponto de vista, Sr. Deputado Jorge Macedo, V. Exa. pode brincar com as palavras, pode dizer “eu não disse que menti, eu disse que se enganou”, “eu não disse que se enganou, eu disse que fez outra coisa

qualquer”, o facto é que todas as Sras. e os Srs. Deputados nesta câmara sabem qual a metodologia que foi acordada com o Ministro da Economia, do Governo da República, e a forma como este assunto se passou.

Se há alguém que não entendeu isso e se há alguém que por essa via está a tentar brincar com as palavras e está a tentar...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** É o teatro da Covoada!

**Deputado Berto Messias (PS):** Ih!

**O Orador:** ... enganar quem nos ouve, não sou eu seguramente, nem é o Partido Socialista.

**Deputado Berto Messias (PS):** É o desespero total!

**O Orador:** Espero que tenha ficado esclarecida esta questão.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Sr. Deputado Jorge Macedo pede a palavra para?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Defesa da honra.

**Presidente:** O Sr. Deputado pede a palavra para defesa da honra. Foi imputado de má-fé.

Eu não vou deixar que o debate se prolongue artificialmente com o uso de determinado tipo de figuras.

Neste caso, relativamente à imputação de má-fé, eu vou dar-lhe a palavra por 3 minutos.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era a última coisa que pensava poder ouvir do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, com o qual já tive debates muito acesos nesta câmara, mas sempre com enorme elevação.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Foi o senhor que baixou a fasquia!

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Deixe-se disso!

**O Orador:** Aliás, tive oportunidade de o escrever, ainda a semana passada. Podemos discordar politicamente de muitas coisas, e discordamos, podemos concordar em muitas coisas, e também concordamos, mas, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu seria incapaz de o acusar de má-fé.

Posso acusar-lhe, e já lhe acusei, de ter prometido e não ter cumprido; posso acusá-lo de opções políticas com as quais nós discordamos totalmente, mas peço a mim mesmo e peço a todos os colegas, caso na próxima legislatura nos venhamos a encontrar aqui, que quando algum colega identificar na minha boca que eu estou a acusar alguém de má-fé, no mínimo, pegue no telemóvel e diga:

- Lembras-te daquilo que dissestes no último plenário da última sessão legislativa, ou da legislatura passada?

Pelo menos isso!

Esperava tudo!

Esperava um debate aceso!

Não esperava que o discurso do Sr. Deputado Vasco Cordeiro roçasse aquilo que vou inibir-me de adjetivar, mas que era, natural e perfeitamente, dispensável.

Obrigado.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)*

**Presidente:** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem 3 minutos.

**(\*) Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, o senhor já disse nesta câmara e fora dela, relativamente a deputados desta câmara, coisas dessas e bem piores.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Dê um exemplo!

**O Orador:** Em relação a este assunto, o que eu gostava de dizer, no exercício da figura regimental que estou a utilizar,...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Dê um exemplo!

**O Orador:** ... ao Sr. Deputado Jorge Macedo e à câmara, é que (digo e reafirmo):

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Deixe isso da mão!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Ah! Agora é deixe isso da mão! Agora não interessa!

Dê um exemplo!

**Presidente:** Sr. Deputado...

**O Orador:** Sr. Deputado Jorge Macedo, eu quero dizer-lhe uma coisa:

No uso da figura regimental que estou a utilizar, o que gostava de lhe dizer é o seguinte, digo e reafirmo:

V. Exa. usa de má-fé na forma como se refere a este assunto. De má-fé!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, peço-lhe que ponha cobro nisto! Outra vez má-fé!

**O Orador:** Está provado, e V. Exa. não desmentiu, que sabia o que é que tinha sido acordado com o Governo da República, sabia que estávamos a aguardar indicação do interlocutor, e sabe por que razão é que a proposta só foi enviada em maio, e mesmo assim não se coíbe de dizer que eu enganei os açorianos.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Factos são factos!

E o que resulta destes factos é que o Sr. Deputado Jorge Macedo quis criar um pequeno incidente à volta disto,...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não lhe fica bem!

**O Orador:** ... mas quem ficou mal na fotografia foi V. Exa.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Esperava tudo de si, menos isso! Fica-lhe muito mal!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação desta resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **discussão do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito à Atividade do Serviço Regional de Saúde e Entidades Públicas Empresariais sob sua Tutela.**

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral, relatora da Comissão, para apresentar o relatório.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**Relatório a que se referem os n.ºs 8 a 10 do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 621/2012, de 30 de abril, que constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito à Atividade da Secretaria Regional da Saúde e Entidades Públicas Empresariais sob a sua Tutela.**

Angra do Heroísmo, 27 de julho de 2012

## **CAPÍTULO I**

### **Introdução**

Em 19 de abril de 2012, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Requerimento denominado “Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito à atividade da Secretaria Regional da Saúde e Entidades Empresariais sob a sua tutela”, subscrito por doze Deputados dos Grupos Parlamentares do Partido Social Democrata, do CDS/PP e das Representações Parlamentares do Partido Comunista Português e do Partido Popular Monárquico, o qual foi registado com o número de entrada 1676 e processo n.º 38.17.00.

O Referido requerimento deu origem a Despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, publicado com o número 621/2012 no Jornal Oficial - II Série, n.º 84, de 30 de abril.

O requerimento, subscrito pelos Deputados Regionais, assim como o Despacho do Presidente da Assembleia, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, acima referidos são apensos ao presente Relatório como Anexo I e Anexo II, respetivamente.

## **CAPÍTULO II**

### **COMPOSIÇÃO E MESA DA COMISSÃO**

Nos termos do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 621/2012, de 30 de abril, a Comissão Parlamentar de Inquérito à atividade da Secretaria Regional da Saúde e entidades públicas empresariais sob a sua tutela, adiante



abreviadamente designada por Comissão, é composta por um total de treze Deputados, a designar pelos Grupos e Representações Parlamentares de acordo com a seguinte distribuição:

- Sete Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS);
- Dois Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD);
- Um Deputado do Grupo Parlamentar do CDS/Partido Popular (CDS-PP);
- Um Deputado do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE);
- O Deputado da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP);
- O Deputado da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico (PPM).

De acordo com a indicação de cada Grupo e Representação Parlamentar e com o resultado da eleição para a mesa da Comissão, decorrida na reunião de 10 de maio de 2012, que se realizou na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a Comissão tem a seguinte composição e mesa:

- Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS) – Presidente;
- Deputada Nélia Amaral (PS) – Relatora;
- Deputado António Marinho (PSD) – Secretário;
- Deputado José Rego (PS);
- Deputado José San-Bento (PS);
- Deputado Lúcio Rodrigues (PS);
- Deputado Ricardo Cabral (PS);
- Deputado Rogério Veiros (PS);
- Deputado Pedro Gomes (PSD);
- Deputado Artur Lima (CDS/PP);
- Deputada Zuraida Soares (BE);
- Deputado Aníbal Pires (PCP);

- Deputado Paulo Estêvão (PPM).

Na reunião de 10 de Maio de 2012, a Deputada Zuraida Soares, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, comunicou que não participaria nos trabalhos da Comissão.

### **CAPÍTULO III**

#### **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A presente comissão de inquérito foi requerida e constituída ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 73.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei n.º 39/80 de 5 de agosto, e alterado pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98 de 27 de agosto e 2/2009, de 12 de janeiro em conjugação com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º e no artigo 35.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, com a redação que lhe foi conferida pela Resolução n.º 3/2009/A, de 14 de janeiro.

A disciplina jurídica do funcionamento das comissões de inquérito é a que consta das normas acima referidas.

Na segunda reunião da Comissão Inquérito, realizada a 17 de Maio de 2012, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, foi aprovado, por unanimidade, o Regulamento de Funcionamento Interno, o qual regeu o desenvolvimento dos trabalhos pela Comissão.

O referido regimento encontra-se apenso ao presente relatório, como Anexo III, e deste faz parte integrante.

## **CAPÍTULO IV**

### **OBJECTO**

Nos termos do disposto no n.º 1 do Despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 621/2012/, de 30 de abril, “é constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito à atividade da Secretaria Regional da Saúde e entidades públicas empresariais sob a sua tutela”.

Nos termos no n.º 2 do mesmo Despacho, a Comissão tem como objeto “avaliar a atividade da Secretaria Regional da Saúde e entidades públicas empresariais sob a sua tutela, designadamente:

- a) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, do contrato de adjudicação do SIS-ARD à empresa Espanhola INDRA;
- b) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, da parceria público-privada para a instalação de um centro de radioterapia em São Miguel;
- c) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, da parceria público-privada para a construção do novo hospital da ilha Terceira;
- d) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, do projeto para a instalação de um centro de medicina nuclear nos Açores;
- e) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, das obras de construção ou remodelação de instalações de unidades de saúde.

## **CAPÍTULO V**

### **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

A Comissão realizou seis reuniões, as quais se relatam abaixo, pela ordem cronológica da sua realização.

Os trabalhos da Comissão, e de acordo com a metodologia aprovada por unanimidade, incluíram a análise de um vasto conjunto de documentação solicitado à Secretaria Regional da Saúde, bem como a audição de várias personalidades com responsabilidade em cada uma das áreas que constituem o objeto da Comissão.

A lista dos documentos objeto de análise, das entidades ouvidas, assim como a descrição sucinta dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão são apresentados neste capítulo.

Dando cumprimento ao disposto nos n.ºs 5 e 9 do Despacho n.º 621/2012, do Presidente da Assembleia, que constituiu a Comissão, as diligências e inquirições efetuadas pela Comissão foram sempre gravadas e o relatório final da Comissão integra a sua transcrição.

## **1. Reuniões efetuadas**

### **1.1 - Reunião efetuada a 10 de maio de 2012**

A Comissão de Inquérito realizou a sua primeira reunião, por convocatória do Presidente da Assembleia, Convocatória n.º 2708 de 08 de maio de 2012, que se junta como Anexo IV, no dia 10 de maio de 2012, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta.

Dando cumprimento à ordem de trabalhos, nesta reunião procedeu-se à instalação da Comissão de Inquérito à Atividade da Secretaria Regional da

Saúde e Entidades Públicas Empresariais sob a sua Tutela e à eleição da respetiva mesa.

Foram eleitos, por unanimidade, a Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS) para Presidente da Comissão, a Deputada Nélia Amaral (PS) para Relatora e o Deputado António Marinho (PSD) para Secretário da Mesa da Comissão.

### **1.2 - Reunião efetuada a 17 de maio de 2012**

A Comissão voltou a reunir a 17 de maio de 2012, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na sequência da convocatória n.º 2880 de 11 de maio de 2012, que se junta ao presente relatório como Anexo V.

Dando cumprimento à ordem de trabalhos, a Comissão procedeu à elaboração e aprovação do seu regimento, assim como à definição da metodologia de trabalho e respetiva calendarização.

O Regimento da Comissão é o que consta da Deliberação n.º 1/2012, que foi aprovada por unanimidade e se junta ao presente relatório como Anexo III.

No que concerne à metodologia de trabalho a adotar a Comissão deliberou, por unanimidade, que os trabalhos teriam por base a análise de elementos documentais assim como as declarações das entidades chamadas a depor perante a Comissão.

### **1.3 - Reunião de 25 de maio de 2012**

A Comissão voltou a reunir 25 de maio de 2012, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na ilha Terceira,

por convocatória n.º 3030 de 18 de maio de 2012 que se junta como Anexo VI.

Na referida reunião a Comissão deliberou sobre as diligências a efetuar, designadamente quanto à documentação a solicitar e às entidades a ouvir.

Os trabalhos tiveram por base as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP e pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

As referidas propostas são apenas ao presente relatório com a seguinte numeração:

- Proposta de audições a realizar apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP – Anexo VII;
- Proposta de documentos a solicitar apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP – Anexo VIII;
- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata que identifica as audições a realizar assim como os documentos a solicitar – Anexo IX

As propostas em causa foram apresentadas à Comissão pelos respetivos proponentes e analisadas pelos Deputados.

Não se verificando consenso quanto às diligências a desenvolver procedeu-se à votação de cada iniciativa. O resultado foi o que se apresenta a seguir:

**Grelha de votação das diligências a efetuar  
pela Comissão**

<b>Diligência:</b>		<b>Votação</b>		
		<b>A</b>	<b>Contr</b>	<b>Abst.</b>

<b>Documentos a solicitar</b>	<b>Proponente</b>	<b>favor</b>	<b>a</b>	
Cópia do estudo estratégico, das minutas dos instrumentos jurídicos e dos inst. jurídicos destinados à contratação da PPP para a implementação de um serviço de radioterapia em P. Delgada	CDS/PP	unanimemente		
Cópia do caderno de encargos e de toda a documentação e correspondência relativa ao concurso público de conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores	CDS/PP	unanimemente		
Cópia do estudo estratégico, minutas dos instrumentos jurídicos e dos instrumentos jurídicos destinados à contratação de uma PPP para o novo hospital da ilha Terceira	CDS/PP	unanimemente		
Cópia do caderno de encargos e de toda a documentação e correspondência trocada relativamente ao concurso público de conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do novo hospital da ilha Terceira	CDS/PP	unanimemente		
Cópia de toda a documentação e da correspondência trocada relativamente à instalação de um centro de Medicina Nuclear nos Açores	CDS/PP	unanimemente		
Listagem de todos os fornecedores de todas as unidades de saúde e respetivos saldos (organizados por unidade de saúde), desde 2009	CDS/PP	CDS/PP PSD e	PS	

		PCP		
Cópia dos contratos-programa entre a Região e a SAUDAÇOR	CDS/PP	unanimidade a)		
Cópia dos contratos-programa entre a SAUDAÇOR e todas as entidades com quem os tenha celebrado	CDS/PP	unanimidade a)		
Cópia dos relatórios e contas da SAUDAÇOR, desde a sua criação	CDS/PP	CDS/PP PSD e PCP	PS	
Cópia dos relatórios e contas dos 3 Hospitais EPE, desde a criação destas entidades jurídicas	CDS/PP	CDS/PP PSD e PCP	PS	
Cópia de toda a documentação e da correspondência trocada relativamente à informatização do SRS com o programa “Consultórios”	CDS/PP	unanimidade		
Cópia de toda a documentação e da correspondência trocada relativamente à aquisição do SIS-ARD	CDS/PP	unanimidade		
Relatórios e contas da SAUDAÇOR relativos aos anos económicos compreendidos entre 2004-2011	PSD		b)	
Relatório e contas, ou documento equivalente, do IGF da Saúde da RAA relativo a 2003	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	



Relatórios e contas do Hospital Divino Espírito Santo relativos aos anos económicos de 2004 a 2011	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Relatórios e contas do Hospital Santo Espírito relativos aos anos económicos de 2004 a 2011	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Relatórios e contas do Hospital da Horta relativos aos anos económicos de 2004 a 2011	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Relatório e contas do Centro de Oncologia dos Açores relativos aos anos económicos de 2004 a 2011	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Relatórios e contas, ou documentos equivalentes de prestação anual de contas, dos Centros de Saúde dos Açores relativos aos anos económicos de 2004 a 2011	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Relatórios e contas, ou documentos equivalentes de prestação anual de contas, das Unidades de Saúde de Ilha relativos aos anos económicos de 2004 a 2011	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Cópia dos contratos-programa celebrados entre a Região e a SAUDAÇOR nos anos 2004 a 2011 e primeiro trimestre de 2012	PSD	a); b)		
Cópia dos contratos-programa celebrados entre a SAUDAÇOR e as Unidades de Saúde da Região nos anos 2004 a 2011 e primeiro trimestre de 2012	PSD	a); b)		
Cópia do procedimento concursal para a PPP				

para o Centro de Radioterapia, bem como de todos os atos administrativos praticados pela Região, dos documentos trocados com as empresas Quadrantes e IsoPor, e das propostas por estas apresentadas	PSD	unanimemente		
Cópia do procedimento concursal para a PPP referente ao Hospital de Angra, bem como de todos os atos administrativos praticados pela Região e dos documentos trocados com as empresas privadas concessionárias da obra, incluindo contratos e adicionais	PSD	unanimemente		
Cópia de todos os estudos técnicos, nomeadamente os de natureza económica e jurídica, incluindo pareceres elaborados, prévios à decisão do lançamento do procedimento concursal no novo hospital de Angra incluindo os custos discriminados	PSD	unanimemente		
Cópia de todos os estudos técnicos, nomeadamente os de natureza económica e jurídica, incluindo pareceres elaborados, e respetivos custos discriminados, relativos ao Centro de Radioterapia dos Açores	PSD	unanimemente		
Cópia de todos os estudos técnicos, nomeadamente os de natureza económica e jurídica, incluindo pareceres elaborados, e respetivos custos discriminados, relativos ao Centro de Medicina Nuclear	PSD	unanimemente		
Cópia de todas as propostas apresentadas pela				

<p>IsoPor à Região para instalação de um centro de medicina nuclear, de todos os atos administrativos que sobre elas recaíram, independentemente da sua natureza ou autor</p>	<p>PSD</p>	<p>unani me</p>		
<p>Cópia das propostas das empresas privadas Quadrantes e IsoPor, apresentadas à Região após anúncio de anulação do processo de construção do Centro de Radioterapia dos Açores através de PPP</p>	<p>PSD</p>	<p>unani me</p>		
<p>Cópia do procedimento concursal para o SIS-ARD incluindo propostas apresentadas por todos os concorrentes, do contrato de adjudicação celebrado coma INDRA e dos respetivos adicionais</p>	<p>PSD</p>	<p>unani me</p>		
<p>Cópia de todas as ordens de pagamento emitidas a favor da INDRA, respetivas faturas e recibos, bem como dos documentos comprovativos da execução contratada elaborados por esta e visados pela entidade adjudicante</p>	<p>PSD</p>	<p>unani me</p>		
<p>Cópia de todos os pareceres jurídicos emitidos quanto às vicissitudes contratuais do contrato relativo ao SIS-ARD, das informações que sobre eles recaíram e dos atos administrativos que sobre eles incidiram</p>	<p>PSD</p>	<p>unani me</p>		
<p>Cópia de todos os atos administrativos praticados quanto à rescisão do contrato celebrado com a INDRA, das multas contratuais, ou outras, aplicadas e dos documentos comprovativos do</p>	<p>PSD</p>	<p>unani me</p>		

seu pagamento				
Cópia dos estudos ou pareceres que a Região Autónoma dos Açores, direta ou indiretamente, tenha realizado ou solicitado a terceiros para a implementação do SIS-ARD, na sequência da rescisão do contrato	PSD	unani me		
Cópia de mapa sintético que identifique o custo total que a Região, direta ou indiretamente, despendeu no SIS-ARD, bem como o custo para completar o sistema de informação do SRS, tal como contratado com a INDRA	PSD	unani me		
Cópia dos estudos técnicos que fundamentaram as decisões de criação de cada uma das Unidades de Saúde de Ilha, nomeadamente os de natureza económica	PSD	PSD CDS/ PP PCP	PS	
Relação discriminada, por unidade de saúde do SRS, das dívidas para com o SNS, com indicação das entidades credoras, da natureza da dívida e da respetiva antiguidade	PSD	PSD CDS/ PP PCP	PS	
Relação discriminada das dívidas do SNS, ou dos subsistemas de saúde, para as unidades de saúde do SRS, com indicação das entidades devedoras, da natureza da dívida e da respetiva antiguidade	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Relação discriminada das dívidas das unidades de saúde do SRS às empresas Quadrantes e IsoPor, por serviços ou tratamentos prestados, com indicação das entidades devedoras, da natureza da dívida e da respetiva antiguidade	PSD	PSD CDS/ PP PCP	PS	

Relação discriminada, por unidade de saúde do SRS e por ano, das dívidas para com fornecedores de bens ou serviços, com indicação das entidades credoras, da natureza da dívida e da respetiva antiguidade referente ao período de 2004 a 2011 e ao 1.º trimestre de 2012	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Relação discriminada por tipo de processo, n.º de processo, tribunal, juízo, valor e estado do processo, de todas as ações judiciais instauradas contra a RAA, as unidades de saúde do SRS ou a SAUDAÇOR para cobrança de dívida, tenham elas natureza de ação executiva ou declarativa ou simples injunção, com cópia das respetivas petições iniciais, dos requerimentos executivos ou das injunções e das suas contestações ou oposições	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
<b>Audições a efetuar:</b>	<b>Proponen te</b>	<b>A favor</b>	<b>Contr a</b>	<b>Abst.</b>
Dr. Miguel Correia, Secretário Regional da Saúde	CDS/PP	unani me		
Dr. Domingos Cunha, anterior titular da Saúde	CDS/PP	CDS PSD	PS PCP	
Dr. Sérgio Ávila, Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores	CDS/PP	CDS/ PP PSD PCP	PS	

Dr. Gualter Couto, Presidente do Conselho de Administração da APIA – Agência para a Promoção de Investimento dos Açores	CDS/PP	unanimidade		
Dr.ª Rosa Matos, Presidente do Conselho de Administração da SAUDAÇOR	CDS/PP	unanimidade		
Dr.ª Maria Teresa Luciano, ex-Presidente do Conselho de Administração da SAUDAÇOR	CDS/PP	CDS/ PP PSD	PS PCP	
Dr.ª Maria Laurentina Mendes, ex-Presidente do Conselho de Administração da SAUDAÇOR	CDS/PP	CDS/ PP PSD	PS PCP	
Dr. Raul Rego, Diretor do Centro de Oncologia dos Açores	CDS/PP	CDS/ PP PSD PCP	PS	
IsoPor - Empresa promotora de projetos de radioterapia e de medicina nuclear nos Açores	CDS/PP	CDS/ PP PSD PCP	PS	
Quadrantes - Empresa promotora de projeto de radioterapia nos Açores	CDS/PP	CDS/ PP PSD PCP	PS	
Câmaras do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta	CDS/PP	CDS/ PP PSD PCP	PS	
Dr. Ramiro Silva, Presidente do júri do	CDS/PP	unanimidade		

procedimento concursal referente ao SIS-ARD		me c)		
Empresas que apresentaram propostas no âmbito do concurso referente ao SIS-ARD: Fujitsu; Accenture; Siemens; ONI; Alert; CPS HS; PT Comunicações; INDRA	CDS/PP	CDS/ PP PSD PCP	PS	
Dr. <sup>a</sup> Olga Freitas, Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito	CDS/PP	unani me c)		
Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo	CDS/PP	CDS/ PP PSD PCP	PS	
Conselho de Administração do Hospital da Horta	CDS/PP	CDS/ PP PSD PCP	PS	
Conselhos de Administração dos Centros de Saúde de Ribeira Grande, Flores e Velas	CDS/PP	CDS/ PP PSD PCP	PS	
Coordenador do grupo de trabalho para preparar o estudo estratégico e as minutas dos instrumentos jurídicos destinados à realização do procedimento prévio à PPP para o Centro de Radioterapia dos Açores	CDS/PP	unani me c)		
Dr. Sérgio Ávila, Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores	PSD		b)	

Dr. Miguel Correia, Secretário Regional da Saúde	PSD	b)		
Dr. Domingos Cunha, Ex- Secretário Regional dos Assuntos Sociais	PSD		b)	
Dra. Sofia Duarte, Diretora Regional da Saúde	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Dr. <sup>a</sup> Maria Teresa Brito e Dr. <sup>a</sup> Maria Antónia Dutra, Ex-Diretoras Regionais da Saúde	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Dr. <sup>a</sup> Rosa Matos, Presidente do Conselho de Administração da SAUDAÇOR	PSD	b)		
Dr. <sup>a</sup> Maria Teresa Luciano e Dr. <sup>a</sup> Maria Laurentina Mendes, Ex-Presidentes do Conselho de Administração da SAUDAÇOR	PSD		b)	
Administradores com o pelouro financeiro da SAUDAÇOR, desde a sua constituição	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Dr. <sup>a</sup> Olga Freitas, Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Santo Espírito	PSD	b)		
Dr. <sup>a</sup> Margarida Moura e Dr. <sup>a</sup> Conceição Nascimento, Presidentes dos Conselhos de Administração dos Hospitais do Divino Espírito Santo e da Horta	PSD	b)		
Ex-Presidentes dos Conselhos de Administração dos hospitais dos Açores nos últimos 8 anos	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Administradores dos três Hospitais EPE que	PSD	PSD	PS	



detêm, ou detiveram, o pelouro financeiro desde 2004		CDS/ PP	PCP	
Médicos que desempenham, ou tenham desempenhado, as funções de diretores clínicos dos três Hospitais EPE, desde a sua transformação operada pelo DLR n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Diretores dos serviços financeiros dos três Hospitais EPE	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Dr. Raul Rego, Presidente do Conselho de Administração do Centro de Oncologia dos Açores	PSD		b)	
Presidentes das Unidades de Saúde de Ilha	PSD	PSD CDS/ PP PCP	PS	
Diretores clínicos dos Centros de Saúde	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Dr. Paulo Gomes, Inspetor Regional da Saúde	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Dr. Armando Anahory, Provedor do Utente da Saúde	PSD	PSD CDS/ PP	PS PCP	
Membros do júri do procedimento concursal para a PPP referente ao novo Hospital do Santo	PSD	b); c)		

Espírito				
Membros do júri do procedimento concursal para a PPP referente ao Centro de Radioterapia dos Açores	PSD	b); c)		
Presidente do Conselho de Administração da INDRA	PSD		b)	
Presidentes das Câmaras do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta	PSD		b)	
Presidentes dos Conselhos de Administração das empresas Quadrantes e IsoPor	PSD		b)	
Delegado Regional da Associação Nacional de Farmácias	PSD	PSD CDS/ PP PCP	PS	
Presidente do Conselho Distrital dos Açores da Ordem dos Médicos	PSD	PSD CDS/ PP PCP	PS	
Presidente do Conselho Distrital dos Açores da Ordem dos Enfermeiros	PSD	PSD CDS/ PP PCP	PS	
Delegado Regional da Ordem dos Farmacêuticos	PSD	PSD CDS/ PP PCP	PS	

a) Aprovado por unanimidade, com a especificação de que a análise se reporta à vertente investimento;

- b) Proposta prejudicada pela votação de propostas de idêntico teor apresentadas pelo CDS/PP e sujeitas a votação em primeiro lugar;
- c) O proponente aceitou alterar a proposta no sentido de serem ouvidos os responsáveis pelos corpos previstos na proposta inicial, designadamente: o Presidente do Júri, o Presidente do Conselho de Administração e o Coordenador do Grupo de Trabalho.

Da referida votação resultou a aprovação das diligências consideradas relevantes para a prossecução dos objetivos da Comissão e que a seguir se descrevem:

**Documentos a solicitar à Secretaria Regional da Saúde:**

1. Cópia do estudo estratégico destinado à contratação de uma Parceria Público-Privada visando a implementação de um serviço de radioterapia em Ponta Delgada.
2. Cópia das minutas dos instrumentos jurídicos destinados à contratação de uma Parceria Público-Privada visando a implementação de um serviço de radioterapia em Ponta Delgada.
3. Cópia dos instrumentos jurídicos destinados à contratação de uma Parceria Público-Privada visando a implementação de um serviço de radioterapia em Ponta Delgada.
4. Cópia do caderno de encargos relativo ao concurso público de conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do centro de radioterapia dos Açores.
5. Cópia de toda a documentação relativa ao concurso público de conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do centro de radioterapia dos Açores.

6. Cópia de toda a correspondência trocada relativamente ao concurso público de conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do centro de radioterapia dos Açores.
7. Cópia do procedimento concursal para a parceria público-privada (PPP) para a conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores.
8. Cópia de todos os atos administrativos praticados pela Região no âmbito da parceria público-privada (PPP) para a conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores.
9. Cópia dos documentos trocados com as empresas privadas Quadrantes, Grupo Joaquim Chaves e ISOPOR – Isótopos para Diagnóstico e Terapêutica, SA (Açores), no âmbito da parceria público-privada (PPP) para a conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores.
10. Cópia das propostas apresentadas pelas empresas referidas no número anterior, no âmbito da parceria público-privada (PPP) para a conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores.
11. Cópia de todos os estudos técnicos, nomeadamente os de natureza económica e jurídica, relativos ao Centro de Radioterapia dos Açores.
12. Cópia dos pareceres elaborados, bem como os respetivos custos, devidamente discriminados, relativos ao Centro de Radioterapia dos Açores.
13. Cópia das propostas das empresas privadas Quadrantes, Grupo Joaquim Chaves e ISOPOR – Isótopos para Diagnóstico e Terapêutica, SA (Açores), apresentadas à Região Autónoma dos Açores, após a Região ter anunciado a anulação do processo de

construção do Centro de Radioterapia dos Açores por meio de uma parceria público-privada.

14. Cópia do estudo estratégico destinado à contratação de uma Parceria Público-Privada para o novo hospital da ilha Terceira.
15. Cópia das minutas dos instrumentos jurídicos destinados à contratação de uma Parceria Público-Privada para o novo hospital da ilha Terceira.
16. Cópia dos instrumentos jurídicos destinados à contratação de uma Parceria Público-Privada para o novo hospital da ilha Terceira.
17. Cópia do caderno de encargos relativo ao concurso público de conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do novo hospital da ilha Terceira.
18. Cópia de toda a documentação relativa ao concurso público de conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do novo hospital da ilha Terceira.
19. Cópia de toda a correspondência trocada relativamente ao concurso público de conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do novo hospital da ilha Terceira.
20. Cópia do procedimento concursal para a parceria público-privada (PPP) para a conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do novo hospital de Angra do Heroísmo.
21. Cópia de todos os atos administrativos praticados pela Região, no âmbito do procedimento concursal para a parceria público-privada (PPP) para a conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do novo hospital de Angra do Heroísmo.
22. Cópia dos documentos trocados com as empresas privadas concessionárias da obra, no âmbito do procedimento concursal para a parceria público-privada (PPP) para a conceção, construção,

financiamento, conservação e exploração do novo hospital de Angra do Heroísmo.

23. Cópia dos contratos celebrados e seus adicionais, no âmbito do procedimento concursal para a parceria público-privada (PPP) para a conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do novo hospital de Angra do Heroísmo.
24. Cópia de todos os estudos técnicos, nomeadamente os de natureza económica e jurídica, prévios à decisão de lançamento do procedimento concursal para conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do novo hospital de Angra do Heroísmo, incluindo os respetivos custos, devidamente discriminados.
25. Cópia dos pareceres elaborados, prévios à decisão do lançamento do procedimento concursal para conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do novo hospital de Angra do Heroísmo, incluindo os respetivos custos, devidamente discriminados.
26. Cópia de toda a documentação relativa à instalação de um centro de Medicina Nuclear nos Açores.
27. Cópia de toda a correspondência trocada relativamente à instalação de um centro de Medicina Nuclear nos Açores.
28. Cópia de todos os estudos técnicos, nomeadamente os de natureza económica e jurídica, relativos ao Centro de Medicina Nuclear.
29. Cópia dos pareceres elaborados, bem como os respetivos custos, devidamente discriminados, relativos ao Centro de Medicina Nuclear.
30. Cópia de todas as propostas apresentadas pela ISOPOR – Isótopos para Diagnóstico e Terapêutica, SA (Açores) à Região Autónoma dos Açores para a instalação de um Centro de Medicina Nuclear.

31. Cópia de todos os atos administrativos que recaíram sobre as propostas referidas no número anterior, independentemente da sua natureza ou autor.
32. Cópia dos contratos-programa entre a Região e a Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, SA, nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e primeiro trimestre de 2012.
33. Cópia dos contratos-programa entre a Saudaçor e todas as entidades com quem os tenha celebrado, no que se refere à vertente investimento.
34. Cópia dos contratos-programa entre a Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, SA, e as Unidades de Saúde da Região Autónoma dos Açores nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e primeiro trimestre de 2012.
35. Cópia de toda a documentação relativa à informatização do Serviço Regional de Saúde com o programa “Consultórios”.
36. Cópia de toda a correspondência trocada relativa à informatização do Serviço Regional de Saúde com o programa “Consultórios”.
37. Cópia de toda a documentação relativa à aquisição do sistema de informação do Serviço Regional de Saúde – Açores Região Digital.
38. Cópia de toda a correspondência trocada relativamente à aquisição do sistema de informação do Serviço Regional de Saúde – Açores Região Digital.
39. Cópia do procedimento concursal para o SIS-ARD.
40. Cópia das propostas apresentadas por todos os concorrentes no âmbito do procedimento concursal para o SIS-ARD.

41. Cópia do contrato de adjudicação celebrado com a INDRA – Sistemas Portugal, SA e respetivos adicionais, no âmbito do procedimento concursal para o SIS-ARD.
42. Cópia de todas as ordens de pagamento emitidas a favor da INDRA – Sistemas Portugal, SA, no âmbito do SIS-ARD.
43. Cópia de todas as faturas e recibos, relativas às ordens de pagamento referidas no número anterior.
44. Cópia dos documentos comprovativos da execução contratada elaborados pela Indra e devidamente visados pela entidade adjudicante, no âmbito do SIS-ARD.
45. Cópia de todos os pareceres jurídicos emitidos quanto às vicissitudes contratuais do contrato relativo ao SIS-ARD.
46. Cópia das informações que recaíram sobre os pareceres referidos no número anterior.
47. Cópia dos atos administrativos que incidiram sobre os pareceres referidos no número 45.
48. Cópia de todos os atos administrativos praticados quanto à rescisão do contrato celebrado com a INDRA – Sistemas de Portugal, SA, no âmbito do SIS-ARD.
49. Cópia das multas contratuais ou outras aplicadas à INDRA – Sistemas de Portugal, SA, no âmbito do SIS-ARD.
50. Cópia dos documentos comprovativos do pagamento das multas referidas no número anterior.
51. Cópia dos estudos ou pareceres que a Região Autónoma dos Açores, direta ou indiretamente através da Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, SA, tenha realizado ou solicitado a terceiros para implementação do SIS-ARD, na sequência da rescisão do contrato celebrado com a INDRA – Sistemas Portugal, SA.



52. Cópia de mapa sintético que identifique o custo total que a Região, direta ou indiretamente, despendeu no SIS-ARD, bem como o custo para completar o sistema de informações do SRS, tal como foi contratado com a INDRA – Sistemas Portugal, SA.

A documentação foi solicitada à Secretaria Regional da Saúde, através da comunicação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3235, de 30 de maio de 2012 que se junta como Anexo X.

A documentação solicitada foi enviada à Assembleia por decisão do Secretário Regional da Saúde como refere a comunicação n.º 2012/376 com data de 12 de junho de 2012 que se junta como Anexo XI.

Foram sujeitas à apreciação da Comissão um total de 87 pastas contendo cerca de 45.000 páginas de documentos referentes aos diferentes processos em análise.

Os referidos documentos encontram-se depositados na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na Cidade da Horta.

Os quadros que se seguem procedem à identificação das referidas pastas, de acordo com a catalogação que lhe foi atribuída pelo remetente.

a) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, do contrato de adjudicação do SIS-ARD à empresa Espanhola INDRA;

<b>Pasta</b>	<b>Assunto</b>
1	Questões 33 a 39
2	Questão 40
3	Questão 40 - Continuação
4	Questão 40 - Continuação
5	Questão 40 – Continuação

6	Questão 40 - Conclusão
7	Questões 37 a 39
8	Questões 37 a 39 - Conclusão
9	Questão 44
10	Questão 44 – Continuação
11	Questão 44 - Conclusão
12	Questões 41 a 50

- b) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, da parceria público-privada para a instalação de um centro de radioterapia em São Miguel;

<b>Pasta</b>	<b>Assunto</b>
1	Questões 1 a 9
2	Questão 4
3	Questão 10
4	Questão 10 – Continuação
5	Questão 10 - Conclusão
6	Questões de 1 a 12
7	Questão 3
8	Questão 3 - Continuação
9	Questão 3 - Conclusão
10	Questões 1 a 13

- c) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, da parceria público-privada para a construção do novo hospital da ilha Terceira

<b>Pasta</b>	<b>Assunto</b>
1	Questões 14 a 25 Documentos prévios ao lançamento do concurso público com negociação referente ao novo Hospital da Terceira
2	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação
3	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Continuação
4	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Continuação
5	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Continuação
6	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Continuação
7	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Conclusão
8	Questões 14 a 25 Propostas dos concorrentes
9	Questões 14 a 25

	Propostas dos concorrentes - Continuação
10	Questões 14 a 25 Propostas dos concorrentes - Continuação
11	Questões 14 a 25 Propostas dos concorrentes - Continuação
12	Questões 14 a 25 Propostas dos concorrentes - Continuação
13	Questões 14 a 25 Propostas dos concorrentes - Continuação
14	Questões 14 a 25 Propostas dos concorrentes - Continuação
15	Questões 14 a 25 Propostas dos concorrentes - Continuação
16	Questões 14 a 25 Propostas dos concorrentes - Continuação
17	Questões 14 a 25 Propostas dos concorrentes - Continuação
18	Questões 14 a 25 Propostas dos concorrentes - Conclusão
19	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação
20	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Continuação
21	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Continuação
22	Questões 14 a 25

	Documentos do concurso público com negociação - Continuação
23	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Continuação
24	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Continuação
25	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Continuação
26	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Continuação
27	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Continuação
28	Questões 14 a 25 Documentos do concurso público com negociação - Conclusão
29	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação
30	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação - Continuação
31	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação - Continuação
32	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
33	Questões 14 a 25

	Propostas do concurso público com negociação – Continuação
34	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
35	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
36	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
37	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
38	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
39	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
40	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
41	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
42	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
43	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
44	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação – Continuação
45	Questões 14 a 25 Propostas do concurso público com negociação - Conclusão
46	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação
47	Questões 14 a 25

	Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
48	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
49	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
50	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
51	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
52	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
53	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
54	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
55	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
56	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
57	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
58	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
59	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
60	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
61	Questões 14 a 25

	Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
62	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação – Cont.
63	Questões 14 a 25 Propostas BAFO do concurso público com negociação - Conclusão

d) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, do projeto para a instalação de um centro de medicina nuclear nos Açores;

<b>Pasta</b>	<b>Assunto</b>
1	Questões 26 a 31

e) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, das obras de construção ou remodelação de instalações de unidades de saúde.

<b>Pasta</b>	<b>Assunto</b>
1	Questões 32 a 34



O Anexo XII, que se apensa ao presente relatório, procede à elencagem de toda a documentação contida em cada uma das pastas submetidas à apreciação da Comissão.

No âmbito das diligências a desenvolver pela Comissão, foram igualmente aprovadas, por unanimidade, as audições das entidades com competência nas matérias objeto de avaliação pela Comissão, designadamente:

- Secretário Regional da Saúde, Dr. Miguel Correia;
- Presidente do Conselho de Administração da SAUDAÇOR, Dra. Rosa Matos;
- Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito, Dra. Olga Freitas;
- Presidente do Conselho de Administração da APIA – Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E., Professor Gualter Couto;
- Presidente do Júri do procedimento concursal para a informatização do Serviço Regional de Saúde, SIS-ARD, Dr. Ramiro Silva;
- Presidente do Júri do procedimento concursal para a parceria público-privada para conceção, construção e exploração do novo Hospital de Santo Espírito e Presidente do Júri do procedimento concursal para a parceria público-privada para a conceção, construção, financiamento e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores, Dr. Sérgio do Cabo.

O quadro que se segue pretende apresentar, de forma sintética, o conjunto de diligências documentais e de audições aprovadas e levadas a cabo pela Comissão para cada objetivo.

<p style="text-align: center;"><b>Objeto</b> (segundo o Despacho n.º 621/2012 de 30 de abril)</p>	<b>Diligências</b>	
	<b>Documentos</b>	<b>Audições</b>
<p>Critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, do contrato de adjudicação do SIS-ARD à empresa Espanhola INDRA</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Toda a documentação relativa à aquisição do SIS-ARD</li> <li>➤ Toda a correspondência</li> <li>➤ Procedimento concursal</li> <li>➤ Propostas apresentadas por todos os concorrentes</li> <li>➤ Contrato de adjudicação celebrado com INDRA e respetivos adicionais</li> <li>➤ Todas as ordens de pagamento emitidas a favor da INDRA</li> <li>➤ Todas as faturas e recibos</li> <li>➤ Comprovativos da execução contratada</li> <li>➤ Pareceres jurídicos quanto às vicissitudes contratuais do contrato relativo ao SIS-ARD</li> <li>➤ Informações que recaíram sobre os pareceres</li> <li>➤ Atos admin. que incidiram sobre os pareceres</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretário Regional da Saúde</li> <li>➤ Presidente do júri do concurso SIS-ARD</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Atos admin. quanto à rescisão do contrato</li> <li>➤ Multas aplicadas à INDRA</li> <li>➤ Comprovativos do pagamento das multas</li> <li>➤ Estudos ou pareceres realizados ou solicitados para implementação do SIS-ARD</li> <li>➤ Mapa sintético do custo total despendido no SIS-ARD e para completar o sistema de informações do SRS</li> <li>➤ Toda a documentação sobre programa “consultórios”</li> <li>➤ Correspondência relativa a este programa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Presidente do Conselho de Administração da SAUDAÇOR</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Objeto</b> (segundo o Despacho n.º 621/2012 de 30 de abril)</p>	<b>Diligências</b>	
	<b>Documentos</b>	<b>Audições</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estudo estratégico</li> <li>➤ Minutas dos instrumentos jurídicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretário Regional da Saúde</li> </ul>

<p>Critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, da parceria público-privada para a instalação de um centro de radioterapia em São Miguel</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Instrumentos jurídicos</li> <li>➤ Caderno de encargos</li> <li>➤ Toda a documentação relativa ao concurso</li> <li>➤ Toda a correspondência</li> <li>➤ Procedimento concursal</li> <li>➤ Atos administrativos praticados pela Região</li> <li>➤ Documentos trocados com Quadrantes, ISOPOR e Grupo Joaquim Chaves no âmbito da PPP</li> <li>➤ Propostas apresentadas pelas empresas</li> <li>➤ Todos os estudos técnicos de natureza económica e jurídica</li> <li>➤ Pareceres elaborados com discriminação dos respetivos Propostas apresentadas pela Quadrantes, ISOPOR e Grupo Joaquim Chaves e ISOPOR após anulação do processo PPP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Presidente do júri do procedimento concursal</li> <li>➤ Presidente do Conselho de Administração da SAUDAÇOR</li> <li>➤ Coordenador do grupo de trabalho para preparar o estudo estratégico e minutas dos instrumentos jurídicos</li> <li>➤ Presidente do Conselho de Administração da APIA</li> </ul>

<b>Objeto</b> (segundo o Despacho n.º 621/2012 de 30 de abril)	<b>Diligências</b>	
	<b>Documentos</b>	<b>Audições</b>
Crítérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, da parceria público-privada para a construção do novo hospital da ilha Terceira	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estudo estratégico</li> <li>➤ Minutas dos instrumentos jurídicos</li> <li>➤ Instrumentos jurídicos</li> <li>➤ Caderno de encargos</li> <li>➤ Toda a documentação relativa ao concurso</li> <li>➤ Toda a correspondência</li> <li>➤ Procedimento concursal</li> <li>➤ Atos administrativos praticados pela Região</li> <li>➤ Documentos trocados com empresas concessionárias</li> <li>➤ Contratos celebrados e seus adicionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretário Regional da Saúde</li>   <li>➤ Presidente do Conselho de Administração da SAUDAÇOR</li>   <li>➤ Presidente do júri do procedimento concursal para a PPP do novo Hospital de Santo Espírito</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Estudos técnicos de natureza económica e jurídica prévios ao procedimento concursal e respetivos custos discriminados</li> <li>➤ Pareceres elaborados com discriminação dos respetivos custos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito</li> </ul>
<b>Objeto</b> (segundo o Despacho n.º 621/2012 de 30 de abril)	<b>Diligências</b>	
	<b>Documentos</b>	<b>Audições</b>
Critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, do projeto para a instalação de um centro de medicina nuclear nos Açores (CMN)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Documentação relativa à instalação do CMN</li> <li>➤ Toda a correspondência</li> <li>➤ Estudos técnicos de natureza económica e jurídica</li> <li>➤ Pareceres elaborados com discriminação dos respetivos custos</li> <li>➤ Propostas apresentadas pela ISOPOR à RAA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretário Regional da Saúde</li> <li>➤ Presidente do Conselho de Administração da SAUDAÇOR</li> <li>➤ Presidente do Conselho de Administração</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Atos administrativos que recaíram sobre as propostas</li> </ul>	<p>da APIA</p>
<p>Critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, das obras de construção ou remodelação de instalações de unidades de saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Contratos-programa entre Região e SAUDAÇOR de 2004 a 2012</li> <li>➤ Contratos-programa entre SAUDAÇOR e todas as entidades com quem os tenha celebrado na vertente investimento</li> <li>➤ Contratos-programa entre SAUDAÇOR e unidades de saúde entre 2004 e 2012</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretário Regional da Saúde</li> <li>➤ Presidente do Conselho de Administração da SAUDAÇOR</li> </ul>

Dando cumprimento ao disposto nos n.º 5 e 9 do Despacho n.º 621/2012, do Presidente da Assembleia, que constituiu a Comissão, as diligências e inquirições efetuadas pela Comissão foram sempre gravadas e o relatório final da Comissão integra a sua transcrição.

A transcrição dos trabalhos da Comissão desenvolvidos na presente reunião é parte integrante do presente relatório ao qual se apensa como Anexo C.

#### **1.4 – Reunião de 27 de junho de 2012**

Dando cumprimento à convocatória n.º 3692 de 21 de junho de 2012, que se junta como Anexo XIV, a Comissão voltou a reunir no dia 27 de junho de 2012, na delegação da Assembleia na ilha Terceira, para proceder à audição da Dr.ª Olga Freitas, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito.

A referida audição foi aprovada por unanimidade no âmbito do objeto previsto na alínea c) do requerimento de constituição da Comissão que pretende avaliar “os critérios e responsabilidades políticas coletivas e pessoais, da Parceria Público-Privada para a construção do novo hospital da ilha Terceira”.

No decurso da referida audição foi igualmente abordado o objeto previsto na alínea b) do mesmo requerimento que visa avaliar “os critérios e responsabilidades políticas coletivas e pessoais, da Parceria Público-privada para a instalação de um centro de radioterapia em São Miguel.

Participaram na audição da Dr.ª Olga Freitas, os Deputados Isabel Rodrigues (PS), José Lima (PS) (em substituição do Deputado Lúcio Rodrigues), José Rego (PS), José San-Bento (PS), Nélia Amaral (PS), Ricardo Cabral (PS); Rogério Veiros (PS), Pedro Gomes (PSD), Artur Lima (CDS/PP) e Aníbal Pires (PCP).

O Deputado Pedro Gomes participou na reunião por videoconferência a partir da delegação da Assembleia em Ponta Delgada.



Usaram da palavra os Deputados Artur Lima, Ricardo Cabral, José San-Bento, Pedro Gomes e Rogério Veiros.

Como ponto prévio da ordem de trabalhos, dando cumprimento ao disposto no artigo 7º do Regimento de funcionamento da Comissão, procedeu-se à deliberação sobre a natureza da audição.

Ouvida a depoente e não tendo esta nada a opor à natureza pública da sua audição a Comissão deliberou atribuir carácter público à audição da Dr.<sup>a</sup> Olga Freitas, com os votos favoráveis dos Deputados dos Grupos Parlamentares do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e do CDS/PP e o voto contra do Deputado da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

A transcrição da audição da Dr.<sup>a</sup> Olga Freitas é parte integrante do presente relatório ao qual se apensa como Anexo XV.

### **1.5 – Reunião de 17 e 18 de julho de 2012**

A Comissão voltou a reunir na delegação da Assembleia na ilha Terceira, nos dias 17 e 18 de julho de 2012, dando cumprimento à convocatória n.º 3690 de 21 de junho de 2012, que se junta como Anexo XVI.

No dia 17 de julho a Comissão procedeu às seguintes audições:

- i) Professor Gualter Couto, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da APIA – Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E., ouvido no âmbito da avaliação dos critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, do projeto para a instalação de um centro de medicina nuclear nos Açores.

No decurso da audição foi igualmente abordado o processo de instalação de um centro de radioterapia em São Miguel, na vertente da apreciação desenvolvida pela APIA de duas iniciativas privadas para implementação de um serviço de radioterapia em São Miguel, candidatas a Projeto de Interesse Regional.

Participaram na audição do Dr. Gualter Couto, os Deputados Isabel Rodrigues (PS), José Rego (PS), José San-Bento (PS), Lúcio Rodrigues (PS), Nélia

Amaral (PS), Ricardo Cabral (PS); Rogério Veiros (PS), António Marinho (PSD), Pedro Gomes (PSD), Artur Lima (CDS/PP) e Aníbal Pires (PCP).

Usaram da palavra os Deputados Artur Lima, Pedro Gomes, Ricardo Cabral, José Rego, António Marinho e José San-Bento.

A transcrição da audição do Professor Gualter Couto é parte integrante do presente relatório ao qual se apensa como Anexo XVII.

- ii) Audição do Dr. Ramiro Silva, na qualidade de Presidente do Júri do procedimento concursal para a informatização do Serviço Regional de Saúde, ouvido no âmbito da avaliação dos critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais do contrato de adjudicação do SIS-ARD à empresa Espanhola INDRA.

Participaram na audição do Dr. Ramiro Silva, os Deputados Isabel Rodrigues (PS), José Rego (PS), José San-Bento (PS), Lúcio Rodrigues (PS), Nélia Amaral (PS), Ricardo Cabral (PS); Rogério Veiros (PS), António Marinho (PSD), Pedro Gomes (PSD), Artur Lima (CDS/PP) e Aníbal Pires (PCP).

Usaram da palavra os Deputados Pedro Gomes, Artur Lima, José Rego, Rogério Veiros e José San-Bento.

Como ponto prévio da ordem de trabalhos, dando cumprimento ao disposto no artigo 7º do Regimento de funcionamento da Comissão, procedeu-se à deliberação sobre a natureza da audição.

Ouvido o depoente e tendo este manifestado o entendimento de que a sua audição não deveria ser pública, na medida em que as suas declarações possam, de alguma forma, ser utilizadas posteriormente em prejuízo dos interesses do Serviço Regional de Saúde, a Comissão deliberou atribuir carácter reservado à audição do Dr. Ramiro Silva, com os votos favoráveis dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, e com os votos contra dos Deputados dos Grupos Parlamentares do Partido Social Democrata e do CDS/PP.

A transcrição da audição do Dr. Ramiro Silva é parte integrante do presente relatório ao qual se apensa como Anexo XVIII.

iii) Audição da Dr.<sup>a</sup> Rosa Matos, Presidente do Conselho de Administração da SUDAÇOR ouvida no âmbito da avaliação dos critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais no âmbito dos seguintes processos:

- a) Contrato de adjudicação do SIS-ARD à empresa Espanhola INDRA;
- b) Parceria público-privada para a instalação de um Centro de Radioterapia em São Miguel;
- c) Parceria público-privada para a construção do novo hospital da ilha Terceira;
- d) Projeto para a instalação de um Centro de Medicina Nuclear nos Açores;
- e) Obras de construção ou remodelação de instalações de unidades de saúde.

Participaram na audição da Dr.<sup>a</sup> Rosa Matos, os Deputados Isabel Rodrigues (PS), José Rego (PS), José San-Bento (PS), Lúcio Rodrigues (PS), Nélia Amaral (PS), Ricardo Cabral (PS); Rogério Veiros (PS), António Marinho (PSD), Pedro Gomes (PSD), Artur Lima (CDS/PP) e Aníbal Pires (PCP).

Usaram da palavra os Deputados Pedro Gomes, Artur Lima, José Rego, Rogério Veiros e José San-Bento.

A transcrição da audição da Dr.<sup>a</sup> Rosa Matos é parte integrante do presente relatório ao qual se apensa como Anexo XIX.

No dia 18 de julho a Comissão procedeu às seguintes audições:

- i) Audição do Dr. Sérgio do Cabo, na Qualidade de Presidente do Júri do procedimento concursal para a parceria público-privada para a conceção, construção e exploração do novo Hospital do Santo Espírito e na qualidade de Presidente do Júri do procedimento concursal para a parceria público-privada para a conceção, construção, financiamento e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores, ouvido no âmbito da avaliação dos critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais da parceria público-privada para a instalação de um centro de

radioterapia em São Miguel e da parceria público-privada para a construção do novo hospital da ilha Terceira.

Participaram na audição do Dr. Sérgio do Cabo, os Deputados Isabel Rodrigues (PS), José Rego (PS), José San-Bento (PS), Lúcio Rodrigues (PS), Nélia Amaral (PS), Ricardo Cabral (PS); Rogério Veiros (PS), António Marinho (PSD), Pedro Gomes (PSD), Artur Lima (CDS/PP) e Aníbal Pires (PCP).

Usaram da palavra os Deputados Pedro Gomes, Artur Lima, António Marinho e José San-Bento.

Como ponto prévio da ordem de trabalhos, dando cumprimento ao disposto no artigo 7º do Regimento de funcionamento da Comissão, procedeu-se à deliberação sobre a natureza da audição.

Ouvido o depoente e não tendo este nada a opor à natureza pública da sua audição a Comissão deliberou atribuir carácter público à audição do Dr. Sérgio do Cabo, com os votos favoráveis dos Deputados dos Grupos Parlamentares do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e do CDS/PP e o voto contra do Deputado da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

A transcrição da audição do Dr. Sérgio do Cabo é parte integrante do presente relatório ao qual se apensa como Anexo XX.

- ii) Audição do Secretário Regional da Saúde, ouvido no âmbito de todas as matérias que constituem o objeto da Comissão de Inquérito.

Participaram na audição do Secretário Regional da Saúde, os Deputados Isabel Rodrigues (PS), José Rego (PS), José San-Bento (PS), Lúcio Rodrigues (PS), Nélia Amaral (PS), Ricardo Cabral (PS), Rogério Veiros (PS), António Marinho (PSD), Pedro Gomes (PSD), Artur Lima (CDS/PP) e Aníbal Pires (PCP).

Usaram da palavra os Deputados Artur Lima, Ricardo Cabral, Pedro Gomes, Anibal Pires, José San-Bento e Rogério Veiros.

Como ponto prévio da ordem de trabalhos, dando cumprimento ao disposto no artigo 7º do Regimento de funcionamento da Comissão, procedeu-se à deliberação sobre a natureza da audição.

Ouvido o depoente e não tendo este nada a opor à natureza pública da sua audição a Comissão deliberou atribuir carácter público à audição do Secretário Regional da Saúde, Dr. Miguel Correia, com os votos favoráveis dos Deputados dos Grupos Parlamentares do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e do CDS/PP e o voto contra do Deputado da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

A transcrição da audição do Secretário Regional da Saúde é parte integrante do presente relatório ao qual se apensa como Anexo XXI.

No dia 18 de julho de 2012 os Deputados Artur Lima e Pedro Gomes, nos termos do disposto no artigo 105.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores requereram, à Presidente da Comissão, a audição das seguintes entidades:

- Presidente da empresa IsoPor;
- Presidente da empresa Quadrantes, Clínica Médica e de Diagnóstico, do Grupo Joaquim Chaves;
- Ex-Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Dr. Domingos Cunha.

O referido requerimento, que se apensa como Anexo XXII, foi apreciado pela Comissão e rejeitado por maioria, com os votos contra dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, os Votos favoráveis dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP e a abstenção do Deputado da Representação Parlamentar do PCP.

A transcrição dos trabalhos da Comissão do dia 18 de julho é parte integrante do presente relatório ao qual se apensa como Anexo XXIII.

## **1.6 – Reunião de 26 e 27 de julho de 2012**

Dando cumprimento à convocatória n.º 3691 de 21 de junho de 2012, que se apensa como Anexo XXIV, a Comissão voltou a reunir nos dias 26 e 27 de

julho de 2012, na delegação da Assembleia na ilha Terceira, para proceder à apreciação, discussão e aprovação do Relatório da Comissão.

Participaram na reunião os Deputados Isabel Rodrigues (PS), Francisco Valadão (PS), José Rego (PS), José San-Bento (PS), Nélia Amaral (PS), Nélia Nunes (PS), Ricardo Cabral (PS); António Marinho (PSD), Pedro Gomes (PSD), Artur Lima (CDS/PP) e Aníbal Pires (PCP).

Usaram da palavra os Deputados Isabel Rodrigues, Nélia Amaral, Artur Lima, Pedro Gomes, José San-Bento e Aníbal Pires.

O relatório da Comissão foi aprovado por unanimidade.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou a declaração de voto que se apensa como Anexo XXV.

As conclusões que integram o relatório foram aprovadas por maioria, com os votos favoráveis dos Deputados do partido Socialista, e do Deputado do PCP (com exceção da conclusão n.º 5 referente à parceria público-privada para a instalação de um centro de radioterapia em São Miguel, que mereceu o voto contra) e com os votos contra dos Deputados do Partido Social Democrata e do CDS/PP.

A transcrição dos trabalhos da Comissão na presente reunião é parte integrante do presente relatório ao qual se apensa como Anexo XXVI.

## **CAPÍTULO VI**

### **ANÁLISE DOCUMENTAL**

Foi submetido à apreciação da Comissão um vasto conjunto de documentos referentes a cada setor da atividade da Secretaria Regional da Saúde e das entidades públicas empresariais sob a sua tutela que constituem o objeto da Comissão.

A listagem dos referidos documentos é a que consta do Capítulo anterior.

A análise dos documentos submetidos à apreciação da Comissão permite constatar o seguinte:

**a) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, do contrato de adjudicação do SIS-ARD à empresa Espanhola INDRA;**

O concurso público para a aquisição do sistema de informação da Saúde – Açores Região Digital (SIS-ARD) foi aberto na sequência de deliberação da Assembleia Geral da SAUDAÇOR de 14 de fevereiro de 2005.

Este processo seguiu o regime jurídico da contratação pública vertido no Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

O anúncio de concurso foi mandado para publicação a 15 de fevereiro de 2005, no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias (JOCE)*, no Diário da República e no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

O concurso foi igualmente publicitado nos jornais: Diário de Notícias, Público e Diário Insular, a 15 de fevereiro de 2005, com posterior retificação a 4 de março.

A 07 de março de 2005 foi enviado ao JOCE uma retificação do anúncio.

Levantaram a documentação do concurso dezassete entidades.

O ato público decorreu em 18 de maio de 2005, 30 de maio de 2005 e 31 de maio de 2005.

Apresentaram-se a concurso 8 propostas

As referidas propostas podem ser caracterizadas da seguinte forma:

Concorrentes	Preço Global	Duração	Garantia
1   Fujitsu Services / DTS	€ 6.525.636,74	21 m	24 m
2   Accenture	€ 8.660.801,02	18 m	36 m
3   Siemens SA	€ 14.567.270,00	23 m	24 m
4   ONI Telecom	€ 3.290.160,00	19 m	36 m

5	Consórcio Alert, MNI, Novabase e Datinform	€ 8.291.678,21	28 m	24 m
6	CPC HS	€ 4.931.862,00	18 m	24 m
7	PT Comunicações	€ 10.397.549,94	24 m	24 m
8	Indra CPC	€ 4.394.093,94	20 m	24 m

O júri procedeu à apreciação das propostas tendo em conta, designadamente:

- Habilitações profissionais;
- Capacidade técnica;
- Capacidade financeira.

Na análise financeira, foram levantadas dúvidas quanto à capacidade financeira das concorrentes ONI e INDRA, as quais foram ultrapassadas atendendo à identidade das acionistas daquelas empresas e, no caso concreto da INDRA, ao volume de *cash flow* operacional, resultado operacional, resultado líquido e volume de vendas da acionista maioritária.

Os 8 concorrentes foram admitidos a concurso.

Dando cumprimento ao previsto no artigo 20.º do Programa do Concurso, a adjudicação seguiu o critério da proposta economicamente mais vantajosa.

Foram estabelecidos os seguintes critérios de adjudicação:

- a) Qualidade e adequação do modelo do serviço (40%);
- b) Qualidade e adequação da solução tecnológica (30%);
- c) Preço explicitado no orçamento, incluindo condições financeiras (15%);
- d) Calendarização da proposta (15%).

Em reunião do júri de 07 de abril de 2005 foram aprovados vinte subfactores a ponderar na aplicação dos quatro fatores constitutivos dos critérios de adjudicação, e aprovada a utilização de uma escala de zero a vinte valores (ata do júri).

A desagregação dos 4 fatores constitutivos dos critérios de resultou nos seguintes 20 Subfactores e respetiva cotação:

- 1) Qualidade e adequação da solução tecnológica proposta 40%



i) Cumprimento de requisitos funcionais	50%
a) Funcionalidades standard	60%
b) Funcionalidades a implementar	30%
c) Funcionalidades extra	10%
ii) Arquitetura e tecnologia	15%
iii) Flexibilidade / Interpolaridade	15%
iv) Escalabilidade / Fiabilidade	10%
v) Usabilidade	10%
2) Qualidade e adequação do modelo de serviço proposto	30%
i) Garantia	30%
ii) Serviços de assistência técnica e manutenção	30%
iii) Responsabilidades	10%
iv) Metodologia de gestão de proj e implementação	30%
3) Preço explicitado no orçamento, incluindo condições financeiras	15%
i) Software aplicacional	40%
a) Aquisição / licenciamento	40%
i) Sistema regional de recenseamento de utentes	5%
ii) Sistema integrado de gestão de unid. de saúde	50%
iii) Sistema integrado de gestão da SRAS	15%
iv) Extranet	10%
v) Plataforma multi-canal de conteúdos e serviços	15%
vi) Sistema integrado de configuração e supervisão	5%
b) Consultoria / Especificação	20%
c) Parametrização	20%
d) Desenvolvimento	20%
ii) Formação	10%
a) Utilizadores	60%
b) Administradores / gestores de sistemas	30%
c) Elaboração doc. técnica e de apoio ao utilizador	10%
iii) Migração de dados	1%

iv) Assistência técnica e manutenção	40%
v) Serviços complementares	1%
a) Dimensionamento do Data-Center	50%
b) Outros serviços	50%
vi) Custo / hora por perfil	5%
a) Valor médio elemento Sênior	60%
b) Valor médio elemento Júnior	40%
vii) Aquisição/licenciamento software base para Data-Center	3%
4) Calendarização proposta	15%
i) Prazo total	60%
ii) Duração fase análise requisitos e validação pela Saudacor	15%
iii) Duração de fase de testes	15%
iv) Duração média para formação de utilizadores	10%

Nos termos da referida Ata de 7 de abril de 2005, os critérios/subcritérios são classificados de acordo com uma escala de 0 a 20 valores, até ao máximo de duas casas decimais.

Os concorrentes foram convidados a efetuar uma apresentação da solução proposta.

As sessões de apresentação decorreram entre 19 e 29 de setembro de 2005.

Para melhor avaliação das propostas, o júri solicitou aos concorrentes o preenchimento de uma grelha com a decomposição dos preços, (correspondência de 10 de outubro de 2005).

Foram solicitadas demonstrações em ambiente real de funcionamento, às quais assistiram os cinco elementos do júri e 5 observadores com experiência clínica.

Foram realizadas as seguintes demonstrações:

<b>Concorrente</b>	<b>Local</b>
Accenture	Itália

	Lisboa
CPC-HS	Coimbra Lisboa
INDRA	Sevilha
SIEMENS	Não foi agendada

A 15 de março de 2006 o júri do concurso aprovou o projeto de relatório final que foi enviado aos concorrentes em processo de audiência prévia escrita com a notificação dos concorrentes nos termos do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em 28 de março de 2006.

Do referido processo resultou que, pelos concorrentes C – HealthCare Solutions SA, INDRA – CPC, ACCENTURE e Consórcio MNI, Novabase e Datinfor foram apresentadas as reclamações que, tendo sido analisadas, se anexaram ao relatório final.

O Relatório final foi aprovado a 21 de abril de 2006 e dele foi dado conhecimento aos concorrentes.

Do relatório final consta a seguinte classificação dos concorrentes:

<b>Classificação</b>	<b>Concorrente</b>	<b>Pontuação Final (0-20)</b>
1.º	INDRA - CPC	15,84
2.º	Accenture	15,66
3.º	CPC-HS	15,45
4.º	ONI Telecom	14,85
5.º	PT Comunicações SA	14,01
6.º	Consortio MNI, Novabase e Datinfor	13,49
7.º	SIEMENS, SA	13,11
	Fujitsu Services – Tecnologias de Informação	

8.º	Lda / DTS – Sociedade Açoreana de Desenvolvimento de Tecnologias e Serviços	12,83
-----	-----------------------------------------------------------------------------	-------

Por decisão de 16 de junho de 2006, da Assembleia Geral da SAUDAÇOR, o concurso público para aquisição do Sistema de Informação da Saúde – Açores Região Digital foi adjudicado à empresa INDRA-CPC.

Da referida adjudicação foram notificados todos os concorrentes.

O contrato de fornecimento de bens e serviços para a implementação do sistema de informação da Saúde – Açores Região Digital foi outorgado a 10 de agosto de 2006.

Dados relevantes do contrato:

Preço	€4 330 505,80 (s/ IVA)
Prazo de execução	24 meses
Manutenção e assistência técnica	24 meses a contar da aceitação definitiva

No âmbito do contrato (cláusula 13.ª) são previstas as penalizações aplicáveis por incumprimento da prestação do serviço assim como o respetivo montante.

A 28 de setembro de 2007 foi celebrada uma adenda ao contrato de fornecimento de bens e serviços para a implementação do sistema de informação da Saúde – Açores Região Digital que procede à prorrogação do prazo da prestação dos serviços e à alteração das condições de pagamento, com a consequente revisão do Plano de Implementação e do Plano de Pagamentos.

Na sequência da prorrogação do prazo foram efetuadas diversas reuniões de trabalho entre a SAUDAÇOR e a INDRA com o objetivo de proceder à revisão do plano de implementação do projeto assim como à redefinição de alguns módulos.

No âmbito das referidas reuniões de trabalho foram objeto de intervenção os seguintes produtos:

- Redefinição do módulo de Reembolsos;
- Documento de análise funcional do módulo de reembolsos;

- Esclarecimentos sobre requisitos para o módulo PIS e sobre a sua integração com outros módulos;
- Esclarecimento de dúvidas sobre Módulo GAS;
- Intranet;
- Módulo de Registo de Convenções e Protocolos;
- Módulo de relações Públicas;
- Módulo Emergência Médica;
- Sistema integrado de configuração e supervisão:
  - Especificação dos requisitos do sistema;
  - Especificação funcional;
- Sistema Regional de Recenseamento de Utentes:
  - Especificação dos requisitos do sistema;
  - Caderno de especificação da análise funcional;
- Sistema de Gestão de Unidades de Saúde:
  - Gestão de agendas e marcações;
  - Internamento;
  - Análise de alterações ao Hospital de Dia (Gestão Administrativa);
  - Gestão administrativa da urgência;
  - Estação de enfermagem I
  - Estação de enfermagem II
  - Estação de enfermagem III
  - Cuidados Primários
  - Estação médica II
  - Hospital de Dia
  - Bloco operatório
  - Alimentação e dietética
  - Gestão de transportes
  - Gestão de requisições
- Mapeamento de requisitos – Unidades de Saúde:
  - Execução da despesa;
  - Gestão da manutenção (equipamento e obras);

- Contabilidade patrimonial;
- Execução da receita;
- Elaboração e manutenção orçamental;
- Imobilizado;
- Reconciliação bancária e previsão de tesouraria;
- Mapeamento dos processos futuros;
- Análise e desenho de processos futuros:
  - Execução da receita;
  - Contabilidade patrimonial;
  - Elaboração e manutenção orçamental;
  - Reconciliação bancária e previsão de tesouraria;
  - Execução da despesa;
- Desenho técnico de faturação clínica nos Açores;

Continuaram a verificar-se atrasos na entrega dos produtos, mesmo após a redefinição do programa de implementação do projeto.

Perante o incumprimento das cláusulas do contrato e respetiva adenda por parte da INDRA, a SAUDAÇOR procedeu à aplicação das penalizações contratuais previstas através da emissão de autos de aplicação de multa e, posteriormente à notificação de intenção de resolução do contrato.

A SAUDAÇOR levantou três autos de multa contratuais:

- 06.10.2010 – 1º auto (€ 186.182,09)
- 04.01.2011 – 2º auto (€ 243.679,50)
- 08.09.2011 – 3º auto (€361.412,29)

O valor total das penalidades aplicadas foi de € 791.273,87.

Em maio de 2011 a INDRA procedeu à entrega de um grande volume de produtos. Atendendo à complexidade do sistema, a SAUDAÇOR requereu os serviços profissionais da Accenture para proceder a testes funcionais da aplicação fornecida pela INDRA, no sentido de aferir a viabilidade da sua aceitação.

O relatório final produzido pela Accenture no âmbito dos trabalhos de validação sobre a aplicação SIS-ARD conclui que esta “apresenta não conformidades e lacunas com importância tal, que não nos permitem considerar a sua validade para a disponibilização em ambiente produtivo no imediato, estimando-se um esforço temporal significativo para a concretização desse objetivo”.

Face aos resultados da referida avaliação foi concedido à INDRA um prazo adicional de 30 dias para corrigir as desconformidades apontadas, sob pena de resolução do contrato.

A INDRA não agiu em conformidade pelo que os seguintes produtos, entregues pela INDRA em maio de 2011, não foram aceites/validados pela SAUDAÇOR em virtude das desconformidades e lacunas identificadas no relatório anteriormente referido:

**Fase III** - (Estação administrativa, Clínica e de enfermagem no internamento, urgência, alimentação e dietética);

**Fase IV** - Estação administrativa, Clínica e de enfermagem no âmbito do Bloco Operatório, Hospital de Dia, Programas de Saúde, Receita Eletrónica (desmaterialização), Banco de Sangue, Farmácia Hospitalar, Faturação e integração com sistemas externos;

**Componente Administrativa** - Controlo de Assiduidade, Recursos Financeiros, Recursos Materiais, Recursos Humanos;

### **Componente de Gestão da Secretaria Regional da Saúde**

**Plataforma Multi Canal** - E-Learning; Extranet; Centro de Contactos; Portal de Informações e Serviços.

Na sequência dos sucessivos incumprimentos por parte da INDRA, o Conselho de Administração da SAUDAÇOR solicitou parecer jurídico à Borges da Ponte, Linhares Dias & Associados, Sociedade de Advogados, RL sobre as consequências jurídicas do incumprimento do contrato de fornecimento do Sistema de Informação da Saúde – Açores Região Digital.

Do referido parecer, designadamente da alínea i) das conclusões, resulta que se “verificam as condições para a resolução do contrato, nos termos da cláusula 18.<sup>a</sup> n.s 1 e 2 do Caderno de Encargos e n.º 3 da cláusula 19.<sup>a</sup> do contrato”.

A 4 de outubro de 2011, através da comunicação n.º Saud-Sai/2011/1522, foi comunicada à INDRA a intenção de resolução do Contrato de Fornecimento de Bens e Serviços para Implementação do Sistema de Informação de Saúde – Açores Região Digital, fundamentando a intenção em pareceres jurídico e técnico. Na mesma comunicação foi estabelecido um prazo de 30 dias para correção das desconformidades apontadas no relatório técnico.

Reunido a 22 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da SAUDAÇOR deliberou, por unanimidade, como consta da Ata 11-16, “proceder à resolução do contrato de implementação do projeto SIS-ARD, celebrado com a INDRA, por motivo de incumprimento contratual imputável àquela empresa”.

Reunida a 4 de janeiro de 2012, Assembleia Geral da SAUDAÇOR – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos de Saúde dos Açores, S.A deliberou “ratificar a decisão do Conselho de Administração da SAUDAÇOR de rescindir o contrato com a INDRA, concordando com as fundamentações de facto, técnicas e jurídicas que basearam essa decisão”, como consta da Ata 12-01.

A referida decisão foi comunicada à INDRA pela SAUDAÇOR através de comunicação n.º SAUd-Sai/2012/275 datada de 10 de fevereiro de 2012, na qual se comunica “a resolução do contrato, com efeitos a partir desta data.”

**b) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, da parceria público-privada para a instalação de um centro de radioterapia em São Miguel;**

A Resolução do Conselho do Governo n.º 11/2006, de 19 de janeiro de 2006, autorizou a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais a proceder a negociações destinadas à implementação de serviços de Radioterapia na Região Autónoma dos Açores.

Posteriormente, através da Resolução do Conselho do Governo n.º 83/2007, de 26 de Julho de 2007, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (com poderes



de delegação na SAUDAÇOR) foi incumbida de desencadear todos os processos e procedimentos relacionados com a implementação de um serviço de radioterapia, em Ponta Delgada, a construir no local que vier a ser definido como o mais adequado para o efeito e de proceder à aquisição de estudos e de serviços de consultoria que se revelem necessários, nomeadamente os relativos à preparação e elaboração do programa, caderno de encargos e demais elementos até à contratação da Parceria Público Privada, incluindo os necessários à disponibilização dos terrenos necessários à construção do edifício. Em julho de 2008 foi apresentado o Estudo Estratégico da parceria público-privada relativa à conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do centro de radioterapia dos Açores.

O referido estudo, na sua página 12, refere explicitamente que “a demografia nos Açores indica claramente a viabilidade da instalação de um Centro de Radioterapia nos Açores”. Acrescenta, na página seguinte, que “se a população atual justifica a existência de uma estrutura que permita dar resposta às suas necessidades terapêuticas através de radioterapia, a evolução demográfica prevista contribui para consolidar essa necessidade.”

No que se refere à procura prevista, o Estudo estratégico para a Parceria Público-Privada do Centro de Radioterapia dos Açores considera que a atividade histórica de referenciação de utentes para a realização de tratamento de radioterapia no Continente não constitui uma boa referência para efeitos de projeção da procura, uma vez que esta estará subavaliada face às reais necessidades da população, devido a fatores como a recusa do utente em se deslocar para o Continente, a prescrição de terapêuticas alternativas ou o tempo de espera nas instituições de referência.

O Estudo citado procedeu à estimativa da procura com base nos dados de incidências e reincidências da Rede de Referenciação do Hospital de Oncologia e da Organização Mundial de Saúde.

A estimativa, realizada pela *Intersalus*, assume uma incidência de 4 casos oncológicos por 1000 habitantes, por ano, 60% dos quais com necessidades de

tratamento por radioterapia externa e uma taxa de reincidências de 12% por ano.

As necessidades teóricas estimadas são, de acordo com os critérios atrás mencionados, as seguintes:

	2010	2015	2020	2025	2030
População da Região Autónoma dos Açores	245.041	246.408	246.683	245.787	243.982
Incidência de casos oncológicos	980	986	987	983	976
Casos com necessidade de radioterapia	588	591	592	590	586
Reincidências	71	71	71	71	70
Total de utentes a tratar / ano	659	662	663	661	656
Total de sessões / ano (média de 25 sessões por utente)	16.467	16.559	16.577	16.517	16.396

O Estudo Estratégico considera expectável que nem todas as necessidades teóricas da Região se venham a refletir imediatamente em procura para o Centro de Radioterapia dos Açores. Segundo o Estudo, no primeiro ano de atividade é expectável uma taxa de captação de apenas 50%, que aumentará progressivamente nos três anos seguintes até atingir cerca de 90%, persistindo cerca de 10% de necessidades teóricas que não se traduzirão em procura.

Assim, a procura esperada é a seguinte:

Ano	Radioterapia Externa (Sessões / ano)	Braquiterapia (Tratamentos / ano)
2010	8.233	98
2011	10.386	124
2012	12.543	149
2013	14.870	177
2014	14.886	177

2015	14.903	177
------	--------	-----

Quanto às vantagens da implementação do Centro de Radioterapia dos Açores através de uma parceria público-privada, o Estudo refere o potencial para transferência de riscos do sector público para o sector privado e o controlo dos custos de investimento e exploração.

Acresce que, nos termos do quadro seguinte, o Valor Atual Líquido projetado para os encargos com a PPP é inferior ao Custo Público Comparável em cerca de 6%:

		Valor
+	Custo Público Comparável	€ 34.064.313
-	Valor Atual Líquido PPP	€ 31.986.079
=	Ganho estimado para a RAA	€ 2.078.234

Quanto aos custos de natureza técnica/operacional do projeto, a preços de janeiro de 2008, foram estimados os seguintes:

<b>Edifício</b>	
Investimento inicial em construção civil	€ 5,0 milhões, líquido de IVA
<i>Start-up costs</i>	€ 0,1 milhões, líquido de IVA
Investimento de substituição	2% do valor de investimento inicial do edifício, no primeiros 3 anos e 4% nos seguintes
Custos operacionais	€ 2,7 milhões em cruzeiro
<b>Estabelecimento</b>	
Investimento inicial em equipamento de alta tecnologia	€ 5,8 milhões, incluindo IVA suportado dado ser

	uma atividade isenta
<i>Start-up costs</i>	€ 0,1 milhões
Investimentos de substituição	€ 0,0
Custos de manutenção	Entre 7% e 13% do custo de aquisição dos equipamentos
Custos operacionais	€ 2,7 milhões em cruzeiro

A 11 julho de 2008, através de um Despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, o Governo Regional decidiu pelo lançamento da parceria público-privada e homologou as conclusões do Estudo Estratégico.

No mesmo mês foram publicados os anúncios de lançamento do concurso no Jornal Oficial da União Europeia, no Diário da República e no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

Apresentou-se a concurso o Agrupamento Quadrantes – Clínica Médica e Diagnóstico, Sociedade Unipessoal, Lda.; Quadrantes Porto - Clínica Médica, Lda.; Grupo Joaquim Chaves, SGPS, S.A.; Bascol – Construção Civil, S.A. e Bascol – Investimentos, SGPS, S.A.

O ato público do concurso teve lugar no dia 4 de novembro de 2008.

Tal como consta da respetiva Ata, a Comissão de Abertura das Propostas deliberou admitir o concorrente.

A 20 de março de 2009 foi apresentado e homologado o Relatório Final para a fase de Negociações, previsto no artigo 40.º do Programa de Procedimentos, no qual se concluiu que o concorrente comprovou os requisitos de capacidade técnica, económica e financeira e que não se verificavam quaisquer dos fatores de exclusão referidos no Programa do Procedimento, tendo deliberado, por unanimidade, seleccioná-lo para a fase de negociações.

A fase de negociações teve início a 11 de maio de 2009. Efetuaram-se quatro sessões de negociação, a 11 de maio, 30 de junho, 15 de julho e 7 de agosto. A

quarta sessão coincidiu com a entrega da proposta final (*Best and Final Offer* - BAFO).

A 2 outubro de 2009 foi elaborado o Relatório Final das negociações, homologado pelo Vice-Presidente do Governo regional e pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais a 09 de outubro de 2009.

Nos termos da proposta BAFO do concorrente, estima-se um investimento em construção no valor de € 4.618.019 (sem IVA) e em equipamentos no valor de 4.856.498.

No que se refere à oferta de sessões de radioterapia e braquiterapia, os valores são, em síntese, os contantes do quadro seguinte:

	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2015</b>
<b>Radioterapia</b>	6.861	12.543	14.903
<b>Braquiterapia</b>	82	149	177

Quanto aos preços unitários por sessão de tratamento constantes da proposta BAFO eram, em síntese, os seguintes:

	<b>2008</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2015</b>
<b>Radioterapia</b>	€ 144	€ 150	€ 156	€ 165
<b>Braquiterapia</b>	€ 2.517	€ 2.619	€ 2.725	€ 2.892

Os valores envolvidos na proposta BAFO, sem IVA e atualizados a janeiro de 2008, apurados pela Comissão de Avaliação são os seguintes:

Rubrica	Montante em €
<b>Entidade gestora do edifício</b>	
VAL da Remuneração Base Anual (prazo de 30 anos)	13.471.939
<b>Entidade Gestora do Estabelecimento</b>	
VAL da Remuneração Base Anual Fixa (prazo de 10 anos)	1.991.327
VAL da Remuneração Base Anual Variável (prazo	15.171.507

de 10 anos)	
VAL da Remuneração Base Anual Fixa + Variável	17.171.507
<b>Edifício + Estabelecimento</b>	
Valor total	30.634.773

O Referido relatório conclui que “analisada a proposta final do concorrente à luz dos fatores de seleção a que se refere o artigo 37.º do Programa de Procedimento, verifica-se que a mesma tem condições globalmente mais vantajosas para a entidade pública contratante uma vez que obtém uma pontuação superior àquela que obteve para efeitos de seleção para a fase de negociação conforme se demonstra no quadro seguinte:

	<b>Critério</b>	<b>Ponderação</b>	<b>Classificação ponderada no relatório das negociações (BAFO)</b>	<b>Classificação ponderada no relatório de qualificação e selecção para a fase negociação (Avaliação Inicial)</b>
A	Qualidade técnica da proposta - Edifício	25%	4,07	3,27
B	Qualidade técnica da proposta - Equipamento	25%	4,60	4,03
C	Valor Actual Líquido dos Pagamentos a realizar pela Região Autónoma dos Açores no âmbito do Contrato (VAL)	37,5%	4,87	5,10
D	Solidez da Estrutura Empresarial, Financeira e Contratual	10%	1,30	1,07
E	Grau de Compromisso	2,5%	0,22	0,13
<b>Total</b>		<b>100%</b>	<b>15,06</b>	<b>13,60</b>

Do referido relatório consta, igualmente, a seguinte proposta de decisão: “... a Comissão procedeu à avaliação da proposta final (BAFO) apresentada pelo concorrente (...) à luz dos fatores e subfactores enunciados no artigo 37.º do Programa de Procedimento e no Regulamento de Avaliação das Propostas, que constitui o Anexo III ao Programa do Procedimento, tendo concluído que se trata de uma proposta suficiente que merece a classificação final de 15,06 valores, numa escala de 0 a 20 valores (considera-se boa a proposta entre 16 e

20 valores), a qual representa um a melhoria de 1,46 valores face à proposta inicial, pelo que deliberou por unanimidade propor a adjudicação do contrato de gestão relativo à conceção, construção, financiamento, conservação e exploração do Centro de Radioterapia dos açores ao concorrente n.º 1”.

Através da Resolução do Conselho do Governo n.º 70/2010, de 17 de maio de 2010 foi adjudicado o Contrato de Gestão relativo à conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores, ao Concorrente “Agrupamento Quadrantes – Clínica Médica e Diagnóstico, Sociedade Unipessoal, Lda; Quadrantes Porto – Clínica Médica, Lda; Grupo Joaquim Chaves, SGPS, S.A., Bascol – Construção Civil, S.A. e Bascol – Investimentos, SGPS, S.A.”, nos termos da sua proposta final e com os fundamentos constantes do relatório das negociações e aprovada a minuta do contrato.

A Resolução do Conselho do Governo n.º 119/2010 de 28 de Julho de 2010 pronuncia-se sobre reclamações à minuta do contrato.

A 15 de novembro de 2010 procedeu-se à assinatura do contrato, o qual foi submetido a Fiscalização Prévia pelo Tribunal de Contas a 28 de dezembro de 2010.

A 20 de janeiro, o Tribunal de Contas apresentou o primeiro pedido de esclarecimento que versava a legalidade da adjudicação assim como o enquadramento orçamental.

A resposta ao primeiro pedido de esclarecimento foi remetida ao Tribunal de Contas a 23 de fevereiro de 2011.

Seguiu-se novo pedido de esclarecimento por parte do Tribunal de Contas a 28 de fevereiro de 2011, solicitando demonstração da previsão plurianual do compromisso e descrição dos encargos plurianuais discriminados.

Na resposta, datada de 18 de abril de 2011, o Governo Regional fornece os dados solicitados quanto à comportabilidade orçamental e financeira do projeto assim como os referentes aos encargos plurianuais assumidos, lembrando a inexistência do respetivo mapa orçamental no Orçamento da Região Autónoma

dos Açores, bem como a decisão de o tornar aplicável ao Orçamento da Região a partir de 2012, como decorre da Resolução do Conselho do Governo n.º 40/2011, de 28 de março.

Apesar dos esclarecimentos disponibilizados, a 10 de maio de 2011, o Tribunal de Contas informou da sua decisão de recusa de visto fundamentada na inexistência de mapa de encargos plurianuais e por considerar não ter sido demonstrada a comportabilidade orçamental do projeto.

A 29 de junho de 2011, foi enviado novo processo para fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Após dois pedidos de esclarecimento (a 11 de julho de 2011 e a 22 de novembro de 2011) e respetivas respostas (a 14 de novembro e a 10 de fevereiro de 2012), incidindo ambas sobre a previsão plurianual do compromisso e descrição dos encargos plurianuais em mapa do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, o Tribunal de Contas procedeu à notificação de recusa de visto a 28 de fevereiro de 2012.

Perante a segunda recusa de visto por parte do Tribunal de contas e atendendo ao contexto económico e financeiro que entretanto se instalou, na Europa, em Portugal e na Região, o Governo Regional optou por procurar uma forma alternativa de concretizar o objetivo de disponibilizar serviços de radioterapia nos Açores, aos doentes da Região.

Foram entregues na APIA – Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E., dois projetos de investimento privado candidatos a Projeto de Interesse Regional, que visam a prestação de serviços de radioterapia na ilha de S. Miguel, apresentados pela Quadrantes, Clínica Médica e de Diagnóstico e pela IsoPor, SA.

Quanto ao projeto da Quadrantes, denominado “Unidade de Radioterapia dos Açores” e no âmbito da análise de mercado, estima, por aplicação dos rácios internacionais, o surgimento nos Açores de 987 casos de doença oncológica por ano, dos quais 493 com indicação para radioterapia (50% do total), sendo 49 com indicação simultânea para braquiterapia.



A Quadrantes identifica 3 fases do projeto, a primeira correspondendo a 10 meses de construção e instalação do equipamento médico, a segunda iniciando-se com a abertura da Unidade de Radioterapia e a terceira, que ocorre durante o ano 4 do projeto, na qual a Unidade entrará em velocidade de cruzeiro, estimando-se o número de sessões de radioterapia em 10.000.

As projeções para o número de doentes a atender nesta unidade apontam para 399 doentes no ano 2 (357 de radioterapia, 35 de braquiterapia, 3 de radiocirurgia e 4 de IMRT), aumentando para 501 no ano 6 e seguintes (450 de radioterapia, 43 de braquiterapia, 3 de radiocirurgia e 4 de IMRT).

A proposta indica um preço por sessão de € 210 para radioterapia e € 2.500 para braquiterapia.

Quanto ao investimento, o montante total previsto é de € 5.895.905 (IVA incluído), destinando-se € 2.169.200 à construção do edifício, € 3.589.779 a equipamento médico de alta tecnologia e o remanescente a equipamento médico e hospitalar, equipamento informático geral e mobiliário de escritório e equipamento genérico.

O investimento de substituição será feito com recurso a capitais próprios.

Quanto ao projeto apresentado pela IsoPor, denominado Clínica de Radioterapia dos Açores, estima, com recurso à aplicação de critérios epidemiológicos considerados adequados a nível internacional, o surgimento de cerca de 1000 novos doentes oncológicos por ano, na Região autónoma dos Açores, dos quais entre 500 a 600 com indicação para radioterapia.

Para efeitos de cálculo previsionial dos serviços a prestar a IsoPor utilizou um valor que corresponde “a pouco menos de metade do limite inferior do intervalo: 240 novos doentes por ano”, o que corresponde a 4800 a 6000 sessões por ano.

A proposta de preço médio por sessão é o valor da tabela de preços praticada na República multiplicada por um “Index Regional” entre 1,2 e 1,3.

Quanto aos investimentos a realizar pela empresa, estes importam o valor total de € 5.590.000, sendo € 1.500.000 correspondente a instalações, €3.600.000 referente a equipamento específico para a prestação de serviços de radioterapia

e o remanescente para despesas de constituição da empresa, projetos, pareceres e licenças, equipamento de apoio a atividades de I&D e controlo de qualidade e equipamento administrativo e tecnologias de informação e comunicação.

Apresenta-se, abaixo, um quadro comparativo das estimativas, quanto a necessidades teóricas tratamento:

	Estudo estratégico (dados p/ 2010)	Quadrantes	IsoPor
Estimativa incidência de doença oncológica, por ano, na RAA	908	987	1000
Casos com indicação para radioterapia	659	583	500 a 600

Quanto ao investimento e oferta constante das propostas a Projeto de Interesse Regional, apresenta-se o seguinte quadro:

		Quadrantes	IsoPor
Investimento			
	Construção	€ 2.169.200	€ 1.500.000
	Equipamento médico de alta tecnologia	€ 3.589.779	€ 3.600.000
Serviços			
	Número de doentes por ano	399 - 501	240
	Número de sessões por ano	Até 10.000	4.800 a 6.000
Preços			
	Radioterapia Externa	€ 210	Tabela de preços da República
	Braquiterapia	€ 2.500	

			multiplicada por “Index Regional” entre 1,2 e 1,3
--	--	--	---------------------------------------------------------------

**c) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, da parceria público-privada para a construção do novo hospital da ilha Terceira;**

As Resoluções do Conselho do Governo n.º 8/2006 de 19 de janeiro de 2006, e n.º 148/2006, de 11 de setembro incumbiram a SaudaÇor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, SA, de desencadear o processo relativo à conceção, projeto, construção e equipamento do novo Hospital da Ilha Terceira, assim como de proceder à contratação das assessorias para:

- Numa primeira fase proceder à definição do modelo de financiamento mais adequado e respetivo enquadramento legal, e à preparação e elaboração do programa, caderno de encargos e demais elementos relativos ao procedimento a adotar;
- Numa segunda fase proceder à contratação de consultadoria especializada, nomeadamente nas áreas técnicas, jurídicas e financeiras para o acompanhamento do contrato no âmbito do projeto, construção, financiamento, conservação, manutenção e exploração do Novo Edifício do Hospital da Ilha Terceira, bem como proceder à aquisição de outros estudos e serviços que se revelem necessários, com vista a garantir a boa execução e cumprimento do respetivo contrato.

Foram contratadas as seguintes assessorias:

<b>Assessorias – 1ª Fase</b>		<b>VALOR PAGO</b>
<i>Intersalus</i>	<i>Definição do Perfil</i>	<i>228.000,66 €</i>
<i>Espírito Santo - US</i>	<i>Assistencial e o Plano Funcional</i>	<i>210.521,53 €</i>
<i>Uria Menéndez</i>	<i>Apoio na área</i>	<i>208.588,89 €</i>
<i>Sérvulo Correia &amp; Associados</i>	<i>Jurídica</i>	<i>167.672,51 €</i>
<i>Espírito Santo - Investimento</i>	<i>Apoio na área Financeira</i>	<i>145.030,15 €</i>
<i>Telmo Vieira</i>		<i>80.894,60 €</i>
<i>Teixeira Trigo</i>	<i>Apoio na área da Construção Civil</i>	<i>80.894,60 €</i>
<i>Willis</i>	<i>Apoio na área de Seguros</i>	<i>30.250,00 €</i>
<i>Sérgio Cabo</i>	<i>Coordenação do Procedimento</i>	<i>20.000,00 €</i>
<i>Geocimenta</i>		<i>46.857,90 €</i>
<i>Universidade dos Açores</i>	<i>Apoio na área da análise do solo</i>	<i>17.250,00 €</i>
<i>Faculdade de Ciências</i>		<i>13.800,00 €</i>
		<b><i>1.303.860,44 €</i></b>

<b>Assessorias – 2ª Fase</b>		
<i>Arquiangra</i>	<i>Apoio ao Gestor de contrato</i>	<i>110.630,00 €</i>
<i>Teixeira Trigo</i>	<i>Revisão do Projeto de Construção</i>	<i>104.400,00 €</i>
<i>Intersalus</i>	<i>Revisão do Plano</i>	<i>29.000,00 €</i>

A 12 de setembro de 2007 foi reconhecido o interesse público da construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, através do Despacho n.º 840/2007, do Vice-Presidente do Governo Regional, que procedeu igualmente à desafetação de parcelas de terreno da Reserva Agrícola Regional.

O Decreto Legislativo Regional n.º 17/2006/A, de 2 de junho, sujeitou a medidas preventivas os terrenos localizados na área envolvente à nova unidade hospitalar a implantar em Angra do Heroísmo.

No âmbito das assessorias anteriormente referidas foram apresentados os seguintes elementos:

- Proposta de Assessoria Financeira relativa ao concurso para a concessão da conceção, construção, manutenção e operação do novo Hospital de Angra do Heroísmo, elaborada pela Espírito Santo Investment, em abril de 2006.
- Contrato de Assessoria Jurídica no âmbito do projeto de conceção, construção, financiamento e exploração/gestão do Hospital de Angra do Heroísmo, celebrado entre a Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, SA, e Sérvulo Correia e Associados, Sociedade de Advogados, RL, em 20 de abril de 2006.
- Proposta de Assessoria Técnica relativa ao concurso para a concessão da conceção, construção, manutenção e operação do novo Hospital de Angra do Heroísmo, elaborada pela Espírito Santo Saúde, em Abril de 2006.
- Informação jurídica sobre a eventual necessidade de aprovar legislação regional que enquadre o procedimento pré-contratual relativo à PPP/Novo Hospital de Angra do Heroísmo, elaborado pela Sérvulo Correia e Associados, em abril de 2006.

- Informação jurídica sobre a transmissão do atual edifício do Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, elaborada por Bernardo Diniz de Ayala e Rita Cunha Leal, em junho de 2006.
- Informação jurídica sobre documentos e procedimentos prévios ao lançamento da parceria público-privada relativa ao Hospital da Ilha Terceira, elaborada pela Sérvulo Correia e Associados, em outubro de 2006;
- Contrato de Assessoria no âmbito do projeto de conceção, construção, financiamento e exploração/gestão do Hospital de Angra do Heroísmo, celebrado entre a Saudaçor e Sérvulo Correia e Associados, abril de 2006.

Em outubro de 2006, foi apresentado o Relatório Geológico-geotécnico, relativo ao novo Hospital da Ilha Terceira, elaborado pela Geocimenta – Fundações e Construções, SA.

No mesmo mês, a Saudaçor adjudicou à Universidade dos Açores, a realização do estudo dos perigos geológicos existentes na área de implantação do novo Hospital de Angra do Heroísmo.

Em novembro de 2006, foi apresentado o Estudo Estratégico da Parceria Público-Privada referente ao Concurso Público com Negociação para a Celebração de um Contrato de Concessão para a Gestão do Edifício do Hospital da Ilha Terceira.

Através de Despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, de dezembro de 2006, foi decidido o lançamento da Parceria Público-Privada relativa ao Contrato de Concessão para a Gestão do Edifício do Hospital da Ilha Terceira, homologadas a análise e as conclusões constantes do Estudo Estratégico da Parceria e aprovado o Programa do Procedimento, a Minuta do Contrato e respetivos anexos.

Por Despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais determinou-se, dentro do limite da despesa autorizada, a contratação, por ajuste direto, do Dr. Sérgio Gonçalves do Cabo, para exercer a função de Presidente da Comissão de Avaliação das Propostas do concurso público relativo ao novo Hospital de Angra do Heroísmo.

Os Anúncios do Concurso relativo ao contrato de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, manutenção e exploração do edifício do Hospital de Angra do Heroísmo foram publicação publicados de 9 a 17 de janeiro de 2007.

O Programa do Procedimento Relativo ao Concurso Público com Negociação para a Celebração do Contrato de Concessão para a Gestão do Edifício do Hospital da Ilha Terceira foi aprovado através de Despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, de dezembro de 2006, com os seguintes Anexos:

1. Modelo de Declaração;
2. Modelo de Proposta;
3. Regulamento de Avaliação das Propostas;
4. Modelos de Garantia Bancária e de Seguro de Caução (*bid bond*).
5. Modelo de Garantia Bancária (*performance bond*).

A Minuta do Contrato de Concessão relativo ao Concurso Público com Negociação para a Celebração do Contrato de Concessão para a Gestão do Edifício do Hospital da Ilha Terceira foi aprovada através de Despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, de dezembro de 2006, com os seguintes Anexos:

1. Programa Funcional;
2. Localização e Caracterização do Terreno.
3. Bens afetos à Concessão;
4. Especificações Técnicas do Edifício.
5. Especificações de Serviço;
6. Minuta de Acordo Direto Referente ao Contrato de Empreitada;
7. Remuneração;
8. Listagem de Recursos Humanos;
9. Minuta do Contrato-Promessa de Compra e Venda;
10. Seguros.

Na sequência do Aviso de Concurso foram recebidos pedidos de esclarecimento no âmbito do Programa de Procedimento do Concurso referente ao Contrato de Concessão do Edifício do Hospital da Ilha Terceira, pelas empresas: Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A.; Edifer Construções e Sociedade de Construções Soares da Costa.

Em 24 de abril de 2007 foi publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 80 o Aviso da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, de 24 de Abril de 2007, que retifica as peças concursais referentes ao Concurso público com negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira.

Por Despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, de 2 de abril de 2007, que determinou-se responder aos pedidos de esclarecimento, aprovar as retificações às peças concursais e retificar a página 8 da Secção VI do Anexo IV da Minuta do Contrato referente ao Concurso público com negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira.

Foram emitidas respostas aos pedidos de esclarecimento recebidos e, por ofícios da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais foi remetida, aos seguintes destinatários, cópia dos esclarecimentos prestados, das retificações introduzidas e, posteriormente, da prorrogação do prazo do concurso:

- Tecnovia Açores;
- Teixeira Duarte – Engenharia e Construções SA;
- Construtora do Tâmega (Açores);
- LENA – Engenharia e Construções, S.A.
- Mota-Engil - Engenharia e Construções, S.A.;
- Sociedade de Construções Soares da Costa, SA;
- Edifer.

Em setembro de 2007 foi apresentado o Relatório Preliminar da Comissão de Avaliação das Propostas do Concurso público com negociação para a



celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira.

Em outubro de 2007 foi apresentado o Relatório final da Comissão de Avaliação das Propostas do Concurso público com negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira.

O referido relatório foi homologado pelo Despacho n.º 1178/2007, de 27 de novembro de 2007, que aprovou a respetiva proposta de exclusão de todas as propostas por inaceitabilidade, e decidiu submeter ao Conselho do Governo Regional a decisão quanto à não adjudicação a qualquer dos concorrentes.

Através da Resolução do Conselho do Governo n.º 127/2007, de 27 de novembro, foi determinada a não adjudicação a qualquer dos concorrentes, no âmbito do Relatório final da Comissão de Avaliação das Propostas do concurso público com negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira, por todas as propostas serem consideradas inaceitáveis, pondo termo ao referido procedimento concursal.

Posteriormente, o Despacho do Vice-Presidente do Governo Regional n.º 1180/2007, de 27 de novembro, decidiu abrir concurso por negociação convidando a apresentar proposta os agrupamentos concorrentes ao concurso público para a concessão para a gestão do edifício do Hospital da Terceira, aprovar a carta convite, o programa do procedimento e a minuta do contrato e nomear a comissão de abertura do concurso e a comissão de avaliação das propostas.

Dando cumprimento ao referido Despacho, foram enviadas Cartas Convite, no âmbito concurso por negociação para a celebração de contrato de concessão para a gestão do edifício do Hospital da Terceira às seguintes empresas:

- Somague-Ediçor Engenharia, SA;
- Marques SA;
- Somague Itiniere – Concessões de Infraestruturas, SA;
- Dalkia – Energia e Serviços, SA;
- Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA;

- Mota-Engil – Ambiente e Serviços, SGPS, SA;
- Edifer;
- OPCA – Obras Públicas e Cimento Armado, SA;
- Efacec – Serviços de Manutenção, SA;
- Paim SGPS, SA;
- BANIF – Banco de Investimento, SA;
- Tecnovia Açores;
- J. Gomes – Sociedade de Construções do Cavado, SA;
- Sociedade de Construções Soares da Costa, SA;
- Serviços de Utilização Comum dos Hospitais.

O Programa do Procedimento do concurso por negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira foi aprovado por despacho conjunto do Vice-Presidente e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais de dezembro de 2006, com os seguintes Anexos:

- Modelo da Proposta;
- Regulamento de avaliação das propostas;
- Modelo de garantia bancária e de seguro-caução;
- Minuta de garantia bancária.

Foi igualmente aprovada a Minuta do contrato a celebrar no âmbito do concurso por negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira, com os seguintes Anexos:

- Programa funcional;
- Localização e caracterização do terreno;
- Bens afetos à concessão;
- Especificações técnicas do Edifício;
- Especificações de serviço;
- Minuta de acordo direto referente ao contrato de empreitada;
- Remuneração;
- Listagem de recursos humanos;
- Minuta do contrato promessa de compra e venda;
- Garantia bancária;

- Instruções para a elaboração e organização dos estudos e projetos
- Seguros.

No âmbito do concurso por negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira foram apresentados pedidos de esclarecimento por parte das seguintes empresas e agrupamentos: Edifer; HIT – Edifício do Hospital da ilha Terceira;

Por Despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, de 18 de dezembro de 2007, respondeu-se aos pedidos de esclarecimento apresentados e prorrogou-se o prazo de apresentação das propostas.

Na sequência do referido Despacho Conjunto foram remetidas pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais as respostas aos pedidos de esclarecimento.

Foi igualmente remetida cópia dos esclarecimentos prestados e informação sobre a prorrogação do prazo para apresentação de propostas, às seguintes empresas:

- Somague-Ediçor Engenharia, SA;
- Marques SA;
- Somague Itiniere – Concessões de Infraestruturas, SA;
- Dalkia – Energia e Serviços, SA;
- Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA;
- Mota-Engil – Ambiente e Serviços, SGPS, SA;
- Edifer;
- OPCA – Obras Públicas e Cimento Armado, SA;
- Efacec – Serviços de Manutenção, SA;
- Paim SGPS, SA;
- BANIF – Banco de Investimento, SA;
- Tecnovia Açores;
- J. Gomes – Sociedade de Construções do Cavado, SA;
- Sociedade de Construções Soares da Costa, SA;
- Serviços de Utilização Comum dos Hospitais.

A Sessão Privada de Abertura de Propostas no âmbito do concurso por negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira, decorreu a 24 de maio de 2007.

Foi aprovado o Regulamento das negociações do concurso por negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira.

De acordo com o artigo 21.º, n.º 5, do Programa do Procedimento, a fase de negociação das propostas deve decorrer no prazo de seis meses a contar do dia em que tenha início a primeira sessão, o que no caso em análise seria a 5 de novembro de 2008.

A Comissão de Avaliação de propostas solicitou a prorrogação do referido prazo ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 22.º do Programa do Procedimento, tendo a mesma sido concedida por Despacho do Secretário Regional da Saúde de 20 de outubro de 2008 e posteriormente de 5 de dezembro de 2008.

Decorreram 4 sessões de negociação com as seguintes empresas:

- Agrupamento Haçor – Consórcio para a construção do Hospital da Terceira ;
- Agrupamento Con<sup>+</sup>saúde ;
- Agrupamento HIT.

Por Despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional da Saúde de dezembro de 2008, foi determinada a atualização do estudo estratégico que presidiu ao lançamento da Parceria Público-Privada relativa à conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, manutenção e exploração do novo edifício do Hospital da Ilha Terceira.

A 17 de março de 2009 foi apresentado o Relatório Preliminar da Comissão de avaliação das propostas do concurso por negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira.

Os concorrentes foram convidados a pronúncia escrita sobre o relatório preliminar de avaliação das propostas apresentado pela Comissão de avaliação das propostas do concurso por negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira.

Foi apresentada pronúncia escrita sobre o relatório preliminar de avaliação das propostas, apresentada pelos concorrentes:

- Haçor;
- Con<sup>+</sup>saúde;
- HIT.

A 13 de abril de 2009 foi apresentado o Relatório final do concurso por negociação para a celebração do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira, elaborado pela respetiva Comissão de avaliação das propostas, no qual foi proposto, ao abrigo da a) do n.º 1 do artigo 27.º do Programa do Procedimento, a exclusão das propostas apresentadas pelos concorrentes n.º 2 e n.º 3 “Con+Saúde Terceira” e “HIT – Edifício do Hospital da Terceira”, respetivamente, por força da respetiva inaceitabilidade, e a adjudicação à proposta apresentada pelo concorrente n.º1, “Haçor Consórcio do Hospital da Ilha Terceira”.

A metodologia seguida na avaliação das propostas conforme consta do regulamento de avaliação, constante no programa de procedimento, teve por base os seguintes critérios:

- Qualidade Técnica das propostas:
  1. Projeto, conceção e construção 90%;
  2. Conservação e manutenção 10%.
- Valor Atual Líquido dos pagamentos a realizar pela RAA no âmbito do contrato.
- Solidez da estrutura empresarial, financeira e contratual.
- Grau de compromisso da realização de fundos próprios e fundos alheios.

Pela Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 102/2009, de 27 de maio, procedeu-se à adjudicação do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira ao concorrente Haçor e aprovou-se a minuta do respetivo contrato.

Os concorrentes foram notificados sobre o teor da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 102/2009, de 27 de maio por ofícios do Secretário Regional da Saúde.

A versão final da minuta do contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira foi aprovada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 127/2009, de 16 de julho, e posteriormente alterada pela Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 156/2009, de 18 de setembro.

A 26 de agosto de 2009 foi celebrado o Contrato de concessão para a gestão do edifício do hospital da ilha Terceira entre a Região Autónoma dos Açores e a Sociedade Haçor – Concessionária do edifício do Hospital da ilha Terceira, S.A.

Do contrato destaca-se os seguintes elementos:

1. O contrato tem por objeto principal as atividades de conceção, projeto, financiamento, conservação e exploração do NOVO EDIFÍCIO HOSPITALAR;
2. A concessionária assume integral responsabilidade pelos riscos relativos à concessão, exceto quando o contrário resulte expressamente do contrato;
3. A reposição do equilíbrio financeiro tem como objetivo repor a equação económico-financeira da concessão tal como prevista no CASO BASE;
4. O contrato vigora pelo prazo de 30 anos, contados da data sua entrada em vigor;
5. A concessionária tem por objeto social exclusivo, ao longo de todo o período de duração da concessão, a gestão do novo edifício hospitalar e deve manter a sua sede na ilha Terceira e a forma de sociedade anónima;

6. A concessionária é a única responsável pela obtenção dos fundos necessários ao desenvolvimento de todas as atividades que integram o objeto do contrato;
7. Todos os estudos e projetos, nas suas diversas fases, estão sujeitos à aprovação do concedente;
8. A entrada em funcionamento do novo edifício deve ocorrer no prazo máximo de 30 meses a contar da assinatura do contrato;
9. A concessionária obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, a expensas suas, os bens que integram o novo edifício hospitalar, durante a vigência do contrato;
10. A concessionária deve dispor ao seu serviço de recursos humanos em número suficiente e dotados de formação adequada para assegurar, de forma contínua e pontual, as atividades objeto do contrato;
11. Como contrapartida pela disponibilização do novo edifício hospitalar e pela prestação efetiva dos serviços objeto do contrato, a concessionária tem direito a receber uma remuneração anual.

Nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (*Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas*) o referido contrato é sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Assim, o contrato de concessão para a gestão do edifício do Hospital da ilha Terceira foi submetido ao Tribunal de Contas em processo de fiscalização prévia.

Após vários pedidos de esclarecimento e respetivas respostas o processo foi visado em sessão Diária de Visto, de 30 de novembro de 2009.

**d) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, do projeto para a instalação de um centro de medicina nuclear nos Açores;**

Em outubro de 2009 a IsoPor–Azores - Isótopos para Diagnóstico e Terapêutica nos Açores, S.A. apresentou um Estudo de viabilidade económica e financeira com o objetivo de apoiar a candidatura da IsoPor-Azores à atribuição da classificação PIR – Projeto de Interesse Regional.

Segundo o referido estudo, o projeto apresentado pela IsoPor-Azores assume um caráter inovador na Região Autónoma dos Açores, focado em quatro grandes vertentes principais:

**I – Prestação de Serviços de Apoio ao Diagnóstico Clínico por Imagem**, essencialmente no âmbito específico da Medicina Nuclear (atualmente inexistente no panorama regional); em termos objetivos, pretende-se a criação de dois Centros a serem localizados na Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo e na Ilha de S. Miguel, na cidade de Ponta Delgada;

**II – Indústria Farmacêutica**, através da instalação de uma **Unidade de Produção e Distribuição de Isótopos Emissores de Positrões** (essencialmente) e de **Fotões Simples** (residualmente) no Parque Tecnológico da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo;

**III – Prestação de Serviços de Apoio à Indústria local**, através de atividades ditas de “I&DT por encomenda”;

**IV – Unidade de Prestação de Serviços de Apoio ao Ensino Superior Especializado** (pré e pós-Graduado) e **Centro de I&DT**; sendo uma constante - em qualquer uma destas vertentes - que irá ser executada.

Em 4 de novembro de 2009 foi convocada uma reunião da Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos de Interesse Regional (CAA - PIR), que contou com as seguintes participações:

- Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade;
- Direção Regional do Ambiente;
- Direção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor;
- Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações;
- Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos
- Direção Regional da Saúde.



Conforme consta da Ata n.º 4/2009, de 16 de novembro, a Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Projetos de Interesse Regional (CAA – PIR) deliberou, por unanimidade, propor ao Governo Regional a classificação de Projeto de Interesse Regional para a instalação e exploração de duas unidades de prestação de serviço de apoio ao diagnóstico clínico por imagem e uma unidade de produção e distribuição de Isótopos emissores de Positrões.

A 17 de novembro de 2009, a través da referência SAI 2008/140, a APIA - Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E, remeteu ao Secretário Regional da Economia, a deliberação PIR n.º 3/2009 que propunha a atribuição da classificação PIR – Projeto de Interesse Regional ao projeto apresentado pela IsoPor.

A 14 de janeiro de 2010 a Resolução do Conselho do Governo n.º 5/2010 reconheceu o projeto e investimento “Instalação e exploração de duas unidades de prestação de serviços de apoio ao diagnóstico clínico por imagem, nas ilhas de São Miguel e Terceira e uma unidade de produção e distribuição de isótopos emissores de positrões na Ilha Terceira”, promovido pela IsoPor, SA, como Projeto de Interesse Regional (PIR).

Pela Resolução n.º 10/2011, de 25 de agosto, foi autorizada a cedência, a título definitivo e oneroso, do lote n.º 9 do Parque Tecnológico da Ilha Terceira, sito à freguesia da Terra Chã, que se encontrava em fase de inscrição matricial e de registo. O valor da cedência foi de 75 000 €, a pagar em três fases.

A 5 de maio de 2012, por Despacho do Secretário Regional da Saúde n.º 757/2012, de 5 de maio, foi lançada uma Convenção para a prestação dos Serviços especializados de medicina nuclear aos utentes do Serviço Regional de Saúde e aprovado o clausulado tipo da referida convenção

**e) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, das obras de construção ou remodelação de instalações de unidades de saúde.**

De acordo com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 9/2011/A, de 23 de março, que define o regime jurídico dos apoios financeiros a conceder pela

administração regional autónoma, através do departamento governamental com competência em matéria de saúde, este pode conceder apoios que visem promover o desenvolvimento de projetos nos domínios da promoção da saúde, da prevenção e tratamento da doença, da reabilitação, da redução de danos e da reinserção.

Tais apoios são concedidos aos agentes que prossigam atividades no âmbito da saúde consideradas de interesse para a Região e podem participar os seguintes encargos:

- a) Ações e eventos, a realizar na Região, cujo interesse seja reconhecido pelo departamento do Governo Regional competente em matéria de saúde;
- b) Aquisição, remodelação, beneficiação, manutenção, ampliação ou construção de infraestruturas ou edifícios;
- c) Ações e programas de promoção, investigação, qualificação profissional e ações de formação ou sensibilização;
- d) Investimentos em terrenos, viaturas, material informático, bens e serviços ou equipamentos necessários ao desenvolvimento das ações mencionadas nas alíneas anteriores;
- e) Funcionamento de ações e atividades de carácter temporário ou permanente;
- f) Outros projetos de interesse público formalmente reconhecidos pelo membro do Governo Regional com competência em matéria de saúde.

Os apoios concedidos podem revestir as modalidades de acordos de cooperação técnica ou financeira, subsídios ou contratos de investimento.

No caso concreto dos contratos de investimento, estes destinam-se a apoiar e financiar todas as unidades públicas e instituições integradas no Serviço Regional de Saúde, no que se refere à execução do Plano de Investimentos da Região Autónoma dos Açores.

A concessão deste financiamento às unidades de saúde e instituições do Serviço Regional de Saúde reveste, nos termos da lei, a forma de contrato, celebrado

entre a entidade financiadora e a entidade gestora, do qual constam as obrigações recíprocas.

A atribuição dos montantes referentes a contratos de financiamento é efetuada através de portaria do membro do Governo Regional com competência em matéria de saúde.

O valor da comparticipação financeira do Orçamento da Região Autónoma dos Açores à SAUDAÇOR é estabelecido por Despacho conjunto do Vice-Presidente e do Secretário Regional da Saúde.

Os serviços pelos quais a SAUDAÇOR é responsável no contexto do Serviço Regional de Saúde e respetivos encargos a pagar pela Região Autónoma dos Açores são, igualmente, definidos através de Contrato Programa.

Entre 2007 e 2012 foram celebrados contratos programa com os três Hospitais E.P.E. da Região.

No ano de 2012 foram celebrados contratos de investimento entre a Secretaria Regional da Saúde, a SAUDAÇOR e as seguintes unidades de saúde:

- Hospital do Divino Espírito Santo E.P.E.
- Centro de oncologia dos Açores;
- Hospital da Horta E.P.E.;
- Unidade de Saúde de Ilha do Faial;
- Unidade de Saúde de Ilha das Flores;
- Unidade de Saúde de Ilha da Graciosa;
- Unidade de Saúde de Ilha do Pico;
- Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria;
- Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge;
- Unidade de Saúde de Ilha da Terceira;

## **CAPÍTULO VII**

### **CONCLUSÕES**

- a) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, do contrato de adjudicação do SIS-ARD à empresa Espanhola INDRA;**

1. A informatização do Serviço Regional de Saúde é um imperativo de boa gestão, de eficácia, de eficiência e de qualidade na prestação de cuidados de saúde.
2. À data do lançamento do concurso público internacional para aquisição do Serviço de Informação da Saúde – Açores Região Digital, o nível de informatização do Serviço Regional de Saúde assentava em investimentos efetuados, de forma autónoma por algumas unidades de saúde, na aquisição de sistemas que não permitiam uma solução global e integrada de ligação em rede.
3. O Governo Regional dos Açores pretendeu adquirir um sistema integrado de informação que permitisse ligar todas as unidades de saúde do serviço regional de saúde incluindo as vertentes clínica, administrativa, de gestão das autoridades de saúde, de comunicação e formação.
4. O processo do concurso seguiu o regime jurídico da contratação pública, constante do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.
5. Os critérios de adjudicação e respetiva ponderação eram os seguintes:
  - a) Qualidade e adequação do modelo do serviço (40%);
  - b) Qualidade e adequação da solução tecnológica (30%);
  - c) Preço explicitado no orçamento, incluindo condições financeiras (15%);
  - d) Calendarização da proposta (15%).
6. Não se procedeu à definição do preço base porque a complexidade técnica e o carácter pioneiro do objeto do contrato impediram a entidade adjudicante de dispor de um histórico que lhe permitisse fazer a comparação com o serviço pretendido, de modo a estabelecer um preço base. Acresce que a definição de preço base não era legalmente exigida.
7. Apresentaram-se a concurso oito propostas. Na análise financeira, foram levantadas dúvidas quanto à capacidade financeira das concorrentes ONI e INDRA, as quais foram ultrapassadas atendendo à identidade das acionistas daquelas empresas e, no caso da INDRA, ao volume de *cash flow*

operacional, resultado operacional, resultado líquido e volume de vendas da acionista majoritária.

8. As oito propostas foram admitidas a concurso. Esta circunstância não foi questionada por qualquer das concorrentes.
9. A adjudicação seguiu, nos termos previstos no Programa do Concurso, o critério da proposta economicamente mais vantajosa e cumpriu os limites objetivos dos critérios de adjudicação, com exceção da não ponderação efetiva do subfactor condições financeiras.
10. O contrato foi adjudicado à empresa INDRA que, em sede de concurso público, apresentou as condições mais vantajosas para a Região.
11. Apesar de se tratar de um contrato que não estava, na altura, sujeito a fiscalização prévia, em sede de fiscalização sucessiva em auditoria à SAUDAÇOR, o mesmo foi alvo de análise por parte do Tribunal de Contas.
12. Tratava-se de um sistema complexo e inovador que compreendia as diferentes vertentes da prestação de cuidados de saúde e do funcionamento do Serviço Regional de Saúde melhor caracterizado da seguinte forma:

**Componente Clínica:**

- a. **Fase I** – Módulos estruturais (Recenseamento de utentes; supervisão e configuração); Gestão de Agendas e Marcações e 1ª versão módulo clínico (cuidados primários)
- b. **Fase II**- Consulta externa (estação médica e de enfermagem);
- c. **Fase III** – Estação administrativa, clínica e de enfermagem de Internamento e Urgência; Alimentação e Dietética
- d. **Fase IV** – Estação administrativa, Clínica e de enfermagem no âmbito do Bloco Operatório, Hospital de Dia, Programas de Saúde, Receita Eletrónica, Banco de Sangue, Farmácia Hospitalar, Faturação e integração com sistemas externos.

**Componente Administrativa:**

Recursos Humanos

Controlo de Assiduidade

Recursos financeiros

Recursos materiais

### **Componente de Gestão da Secretaria Regional da Saúde:**

Módulos de Gestão de Autoridades de Saúde

Evacuações Médicas e Deslocação de doentes

Registos, Convenções e Protocolos

Serviço de Relações Públicas

Fatura Amigável

### **Plataforma Multi Canal**

E-Learning

Extranet

Centro de Contactos

Portal de Informações e Serviços

### **Data Warehouse / Business Intelligence**

13. As sucessivas prorrogações do contrato celebrado com a INDRA visaram a melhor salvaguarda do interesse regional, atenta a importância que reveste a informatização para uma boa gestão da saúde e para uma melhor prestação de cuidados aos utentes.
14. O Contrato celebrado com a INDRA prevê, na sua cláusula 13.º, a aplicação de multas por incumprimento dos prazos fixados no contrato.
15. Foram aplicados à INDRA três multas contratuais, num valor global de 791.273,87€.
16. As multas não foram pagas pelo fato do seu pagamento se efetivar através do mecanismo geral da compensação, designadamente por deduções aos pagamentos contratuais posteriores.

17. Atendendo a que a Região procedeu à resolução do contrato, não houve lugar a pagamentos posteriores. Assim, o respetivo montante terá de ser tido em conta no âmbito do processo judicial que venha a ser intentado para ressarcir a Região do prejuízo decorrente do incumprimento por parte da INDRA.
18. Foram efetuados os seguintes pagamentos no âmbito deste projeto num valor que totaliza 6 665 111,98€ e que se reparte da seguinte forma:
- 1 264 030,19€ - *Hardware*;
  - 2 142 346,18€ - *Data Center*
  - 985 052,68€ - Consultaria, deslocações, comunicações e ligações
  - 2 273 682,93€ - Concurso Público [INDRA]
19. Chegaram a ser utilizados os seguintes módulos:
- Módulos estruturais: (Recenseamento de utentes; supervisão e configuração); Gestão de Agendas e Marcações – no Centro de Saúde de Ribeira Grande e no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo;
  - 1ª versão módulo clínico (cuidados primários) - no Centro de Saúde de Ribeira Grande e no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo;
  - Fase II - Sistema de Gestão de Unidades de Saúde - (Estação médica - consulta externa - e estação de enfermagem) - no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo.
20. Está em preparação um processo judicial que visa ressarcir a Região do prejuízo provocado pela não operacionalização do sistema que lhe foi adjudicado e o recebimento dos montantes em dívida, nomeadamente a título de multas contratuais.

21. Hoje, o objeto da informatização do Serviço Regional, como desenhado aquando do lançamento do concurso do SIS-ARD não está plenamente atingido.

**b) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, da parceria público-privada para a instalação de um centro de radioterapia em São Miguel;**

1. A construção de um centro de radioterapia nos Açores corresponde a um objetivo assumido publicamente pelo Governo Regional dos Açores.
2. A deslocação de um significativo número de doentes do Serviço Regional de Saúde para tratamentos de radioterapia fora da Região acarreta, a par dos encargos financeiros, um conjunto de desvantagens de natureza psicológica, familiar e social, com prejuízo para a Região e para os doentes e suas famílias.
3. A decisão política de localizar o referido centro de radioterapia em Ponta Delgada assentou em fatores de natureza técnica como sejam a elevada especialização do serviço em causa, com a conseqüente necessidade de fixação de equipas altamente especializadas, assim como o número de doentes referenciados para radioterapia em cada ilha.
4. Procedeu-se à apreciação das diferentes formas de concretizar o referido objetivo, designadamente investimento direto, apoio a iniciativa privada ou contrato de parceria público-privada.
5. Com base nos dados disponíveis concluiu-se que a concretização do projeto através de uma parceria público-privada não só era económica e financeiramente viável como permitia a obtenção de vantagens públicas comparadas significativas nos dois pilares centrais que justificam a opção pela realização de projetos públicos desta natureza através do modelo contratual de parceria público-privada:



- Permite vantagens económicas e financeiras para a Região, por comparação com modelos alternativos de execução do projeto, como é demonstrado através da conclusão de que a parceria público-privada pode apresentar um Custo Público Comparado positivo;
  - Permite uma efetiva transferência dos riscos do projeto para o parceiro privado.
6. A recusa sucessiva de visto por parte do Tribunal de Contas possibilitou o surgimento de interesses privados que se concretizaram na apresentação de duas candidaturas a Projeto de Interesse Regional para prestação de serviços na área da radioterapia.
  7. Ambos os promotores privados propõem a instalação das respetivas unidades de radioterapia na cidade de Ponta Delgada.
  8. Apesar da manifesta disponibilidade para vir a prestar, no futuro, serviços de radioterapia na ilha Terceira, nenhum dos promotores concretizou essa intenção em sede das respetivas candidaturas a Projeto de Interesse Regional.
  9. Por deliberação do Conselho do Governo, de 20 de julho de 2012, foi atribuído estatuto de Projeto de Interesse Regional ao projeto apresentado pela Quadrantes – Clínica Médica e de Diagnóstico, Unipessoal, Lda.

**c) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, da parceria público-privada para a construção do novo hospital da ilha Terceira;**

1. A construção de um novo Hospital para a ilha Terceira constitui um objetivo e um compromisso do Governo Regional dos Açores concretizado através de uma parceria público-privada para a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, manutenção e exploração do edifício hospitalar.
2. A construção deste novo hospital contribui de forma significativa para a melhoria da acessibilidade a cuidados de saúde, para a melhoria da qualidade

dos serviços prestados aos utentes e das condições de trabalho dos profissionais de saúde.

3. O novo Hospital de Santo Espírito pretende dar resposta às necessidades em saúde dos açorianos residentes na respetiva área de influência, foi projetado para um horizonte temporal de cinquenta anos tendo em conta a evolução das necessidades e das respostas em saúde, expectáveis nesse período de tempo.
4. O novo Hospital de Santo Espírito foi dotado de instalações adequadas à possibilidade de prestar, também, serviços de radioterapia, no futuro, tendo em conta a utilização crescente desta terapêutica no combate a vários tipos de cancro, assim como ao nível de cuidados paliativos, estimando-se assim um aumento da procura por estes serviços também na Região.
5. As referidas instalações importaram um valor total de 1,5 milhões de euros, sendo 900 000 € referentes à construção do *bunker* e 600 000 € referentes a áreas complementares.
6. A decisão de dotar o hospital com estas instalações decorre do respetivo plano funcional, elaborado com a participação de profissionais de saúde em exercício de funções no hospital; da análise prospetiva anteriormente referida e do reconhecimento que a posterior construção das mesmas instalações, externas ao hospital, seria mais oneroso para a Região.
7. O processo de transferência do velho para o novo hospital foi planeado e executado com normalidade.

**d) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, do projeto para a instalação de um centro de medicina nuclear nos Açores;**

1. A instalação de um centro de medicina nuclear nos Açores é iniciativa de um promotor privado que requereu o estatuto de Projeto de Interesse Regional.
2. O pedido de reconhecimento de estatuto PIR – Projeto de Interesse Regional foi apresentado em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º e com

os n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2007/A, de 21 de Novembro.

3. A 16 de novembro de 2009, a APIA - Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E, deliberou propor ao Governo Regional a atribuição da classificação PIR – Projeto de Interesse Regional ao projeto apresentado pela IsoPor.
4. A 14 de janeiro de 2010 a Resolução do Conselho do Governo n.º 5/2010: Reconheceu o projeto e investimento “Instalação e exploração de duas unidades de prestação de serviços de apoio ao diagnóstico clínico por imagem, nas ilhas de São Miguel e Terceira e uma unidade de produção e distribuição de isótopos emissores de positrões na Ilha Terceira”, promovido pela IsoPor, SA, como Projeto de Interesse Regional (PIR).
5. Pela Resolução n.º 10/2011, de 25 de agosto, foi autorizada a cedência a título definitivo e oneroso do lote n.º 9 do Parque Tecnológico da Ilha Terceira, sito à freguesia da Terra Chã, que se encontrava em fase de inscrição matricial e de registo. O valor da cedência foi de 75 000 €, a pagar em três fases.
6. A 5 de maio de 2012, por Despacho do Secretário Regional da Saúde n.º 757/2012, de 5 de maio foi lançada uma Convenção para a prestação dos Serviços especializados de medicina nuclear aos utentes do Serviço Regional de Saúde e aprovado o clausulado tipo da referida convenção, à qual a IsoPor solicitou a adesão, tendo havido um alargamento do prazo para o início da prestação do serviço em S. Miguel, por serem necessárias obras de construção civil.

**e) Os critérios e responsabilidades políticas, coletivas e pessoais, das obras de construção ou remodelação de instalações de unidades de saúde.**

1. A SAUDAÇOR tem vindo a intensificar a celebração de contratos programa com as Unidades de Saúde, definindo necessidades e prioridades em estreita

colaboração com os seus profissionais e gestores, numa lógica de rentabilização de recursos e de promoção da excelência dos serviços prestados.

2. Pese embora esta tenha sido uma das áreas de atuação da Secretaria Regional da Saúde e das Entidades Empresariais sob a sua tutela sujeitas a avaliação pela Comissão, não foi objeto de inquirição subsequente por parte dos Deputados Regionais.

As presentes conclusões foram aprovadas por maioria, com os votos a favor dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Deputado da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português (com exceção da conclusão n.º 5 referente ao Centro de Radioterapia dos Açores, que o PCP votou desfavoravelmente) e os votos contra dos Deputados dos Grupos Parlamentares do partido Social Democrata e do CDS/Partido Popular.

Angra do Heroísmo, 26 de Julho de 2012

**A Relatora**, Nélia Amaral

O Presente relatório foi aprovado por unanimidade, tendo o Partido Social Democrata apresentado uma declaração de voto.

**A Presidente**, Isabel Almeida Rodrigues

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Relatora.

Está aberto o debate, com as regras conhecidas e que também já usámos neste período legislativo noutro debate de teor idêntico, ou seja, 10 minutos para cada um dos grupos e representações parlamentares e também para o Governo, que podem ser usados de forma interpolada.

Aceito inscrições. Para já tenho inscrita a Sra. Deputada Zuraída Soares, a quem dou a palavra.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo.

Não sou eu que vou fazer o debate sobre esta matéria, mas queria esclarecer esta câmara de que o Grupo Parlamentar não subscreveu a constituição desta

comissão, como aliás, tive ocasião nesta câmara de explicar que não o faríamos e porquê.

Integrámo-la, por decisão desta Assembleia, e fomos anunciar, na primeira reunião, que não faríamos parte nem estaríamos presentes nos seus trabalhos.

Portanto, no relatório há erro grave, do nosso ponto e vista (grave, para nós!), porque não subscrevemos esta comissão de inquérito.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Presidente:** Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

(\*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é propriamente para discutir o relatório, como poderão entender, tendo acabado de o apresentar, mas apenas para deixar o registo nesta Assembleia que o lapso no relatório será corrigido e retirada a referência à subscrição do Bloco de Esquerda.

**Presidente:** Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo o Partido Social Democrata subscrito a constituição desta comissão parlamentar de inquérito às atividades da Secretaria Regional da Saúde e às Empresas Públicas por ela tuteladas, não subscreveu e votou contra as respetivas conclusões pelas razões que deixou expressas na declaração de voto que anexou ao relatório que acabou de ser apresentado.

O Partido Social Democrata não aprova estas conclusões porque entende, em primeiro lugar, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, usando as suas competências e poderes de maioria parlamentar, cerceou de modo eficaz o objeto da comissão, impedido que a Comissão pudesse avaliar um conjunto de matérias que eram importantes...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Deputado Berto Messias (PS):** Que tentação para desviar as atenções!

**Deputado António Marinho (PSD):** Utiliza-se o poder da maioria!

**O Orador:** ... nomeadamente avaliar a componente do endividamento, das responsabilidades financeiras futuras do Serviço Regional de Saúde, da sua natureza e do seu subfinanciamento.

Este poder de maioria que o Partido Socialista fez questão de utilizar para delimitar, restringindo o objeto desta Comissão, é tanto mais grave quando a circunstância de, no momento preciso dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Governo Regional se encontrar a prestar informações à Inspeção Geral de Finanças sobre as dívidas do Serviço Regional de Saúde e sobre o endividamento regional, que constam do relatório da Inspeção Geral de Finanças que já foi aqui abordado neste plenário.

É tanto mais grave quanto o Partido Socialista quis que esta Comissão Parlamentar tivesse um objeto amputado, como se fosse possível discutir a política de investimento, a política de pagamento dos investimentos na área da saúde, sem discutir a situação financeira do Serviço Regional de Saúde, compreendendo os hospitais EPE e todas as unidades de saúde, bem como a administração regional autónoma e, sobretudo, discutir as condições, ou melhor, a falta de condição do financiamento e do pagamento dos investimentos realizados.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Partido Socialista, ao aprovar um objeto desta Comissão tão restrito e ao aprovar estas conclusões, mais não quis do que justificar uma política errada na saúde, que conduziu hoje a um setor em estado de pré falência económica e financeira, a um setor que deve, entre dívida direta e responsabilidades financeiras futuras, 1039 milhões de euros. A maior dívida histórica do Serviço Regional de Saúde dos tempos da Autonomia.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A maior dívida de sempre do Serviço Regional de Saúde e, sobretudo, uma dívida que o Governo Regional sempre ocultou deste Parlamento e dos açorianos.

É bom lembrar, para a história e para o juízo político, que esta câmara faz da atuação do Governo, mas também para o juízo eleitoral que os eleitores fazem do desempenho do Partido Socialista na governação dos Açores, que a Inspeção Geral de Finanças, no seu relatório, refere uma dívida de 1039 milhões, que compreende a dívida e as responsabilidades financeiras futuras que resultam da Parceria Público Privada do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, 707 milhões de dívida, e as responsabilidades financeiras futuras de 331 milhões do Hospital de Santo Espírito.

Precisamente no momento em que a Inspeção Geral das Finanças fazia o seu relatório e divulgava estes valores com base em informação dada pelo Governo Regional dos Açores, o Sr. Secretário Regional da Saúde, ao Diário de Notícias, no dia 6 de agosto de 2012, dizia que “a dívida do Serviço Regional de Saúde, incluindo a fatura da SAUDAÇOR [estou a citar] é apenas 603 milhões de euros.”

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Mais uma mentira, mais uma falta de verdade, mais um exemplo da falta de transparência e de rigor com que o Sr. Secretário Regional da Saúde e o Governo Regional dos Açores geriram o setor da saúde.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** São estes os dados e são estes os factos que o Partido Socialista quis impedir que se apurassem na Comissão de Inquérito.

**Deputados António Marinho e Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por outro lado, as conclusões deste relatório iludem e tentam apagar a enorme responsabilidade política, a enorme responsabilidade financeira, do atual Secretário Regional da Saúde, e do anterior Secretário Regional da Saúde, no processo de informatização do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

Neste processo de informatização que decorreu desde 2006, a Região gastou 6 milhões, 665 mil, 111 euros e 98 cêntimos, na contratação de uma empresa espanhola, que não cumpriu o seu contrato, que não fez a sua obrigação.

A Região deveria ter um serviço de informatização do Serviço Regional de Saúde pronto em 24 meses. Não teve!

Prorrogou a prestação de serviços por mais 33 meses, para um contrato inicial de 24 meses e no fim rescindiu o contrato e não cobrou até hoje um cêntimo de indemnização a esta empresa incumpridora...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... com um prejuízo para a gestão do Serviço Regional de Saúde,...

**Deputado António Ventura (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... com um prejuízo para a organização do Serviço Regional de Saúde, mas sobretudo com um enorme prejuízo para os contribuintes e para os utentes que são os doentes do Serviço Regional de Saúde.

Como se isso não bastasse, agora está a gastar o nosso dinheiro, o dinheiro dos açorianos, a comprar outra vez aquilo que a INDRA não soube e não pôde fazer no processo de informatização do Serviço Regional de Saúde.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Em 16 de julho deste ano, o Governo Regional dos Açores gastou 465.600 euros. Sabem os Srs. Deputados em quê? No processo de informatização do novo Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, um ajuste direto de 465 mil e 600 euros, para pagar aquilo que já devia estar feito há mais de 6 anos.

**Deputado José Rego (PS):** No hospital novo?!

**O Orador:** Esta é a gestão...

**Deputado João Costa (PSD):** Ruinosa!

**O Orador:** ... pela qual o Sr. Secretário Regional da Saúde, o Governo Regional dos Açores, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que foi membro deste Governo até há bem pouco tempo, têm que ser responsabilizados.



Esta é a gestão que os açorianos não puderam ver apurada devidamente na Comissão Parlamentar de Inquérito porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não desejou.

Foi por estas razões que o PSD votou contra as conclusões desta Comissão de Inquérito.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado José San-Bento (PS):** Grande número, Sr. Deputado!

**Presidente:** Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

*(Pausa)*

Se não há mais inscrições vamos encerrar este debate e passar para o ponto seguinte.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

**(\*) Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por saudar todos os deputados que participaram nesta Comissão de Inquérito. Particularmente permitam-me que saliente o trabalho da Sra. Presidente e da Sra. Relatora desta Comissão que, através um trabalho de enorme dedicação e competência, não só dignificaram o nosso trabalho parlamentar como permitiram que a Comissão cumprisse escrupulosamente, quer os objetivos, quer os prazos que tinha definido inicialmente.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** De facto, foi um trabalho muito intenso e importante.

Sr. Presidente, queria começar por sublinhar que os Deputados do PS, a maioria do Grupo Parlamentar do PS na Comissão de Inquérito, limitaram-se a interpretar com o rigor merecido uma resolução que propôs a criação desta Comissão de Inquérito, em que nenhuma das suas alíneas falava em questões de endividamento. É bom que isso fique absolutamente claro. Foi isso que fizemos.

É bom que fique aqui perfeitamente sublinhado que o endividamento do Serviço Regional de Saúde não foi objeto de análise não porque o PS não quisesse, mas porque os proponentes da Comissão não o escreveram no documento que criou a Comissão.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Esta é que é a verdade.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito bem!

**O Orador:** É de todo abusivo e desleal o exercício que o PSD tentou agora aqui fazer, uma vitimização primária que visa apenas puxar a discussão para onde interessa ao PSD, para tentar ocultar duas conclusões essenciais que eu já irei referir e que são aquelas conclusões que os açorianos devem reter.

Queria, antes de apresentar essas conclusões que resumem bem este trabalho, deixar claro que esta Comissão analisou 45 mil páginas de documentação, inquirimos, durante largas horas, sete pessoas, sete representantes de instituições, que permitiram à comissão reunir um acervo imenso e apurar tudo aquilo que havia para apurar, de acordo com a própria resolução que criou a Comissão de Inquérito.

Das conclusões que retirámos, Srs. Deputados, em nenhuma das 45 mil páginas analisadas, nem nas diversas inquirições realizadas, foi encontrado um único documento que fundamentasse as suspeitas que levaram os partidos da oposição a propor esta Comissão de Inquérito.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Segunda conclusão:

Não foram apuradas quaisquer irregularidades nos processos constantes em 45 mil páginas que foram analisadas pela Comissão. É isso que os açorianos precisam saber.

Queria, a este propósito, fazer apenas uma abordagem àquilo que foi aqui referido pelo PSD, no que diz respeito à informatização do Serviço Regional de Saúde.

Gostaria de deixar absolutamente claro à câmara que dos 6,6 milhões de euros investidos (e não gastos!) na informatização do Serviço Regional de Saúde, é

bom que se diga que 1,2 milhões correspondem a *hardware* que está a ser utilizado e a ser muito proveitoso para o sistema de saúde; 2,1 milhões num *Data-Center* que está em pleno funcionamento e apenas 2,2 milhões estão sujeitos, neste momento, a um litígio. As prorrogações que foram feitas visaram, como é óbvio, salvaguardar o interesse geral.

Foram aplicadas multas.

Neste momento, está a decorrer esse processo que irá, em absoluto, defender o interesse regional.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** A ação ainda nem sequer está instaurada, Sr. Deputado!

**O Orador:** É bom que isso fique muito claro.

Gostava de dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque sei que muitos dos colegas não puderam assistir aos trabalhos da Comissão, que esta questão da informatização do Serviço Regional de Saúde, que parece ter sido o tema escolhido pelo PSD para exemplificar a má gestão da saúde, era da maior complexidade.

Um sistema distribuído extremamente difícil de implementar abrangendo uma componente clínica, uma componente administrativa, uma componente de gestão de secretaria e também uma plataforma multicanal e ainda um *Data Warehouse*. Era um sistema extremamente ambicioso, muito inovador, que foi vencido por uma empresa que não teve capacidade técnica de implementar aquilo que tinha sido contratualizado. É tão simples quanto isso.

Por exemplo, como acontece nas nossas vidas, contratamos uma empresa para informatizar a nossa casa, com televisão, com computadores, com todos esses serviços modernos...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não gastamos é 6 milhões de euros, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... aceitamos esse contrato, definimos um preço e no final esta empresa não consegue instalar este serviço.

Por isso as responsabilidades não são imputáveis à Secretaria e muito menos ao Secretário da Saúde. É bom que esta questão fique muito clara.

De acordo com as conclusões que aqui referi, sintéticas, e que são o essencial do ponto de vista do PS (e que deve ser retido), prova-se que o Governo Regional tem tido uma gestão cuidada e ponderada do setor da saúde,...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Só pode estar a brincar, Sr. Deputado! Ninguém o leva a sério!

**O Orador:** ... uma gestão que tem procurado salvaguardar o interesse geral regional.

É verdade que existem constrangimentos financeiros. Já tivemos oportunidade de ter este debate aqui e eu próprio e o meu colega Ricardo Cabral participámos nesse debate.

Aquilo que referimos na altura, e é bom que seja sublinhado, é que todos os sistemas públicos de saúde estão a ter constrangimentos financeiros.

**Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Deputado, diga isso sem se rir!

**O Orador:** Mas a questão é que temos que perceber que aquilo que foi feito nos Açores foi sobretudo procurar dar um grande salto em termos infraestruturais e em termos de qualidade desse serviço.

A referida dívida serviu para melhorar as infraestruturas, melhorar a acessibilidade do nosso sistema e melhorar os cuidados de saúde dos açorianos.

Esta é uma fase que está ultrapassada. Esta dívida é gerível e ultrapassável.

É um grande desafio gerir um sistema público de saúde: 3 hospitais, 9 unidades de saúde, 16 centros de saúde e mais de 100 extensões.

É bom que também se refira a grande complexidade que é gerir esse sistema e o PS também não aceita, sobretudo neste período de campanha eleitoral, em que muitos cedem à tentação do populismo e da demagogia, que uma exceção perfeitamente ocasional e circunscrita seja utilizada para generalizar aquilo que é a opinião de que alguns setores políticos procuram fazer passar sobre o Serviço Regional de Saúde, que é um Serviço Regional de Saúde público e de excelência.

Queria referir, Sras. e Srs. Deputados, que os açorianos a pouco mais de um mês de eleições, devem pensar e ponderar seriamente em quem votar, por

muitos motivos que compreendemos, mas particularmente naquilo que diz respeito à defesa de um Serviço Regional de Saúde público.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Iniciei a minha participação política com uma profunda convicção da importância que um serviço de saúde público, e que um serviço de educação públicos representam em termos de promoção da justiça social e de afirmação da igualdade.

Devemos ter todos uma igualdade de oportunidade ao nível do acesso à formação, à educação e aos cuidados de saúde.

Vejo com enorme preocupação que esta visão hoje está em causa.

Aqui nos Açores estamos neste momento confrontados com forças políticas que, no fundo, estão a pôr em causa este papel de serviço público essencial, um serviço que permite redistribuir a riqueza e gerar oportunidades iguais para todos.

Particularmente naquilo que diz respeito ao PSD, estamos a assistir a uma peça de teatro de má qualidade.

O Deputado Pedro Gomes ainda agora deu um notório contributo para dramatizar a situação financeira do Serviço Regional de Saúde para permitir...

**Deputado João Costa (PSD):** Tem de fazer uma formação em teatro de qualidade!

**O Orador:** ... que o PSD-Açores defenda que é necessário fazer essa coisa a que decidiram chamar de resgate.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Por isso é bom que se perceba e que os açorianos retenham, a 30 e poucos dias de eleições...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** 38!

**O Orador:** A 38 dias de eleições!

... que a Dra. Berta Cabral defende que o Governo Regional dos Açores entregue as chaves do Serviço Regional de Saúde ao Governo da República que está a dismantelar o estado social do país...

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

... e a destruir um sistema público de saúde. É esta a verdade que está em causa.

**Presidente:** Tem que terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Sr. Presidente, eu já esgotei o meu tempo?

**Presidente:** Esgotou, Sr. Deputado.

**O Orador:** Então queria aproveitar, na última oportunidade que tenho de utilizar da palavra nesta legislatura (estarei cá na próxima,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não estará!

**O Orador:** ...Sr. Deputado, tenho a certeza disso) para felicitar todos os colegas e particularmente, Sr. Presidente, queria terminar como comecei.

Como o senhor lembra-se, comecei com uma referência elogiosa à sua pessoa.

Permita-me que diga, a título pessoal, que para mim foi uma honra e um grande orgulho fazer parte de um Parlamento presidido pelo Sr. Presidente.

Bem-haja!

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado pelas suas simpáticas palavras.

Vamos continuar o nosso debate.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em boa hora o CDS propôs esta Comissão de Inquérito. Permitiu apurar muitos factos que o Partido Socialista tentava esconder.

Durante a Comissão tentou esconder alguns, mas alguns eram impossíveis de esconder, tal era o descalabro e a brutalidade deles.

A informatização (e para utilizar um termo usado por uma pessoa que foi ouvida na Comissão) hoje em dia ainda é uma “manta de retalhos”. Não funciona.

A telemedicina, não funciona. Era uma promessa, desde 97, do Partido Socialista.

Foi um esbanjar de dinheiro e ainda por cima com o inconveniente ou com a consequência de se se saber como se vai resolver a questão dos fundos comunitários que a região recebeu e não os aplicou todos nessa matéria.

Quando houver fiscalização desse processo de informatização da Região, a Região de certeza vai ser penalizada por isso, porque os senhores vão ter que devolver dinheiro à Comunidade Europeia, porque não executaram o projeto da maneira como se comprometeram.

Quando houver uma fiscalização vão responder sobre isso.

Depois, nenhum módulo da informatização está a funcionar. Nenhum módulo! Os que estão a funcionar foram de novo adquiridos com outro sistema, o MedicineOne, e desde que a SAUDAÇOR tem nova Presidente.

O SIS-ARD foi um desastre e um rombo nas finanças e no Serviço Regional de Saúde. Um rombo! Por isso às vezes falta dinheiro para outras coisas.

Relativamente à radioterapia e à construção do Centro de Radioterapia, os senhores começaram por uma Parceria Público Privada e depois tiveram que desistir por força da negação do visto do Tribunal de Contas a essa parceria.

Sr. Deputado José San-Bento, eu disse desde o início na Comissão que seria a Quadrantes a empresa escolhida no PIR para ser parceira do Governo para a construção do Centro de Radioterapia nos Açores. E foi a Quadrantes a escolhida.

**Deputado José San-Bento (PS):** Devia ter jogado no totoloto essa semana!

**O Orador:** Eu disse-o antes e coincidentemente foi a Quadrantes que foi escolhida...

**Deputado José San-Bento (PS):** O que é que o senhor quer dizer com isso?

**O Orador:** ... pese embora houvesse outras empresas concorrentes e com outra oferta.

Esbanjar dinheiro e gerir mal o dinheiro na saúde, Sr. Deputado e Sr. Secretário Regional da Saúde, é ter uma infraestrutura feita na Ilha Terceira, com o *bunker* feito e pronto a ser equipado, com quase dois milhões de euros desperdiçados.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não são desperdiçados! Serão utilizados no futuro!

**O Orador:** Isso é que é gerir mal na saúde.

Se os senhores tivessem começado o processo desde o início, e se tivessem optado por equipar convenientemente a nova estrutura que é o hospital de Angra, os açorianos já tinham hoje radioterapia a funcionar nos Açores.

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor sabe que não tinham!

**O Orador:** Não têm por decisão política pura e dura.

Os senhores estão a prejudicar os doentes dos Açores.

Puseram os interesses político-partidários acima do sofrimento dos doentes, Sr. Deputado José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Deputado, ninguém acredita nisso!

**O Orador:** Estava previsto, desde o início, a construção do *bunker* da radioterapia. Foi construído e os senhores deviam ter orientado o equipamento daquele *bunker* e hoje estaria a funcionar.

**Deputado José San-Bento (PS):** E vai ser utilizado! O senhor sabe isso!

**Deputado José Rego (PS):** Foi tudo completamente explicado e o senhor sabe disso!

**O Orador:** Mesmo equipando agora ele estaria a funcionar. São Miguel, teríamos tempo para o pôr a funcionar e não usar um argumento centralista,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Não venha com essa, com o centralista!

**O Orador:** ... como o senhor argumentou na Comissão, que tem que ficar onde é o maior centro. Foi o argumento que o senhor utilizou em Comissão. Isto relativamente à radioterapia.

**Deputado José San-Bento (PS):** O argumento que utilizei é o argumento correto!



**O Orador:** Temos que fazer onde a infraestrutura for mais rentável. Neste momento, como há seis meses, como há um ano, onde era mais rentável colocar a radioterapia era na Terceira e, depois, se for necessário, em São Miguel.

Depois há uma condição, Sr. Deputado, por isso é que isso funciona e chama-se gerir saúde:...

**Deputado José San-Bento (PS):** Estou percebendo o seu discurso!

**O Orador:**... era a mesma empresa ficar com os dois centros de radioterapia nos Açores que, como sabe, comporta dois aceleradores lineares e não necessariamente no mesmo sítio.

O novo hospital da Ilha Terceira começa a ser (dizem as pessoas!) uma coisa fria,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Fria?

**O Orador:** ... sem equipamento, vazia, áreas e áreas vazias,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Eu já visitei-o, por causa do senhor!

**O Orador:** ... é a Unidade Cuidados Intermédios, é a radioterapia.

Os senhores até propuseram instalar uma associação... Vejam isto! Há uma proposta da Administração do Hospital, e acho que com a anuência daquele senhor que está ali sentado, de instalar uma associação no *bunker* da radioterapia. Ao ponto que isto chegou, Sr. Deputado José San-Bento!

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Isso é inacreditável!

**O Orador:** Isto é que é gerir mal na saúde!

Fizeram infraestruturas. Eu aplaudo as infraestruturas.

Agora equipem as infraestruturas como deve ser (é isso que vos falta), como o equipamento velho de oftalmologia, que os senhores transportaram de um lado para o outro,...

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor sabe qual é a vida útil desse equipamento!

**O Orador:** ... como a nefrologia e a diálise que ainda não funcionam.

A esterilização, no hospital novo, ainda não funciona, e está a funcionar no velho.

Como a lavandaria. Estão a lavar a roupa no velho e no novo não fazem, Sr. Deputado José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Fale da hemodiálise, Sr. Deputado!

**O Orador:** A hemodiálise ainda não funciona, porque a obra está mal feita.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não é nada disso. O senhor sabe que não é nada disso!

**O Orador:** Em conclusão, o que o PS quis fazer foi blindar o acesso a mais dados, a mais informação, a mais pessoas que deviam ter sido ouvidas. E sabe porquê? Porque quiseram protegê-las.

**Deputado José San-Bento (PS):** Noventa mil páginas!

**O Orador:** Gente que devia ser responsabilizada por atitudes que tomaram...

**Deputado José San-Bento (PS):** Os senhores queriam ouvir 70 entidades em 90 dias úteis de comissão!

**O Orador:** ... durante a governação nas empresas, no Governo, etc.

Os senhores protegeram,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Os senhores é que não escreveram isso!

**O Orador:** ... blindaram, não quiseram ouvir, rejeitaram que fossem ouvidos.

Isto, Sr. Deputado, os açorianos têm que saber.

Os senhores não quiseram revelar a dívida da saúde. Sempre falsearam números.

Eu disse em fevereiro, nesta casa, daquela tribuna, que a dívida da saúde rondaria...

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Deputado, tivemos um debate neste parlamento acerca disso há dois meses!

**O Orador:** Sr. Presidente, eu gostaria de terminar.

**Presidente:** Vai terminar, Sr. Deputado. Faça favor de continuar.

**O Orador:** Eu disse nesta casa, daquela tribuna, em fevereiro, que a dívida da saúde rondaria os mil milhões de euros. Pequei por defeito!

Os senhores quiseram esconder, mas a Inspeção-Geral de Finanças trouxe-a ao de cima e de forma transparente.

O Sr. Deputado Pedro Gomes esqueceu-se de acrescentar aí nas Parcerias (já não estão, evidentemente, mas se estivessem ainda aumentava mais essa dívida) o Centro de Radioterapia em mais 62 milhões de euros.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Não estava inscrito! Se estivesse inscrito aumentaria!

**O Orador:** Já agora, era bom que os senhores também se lembrassem 700 + 331 + 62 que lá estariam em fevereiro, na altura.

Já agora era bom que pagassem as dezenas de milhões de euros de dívida de curto prazo que devem aos fornecedores, que estão aflitos e a despedir funcionários.

Muito obrigado

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)*

**Presidente:** Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

**(\*) Deputado José Cascalho** (*BE*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir as conclusões de um relatório sobre a saúde na Região Autónoma dos Açores.

Em dois meses e meio, a poucos meses, sabíamos que as conclusões deste relatório não iam verter os aspetos que consideramos essenciais dos problemas da saúde da Região, uma aérea que, como todos conhecem, é complexa.

Não estou aqui a minorizar o trabalho realizado na Comissão, atenção!

O que constatamos, independentemente das conclusões do relatório, é que o Serviço Regional de Saúde, um serviço que presta às populações um serviço inestimável, tem de ser avaliado, se presta ou não um bom serviço às populações. É isso que levará à melhoria desse serviço.

**Deputado José San-Bento** (*PS*): Noventa e cinco por cento, cumpre!

**O Orador:** É aí que reside o problema, porque este serviço apresenta, nesse aspeto, algumas lacunas que consideramos que são sérias.

Há, nas ilhas de maior demografia, ausência de médicos de família para dezenas de milhares de pessoas, que põe em causa os serviços primários de saúde e uma atitude preventiva na saúde.

Continuamos a obrigar a população a ir aos hospitais, o que onera os serviços prestados.

Há um crescente número de listas de espera e do tempo de espera para as diferentes especialidades e cirurgias. Chega por vezes a mais de dois anos.

Foi noticiado recentemente como as maiores listas de sempre.

Este é que é o verdadeiro barómetro do serviço de saúde, o barómetro que identifica se as pessoas estão ou não a ser bem servidas pelo nosso Serviço Regional de Saúde.

Mas a política seguida neste setor está cada dia que passa a pôr em perigo o objetivo deste serviço, o servir as pessoas.

A suborçamentação crónica que tem vindo a ser denunciada por nós e por muitos outros e outras entidades, é uma razão fundamental para que o serviço tenha uma tão má prestação e que leva já agora, numa altura de empobrecimento da população, à imposição das taxas moderadoras.

Esta situação de suborçamentação não é nova, vem de longe e para tornear este problema o que faz o Governo? Cria novas empresas no setor, como sejam hospitais empresa, cria a SAUDAÇOR e procura resolvê-lo através das engenharias financeiras só possíveis nestas empresas de direito privado, mas, como é óbvio, o défice escondido acaba por vir ao de cima.

Do nosso ponto de vista, todo este processo não só é errado do ponto de vista económico-financeiro, como leva à proliferação de conselhos de administração, dos interesses instalados, etc., etc., etc.

O Bloco de Esquerda diz: é necessário inverter este caminho que onera o Serviço Regional de Saúde e que retira os recursos onde eles são necessários servir as pessoas.

A par disto é importante denunciar o constante desejo de privatizar partes/fragmentos do Serviço Regional de Saúde. É interessante ver aqui o Deputado San-Bento vir defender um Serviço Regional de Saúde público, quando há iniciativas para a sua privatização, mesmo da parte do Partido Socialista.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não, não!

**O Orador:** Estas privatizações, como se tem provado no Continente, têm vindo a aumentar os encargos públicos e a diminuir a satisfação dos utentes.

O famigerado Centro de Radioterapia nos Açores, um desastre para as finanças regionais como provou o Tribunal de Contas, é um exemplo paradigmático do aumento dos encargos que encarretam este modelo de negócio.

Mas vejam o que fez o Governo Regional: para um serviço único, para os doentes oncológicos, coloca nas mãos de um privado, através de um mecanismo financeiro em que a empresa contratada recebe dinheiros públicos para montar a infraestrutura e já tem na carteira anos de contrato para a explorar. É o novo modelo PPP empacotado..

**Deputado José San-Bento (PS):** Não é empacotado!

**O Orador:** ...do Partido Socialista.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não é, não senhor!

**O Orador:** Sras. e Srs. Deputados:

Se esta proposta fosse ao Tribunal de Contas tinha sido chumbada.

Mostramos, assim, que o Governo Regional responde aos interesses instalados, ao invés de responder às necessidades das pessoas, como era seu dever.

Disse.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito bem!

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso é uma acusação gravíssima e profundamente injusta!

**Presidente:** Vamos prosseguir.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que o Governo tem a dizer em relação ao relatório da Comissão de Inquérito ao setor da saúde, é obviamente mostrar-se satisfeito com as conclusões retiradas, em que não houve qualquer apuramento de responsabilidades políticas...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Está toda a gente satisfeita com as conclusões!

**O Orador:** ... no desenvolvimento destes investimentos no setor da saúde.

Obviamente estamos satisfeitos com aquilo que temos conseguido para o setor da saúde.

**Deputado José San-Bento (PS):** Quem não deve, não teme!

**O Orador:** Nunca, como nesta legislatura, se investiu no Serviço Regional de Saúde.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Inaugurámos um novo hospital, o hospital da Ilha Terceira.

**Deputado José Cascalho (BE):** E as listas de espera?

**O Orador:** Inaugurámos o novo Centro de Saúde da Graciosa; as obras do Centro de Saúde da Madalena estão a decorrer, mesmo aqui na ilha do lado; as obras do Bloco C estão a decorrer a bom ritmo, aqui, no Faial; vamos lançar ainda a primeira pedra do Centro de Saúde de Ponta Delgada; vamos começar (esperamos!) a ampliação do Centro de Saúde de Santa Maria.

Obviamente que temos consciência de que todo este investimento é uma “pedra no sapato” dos partidos políticos que concorrem agora às eleições.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Quais?

**Deputado José San-Bento (PS):** O seu também!

**O Orador:** Sabemos isso!

É isso que justifica a Comissão de Inquérito que quiseram fazer ao setor da saúde.

Mas estamos de consciência tranquila. Desde o início que estamos de consciência tranquila e demos todos os dados. Estivemos sempre presentes para responder a todas as perguntas dos Srs. Deputados, em Comissão.

Gostaria também de dizer que se houver alguma dúvida de algum Deputado desta casa que não tenha participado nos trabalhos, eles estão disponíveis para consulta. Podem ser ouvidas todas as declarações que foram feitas, que foram gravadas. Poderão ver que respondemos a todas as questões que foram colocadas, por muito que queiram vir para aqui dizer que não respondemos ou que as conclusões não são as que foram plasmadas no relatório que aqui foi lido.

Portanto, o Governo está de consciência tranquila em relação a esta Comissão de Inquérito e congratula-se com o resultado da mesma.

Não queremos agora deixar de poder fazer referência a duas ou três questões que foram entretanto abordadas aqui no debate. Não vamos fazer aqui uma segunda Comissão de Inquérito, obviamente. Houve um tempo para isso e foi bastante extenso.

**Deputado João Costa (PSD):** Para o ano há mais!

**O Orador:** Mas há aqui novidades que foram introduzidas, nomeadamente em relação à dívida do setor da saúde.

Foi aqui referido pelo Sr. Deputado Pedro Gomes que o relatório da Inspeção-Geral de Finanças dizia que as responsabilidades futuras do novo hospital eram de 370 milhões.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Aí é que está o problema!

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** 381!

**O Orador:** Sr. Deputado, na página 18 do relatório da Inspeção-Geral de Finanças, se o Sr. Deputado ler, diz que a PPP do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira são 139 milhões de euros.

Há aqui um engano deliberado de 200 milhões de euros, talvez para chegar aos 1000 milhões de euros que quer o Sr. Deputado dizer que é a dívida da saúde.

Uma responsabilidade plurianual não é dívida, Sr. Deputado. Portanto, não pode ser considerada, nem mesmo aumentando fantasiosamente mais 200 milhões de euros, como o Sr. Deputado aqui fez e de um modo errado.

Por outro lado, gostaria também de dizer, em relação ao CDS e em relação àquilo que foi aqui dito de que a informática não funciona no Serviço Regional

de Saúde hoje, que qualquer utente do Serviço Regional de Saúde sabe que pode ir a um centro de saúde, que não seja o da sua área de residência, e que o médico que o estiver a atender tem acesso a todos os medicamentos que ele está a tomar e a todos aqueles que já tomou.

Portanto, a prescrição eletrónica funciona precisamente assente na arquitetura que foi o SIS-ARD.

Está a ser utilizado o *Data-Center*, estão a ser utilizados os computadores que foram comprados precisamente em todos os centros de saúde.

Portanto, é falso dizer que nada foi feito na informática. Muito foi feito e continua todos os dias a ser feito e a ser investido.

**Deputado João Costa (PSD):** A telemedicina está parada!

**O Orador:** Não podemos ficar parados.

Se correu mal o SIS-ARD, temos que continuar a investir e continuar a equipar as nossas unidades de saúde com o que de melhor existe a nível nacional.

Relativamente à localização da radioterapia na Ilha Terceira ou em São Miguel, tivemos oportunidade de esclarecer isto na Comissão. Foram muitas as perguntas dos Deputados.

Ficou claro – e foi uma das conclusões – que não havia um promotor privado que quisesse investir no hospital da Ilha Terceira.

Portanto, ambos mantiveram a proposta, no fim de tudo, de investir apenas em São Miguel.

O Governo não vai gastar neste investimento um cêntimo do seu orçamento. É um investimento totalmente privado.

Portanto, não serve vir aqui dizer que seria mais barato localizá-lo na Ilha Terceira, porque não vamos gastar um cêntimo no investimento do Centro de Radioterapia, que vai ser construído ao pé do Hospital do Divino Espírito Santo.

Relativamente ao facto do novo hospital da Ilha Terceira ainda ter alguns serviços a funcionar no velho hospital, é verdade. Tem a diálise, que ainda está a funcionar no velho hospital, e a esterilização.



Mas é falso que a lavandaria ainda esteja. A lavandaria já está e sempre esteve no novo hospital

O próprio serviço de nefrologia está funcionar no novo hospital.

O único departamento que está a funcionar é a diálise que é feita aos doentes e por uma questão de segurança, que tem a ver com a água.

**Deputado José San-Bento (PS):** Exatamente! E o senhor Deputado sabe!

**O Orador:** Nós salvaguardamos, acima de tudo, a segurança dos doentes.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O nosso objetivo é, até ao fim do mês de setembro, ter, quer a esterilização, quer a diálise, a funcionar no novo Hospital da Ilha Terceira.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Por último, gostaria de dizer, em relação ao Bloco de Esquerda, que relativamente aos indicadores que medem a melhoria, a eficácia ou o desempenho do Serviço Regional de Saúde, obviamente que a nós preocupa-nos as listas de espera. Não são cirurgias urgentes, mas são cirurgias que têm que ser feitas.

Temos programas de recuperação de listas de espera em cirurgia e estamos precisamente a confirmar o interesse das pessoas em manter-se nessas listas de espera, que vão arrancar em breve.

Também queremos dizer que, o que importa, em relação ao Serviço Regional de Saúde, é perceber o nível de satisfação das pessoas.

Realizámos um inquérito a cerca de 1500 açorianos, para saber o que pensam do atendimento que é feito nos hospitais. Apenas 5% dos açorianos não está satisfeito com o serviço que é prestado pelos hospitais da Região.

**Deputado João Costa (PSD):** O senhor tem que ir à Graciosa!

**O Orador:** Isto atesta bem a importância que os açorianos dão ao Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de alguma forma de referenciar a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento e dizer-lhe o seguinte:...

**Deputado José San-Bento (PS):** Não comente! Não há paciência!

**O Orador:** Lamento, do ponto de vista pessoal, que não continue neste Parlamento, mas politicamente considero que é uma vantagem para aqueles que tiveram oportunidade de discutir consigo.

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor chamou-me tantos nomes e agora vem fazer essa referência?

**O Orador:** O Sr. Deputado é um adversário difícil, por isso quero deixar aqui esta referência.

Sr. Deputado José San-Bento, esta foi a parte boa, agora vem a parte má.

**Deputado José San-Bento (PS):** É sincera!!!

**O Orador:** A parte má, Sr. Deputado José San-Bento, é a parte em que nós não podemos concluir outra coisa, a não ser o seguinte:

**Deputado José San-Bento (PS):** Tem muita graça!

**O Orador:** Eu também não estou a dizer para ter graça, porque ter um setor da saúde com mais de 1,000 milhões de euros de dívida, completamente endividado, colocando em causa a prestação dos cuidados de saúde aos açorianos, porque os senhores suborçamentaram....

**Deputado José San-Bento (PS):** E o Deputado Vasco Cordeiro é o culpado!

**O Orador:** ... (a culpa não é do Sr. Secretário da Saúde, é do Governo, das ações políticas que suborçamentaram este setor) isto não tem piada nenhuma.

O que tem piada é colocar em causa o futuro do setor da saúde. Isso é da vossa responsabilidade.

A juntar à incompetência técnica que há em muitos destes setores, ficou provado também que há culpa política, porque os senhores fizeram esta suborçamentação do setor de uma forma premeditada, absolutamente inconsequente, de uma forma em que os senhores sabiam perfeitamente que estavam a colocar em causa os cuidados de saúde da população açoriana. Isto não tem piada nenhuma, Sr. Deputado.

**Deputado José San-Bento (PS):** É uma vergonha o senhor não ter participado nos trabalhos da comissão!

**O Orador:** Não tem piada nenhuma deixar um setor afundado com mais de 1,000 milhões de euros.

É essa a conclusão e não posso chegar a outra conclusão.

Podemos atribuir aqui culpas ao Sr. Secretário da Saúde?

Penso que o Sr. Secretário da Saúde, neste processo todo, o que demonstrou foi uma enorme fragilidade política.

Neste setor, o que devia ter dito era:

- Meus senhores, com o setor suborçamentado desta maneira, eu não posso continuar neste lugar.

O Sr. Secretário da Saúde aguentou, estoicamente, durante 4 anos a dizerem-lhe assim:

- Nós damos apenas 50% do dinheiro que o senhor precisa.

Foi o que senhor fez. Prestou um grande serviço político ao Partido Socialista e ao Governo, com desprestígio para a sua imagem,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Foi uma pena o senhor não ter participado nos trabalhos da comissão!

Faltou a todas as reuniões!

**O Orador:** ... porque não teve os meios que necessitava para enfrentar os problemas do setor.

Portanto, em relação às conclusões, elas são muito simples:

Neste setor, como nos outros, é particularmente evidente as vossas opções políticas.

A vossa governação é um desastre.

Vem agora o Sr. Deputado Vasco Cordeiro dizer que tem uma solução, agora, de repente, como se não tivesse pertencido ao Governo e não tivesse sido Secretário da Economia.

Sr. Deputado, o senhor não pertenceu ao Governo?

Não tomou opções orçamentais?

Não sabia que estava a criar um endividamento do setor absolutamente insustentável?

Agora é que acordou, como candidato, para a situação em que o senhor rubricou todos os anos uma situação do ponto de vista orçamental que era insustentável?

Agora estamos perante uma situação muitíssimo difícil e o senhor o que é que me diz?

- Bom, agora vamos começar a orçamentar como deve ser!

Agora?! Depois de ter uma dívida desta dimensão e de ter os problemas, do ponto de vista financeiro, que temos para o futuro?

Agora que a Região não tem praticamente margem de manobra do ponto de vista financeiro por causa das asneiras que os senhores fizeram?

Agora é que vai orçamentar como deve ser?

Agora que criaram esta situação, este buraco tremendo?

Eu tenho a dizer que o Sr. Deputado, ex-Secretário da Economia, tem grandes responsabilidades sobre esta situação.

As responsabilidades que o senhor tem, não apagam com essas declarações de “agora, sim, vamos orçamentar!

Grande parte da culpa sobre a situação em que o setor está é sua, enquanto Secretário da Economia.

**Deputado José San-Bento (PS):** Grande intervenção!!!

Foi uma pena ter faltado a todas as reuniões! Fez uma grande falta!

**Presidente:** Sr. Deputado Pedro Gomes, creio que tem dois minutos. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Num Serviço Regional de Saúde com insuficiências estruturais de financiamento, como observa a Inspeção-Geral de Finanças;

Num Serviço Regional de Saúde em que os três hospitais apresentam uma situação de grave desequilíbrio económico e financeiro, com capitais próprios negativos, como assinala a Inspeção-Geral de Finanças, no seu relatório;

Numa região em que o Serviço Regional de Saúde (volto a repetir o número) tem dívidas e responsabilidades financeiras futuras de 1,039 milhões de euros, o que significa que cada açoriano tem dívidas e responsabilidades financeiras futuras no valor de 4,325 euros (repito o número, 4,325 euros);

Como é que se pode dizer que tem havido uma boa gestão na área da saúde e no Serviço Regional de Saúde?

Como é que se pode dizer que há uma boa gestão do Serviço Regional de Saúde quando todos os dias há intervenções cirúrgicas, tratamentos...

**Deputado Francisco César (PS):** Todos os dias?

**Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Todos os dias, quando?

**O Orador:** ... adiados por falta de medicamentos ou de tratamentos adequados nos hospitais, porque os hospitais não têm capacidade para pagar aos seus fornecedores.

**Deputados António Marinho e João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Como é que se pode dizer que há uma boa gestão do Serviço Regional de Saúde quando todos os dias há empresários, pequenas empresas, fornecedoras do Serviço Regional de Saúde que não recebem o seu dinheiro e que estão à beira da falência?

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

**O Orador:** Vou terminar, Sr. Presidente.

Como é que se pode dizer que perante este estado de coisas há uma boa gestão do Serviço Regional e Saúde?

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A maioria socialista proclamou, ao longo destes anos, que as pessoas estavam primeiro...

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Deputado, foi uma pena não ter apresentado um projeto de resolução para podermos discutir isso!

**O Orador:** ... mas atirou as pessoas para o fim das prioridades na área da saúde.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado José San-Bento (PS):** 95% de satisfação, Sr. Deputado!

**O Orador:** Esta maioria socialista devia pedir desculpa a todos os açorianos pelo estado a que chegou o Serviço Regional de Saúde.

**Deputado António Marinho (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O maior problema do Serviço Regional de Saúde não é a sua dívida, a sua má gestão, a sua desorganização ou a incapacidade deste Governo de ter autoridade política.

O maior problema do Serviço Regional de Saúde é mesmo este Governo e no dia 14 de outubro os açorianos darão uma resposta clara a isto.

**Deputados António Marinho e Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** O senhor anda a dizer isso há 16 anos!

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Gomes, relativamente ao número que voltou a referir, de 1,039 milhões de euros, obviamente que não chegamos a essa conta.

O senhor parte do princípio que as responsabilidades futuras são 381 milhões de euros, quando na verdade são 139 milhões, tal como consta do relatório...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Secretário, leia o quadro todo, da página 18 à página 19! Está lá!

**Deputado João Costa (PSD):** Ele lê em verso! Só apanha partes!

**O Orador:** Sr. Deputado, é na página 18. Estão lá 139 milhões de euros. Não tem lá outro valor.

Relativamente à situação financeira na saúde, obviamente que o Governo está preocupado em honrar os seus compromissos com os fornecedores e tem feito

um esforço, desde o início do ano, para conseguir honrar com os seus compromissos.

Já reforçou, inclusivamente, os orçamentos dos hospitais. As transferências que são feitas para os hospitais foram reforçadas. Foram reforçadas em mais de 16 milhões de euros no início do ano; foram reforçadas em mais de 6 milhões de euros em maio e foram ultimamente reforçadas em mais de 10 milhões de euros, isto precisamente para acudir às empresas e aos fornecedores do Serviço Regional de Saúde. Temos essa preocupação e todos os dias trabalhamos e pagamos os medicamentos e o material de consumo, clínico, que são necessários para as cirurgias.

Foi uma falsidade que o senhor disse aqui, que todos os dias são adiados tratamentos e são suspensas cirurgias, porque não há verbas para pagar.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Todos os fornecimentos de material de consumo clínico e de medicamentos nos hospitais, neste momento estão a ser feitos a pronto pagamento.

Há disponibilidade financeira para pagar a pronto pagamento aquilo que for necessário para tratar os doentes dos Açores.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Nenhum açoriano acredita nisso que o Sr. Secretário está dizendo!

**Deputado José San-Bento (PS):** São 90%, Sr. Deputado!

**O Orador:** Gostava de lhe dizer ainda mais duas ou três coisas, Sr. Deputado.

Em relação às farmácias, por exemplo, eu gostaria de comparar o Serviço Regional de Saúde com o Serviço Nacional de Saúde.

O que eu tenho, e já está noticiado nos órgãos de comunicação social, são só as contas do Serviço Regional de Saúde: as contas fechadas dos hospitais e da SAUDAÇOR.

De forma transparente esses números são publicados.

De 2011, do Serviço Nacional de Saúde, eu não conheço um balanço consolidado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Oh!

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não diga isso, Sr. Secretário!

**O Orador:** Não existe, tal como era apanágio dos Governos Socialista em que, em tempo útil,...

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito bem!

**O Orador:** ... publicavam as contas consolidadas do setor.

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Secretário.

**O Orador:** Neste momento não existe e a comparação não pode ser feita.

Mas gostaria de dizer duas coisas:

Em relação às farmácias, por exemplo, nós pagamos, de uma forma geral, a 60 dias.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não é verdade!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Há ANF não há pagamentos a 60 dias!

**O Orador:** Há ANF nós pagamos de uma forma geral em 60 dias.

Há unidades que pagam mais depressa, outras demoram um pouco mais de tempo, mas de uma forma geral pagamos a 60 dias!

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Quem é que vai pagar as dívidas depois de maio, Sr. Secretário!

**O Orador:** A nível nacional, por exemplo, são pagas de uma forma geral a 90 dias, mais 30 dias.

Em relação à indústria farmacêutica,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E as análises clínicas?

**O Orador:** ... que aqui são os nossos armazenistas, nós, durante anos a fio, pagámos a 60 dias, enquanto tivemos a colaboração da banca, mas todos sabemos a crise económico-financeira que temos agora e a restrição ao crédito que existe.

**Presidente:** Sr. Secretário, tem que terminar.

**O Orador:** Em 2012 os nossos prazos agravaram-se mas não chegaram a metade do prazo que existe a nível nacional que são de 557 dias. É este o panorama que existe a nível nacional.

O nosso prazo médio, neste momento, é de 240 dias. É menos de metade, Sr. Deputado...



**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

**Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): São 7 meses, Sr. Secretário!

**O Orador**: ... que o seu governo paga aos fornecedores na República.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

**O Orador**: Por último (volto a dizer), aquilo que gostávamos era que nos pagassem aquilo que devem a nível dos subsistemas nacionais.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

**O Orador**: São mais de 40 milhões de euros que fazem muita falta para pagar aos nossos fornecedores.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

**Presidente**: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Creio que podemos dar por encerrado este debate sobre o relatório da Comissão de Inquérito à Secretaria Regional da Saúde.

Vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Srs. Deputada Zuraída Soares, pede a palavra para?

**Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente**: Com certeza, Sra. Deputada.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 25 minutos. Até já.

*Eram 17 horas e 11 minutos.*

**Presidente**: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, prosseguindo na Agenda.

*Eram 17 horas e 38 minutos.*

Segue-se a Anteproposta de Lei nº 3/2010.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Uma interpelação.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental, Sr. Deputado.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 55 minutos.

*Eram 17 horas e 38 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos prosseguindo na Agenda.

*Eram 17 horas e 57 minutos.*

Segue-se a **Anteproposta de Lei n.º 3/2010 – “Estabelece o Regime do Referendo Regional”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Como sabemos, houve uma Comissão Eventual para trabalhar estes assuntos de implementação e regulamentação do Estatuto Político-Administrativo.

A Comissão Eventual, neste caso, à semelhança das anteriores iniciativas que já aqui aprovámos, entendeu por unanimidade, com exceção de dois artigos, fazer uma proposta de substituição integral.

Conforme é habitual, vamos fazer o debate na generalidade do Projeto apresentado pelo PCP e da proposta de substituição integral.

Findo o debate, votamos as duas na generalidade. Sendo as duas aprovadas, votamos a que passa à especialidade e a partir daí trabalhamos com essa ao nível da especialidade.

Está aberto o debate.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Representação Parlamentar do PCP, e o PCP no seu conjunto, relativamente à questão do Referendo Regional, uma vez que ele estava consagrado constitucionalmente há bastante tempo, fez a sua primeira proposta na Assembleia da República no ano de 2008.

Essa iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, que tinha sido feita por proposta do PCP nos Açores, acabou por caducar com a

legislatura. Logo que houve possibilidade, a Representação Parlamentar do PCP recuperou essa proposta que depois mais tarde foi enquadrada nos trabalhos da Comissão Eventual.

Julgamos que esta iniciativa da Representação Parlamentar do PCP é um contributo importante para a participação dos cidadãos na vida democrática da sua Região. Esta lei orgânica possibilita a efetivação de um princípio constitucionalmente consagrado.

A partir de hoje, os cidadãos açorianos ficarão com a possibilidade de tomar a iniciativa (não hoje propriamente, é apenas uma questão simbólica, Sr. Deputado, se me permite).

Com certeza, depois da aprovação na Assembleia da República e da sua promulgação e publicação, ficarão as açorianas e os açorianos dotados de um instrumento que lhes permite participar mais ativamente na vida democrática da sua região.

Julgamos que este é também um sinal, não só do PCP mas do Parlamento, para que os cidadãos participem cada vez mais e melhor na vida política da sua Região, exercendo os seus direitos cívicos e políticos, com este enquadramento que lhes daremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Não sei se há mais intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(\*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Numa intervenção muito curta, na sequência da intervenção inicial do Sr. Deputado Aníbal Pires, dizer que é com grande satisfação que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vê, hoje, subir a este plenário esta iniciativa legislativa que visa propor junto da Assembleia da República a aprovação do regime do Referendo Regional na Região Autónoma dos Açores, a exercer junto à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, criando mais um instrumento de participação cívica e política da generalidade dos cidadãos.

Deixar também aqui uma nota. Na sequência do trabalho da Comissão Eventual, criada para este efeito, foi possível ainda consensualizar, embora não tenha sido agendada e não suba a plenário nesta Legislatura, o regime relativo à iniciativa legislativa dos cidadãos junto da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Com a sua eventual aprovação, num futuro próximo, ficará concluído o leque dos mecanismos de participação dos cidadãos junto desta Assembleia Legislativa, algo que creio que merece um destaque e um realço especial neste momento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

**(\*) Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Apenas para, em nome do Partido Social Democrata e enquanto relator da Comissão que aprofundou o trabalho relativamente à Anteproposta de Lei apresentada pelo PCP, fazer uma referência breve relativamente à consensualização desta proposta e à importância que o Referendo Regional terá certamente no ordenamento jurídico da Região Autónoma dos Açores, valorizando assim a participação dos cidadãos e aquilo que o PSD também queria ressaltar valorizando esta iniciativa.

Enquanto relator da Comissão cumpre-me igualmente mencionar que, no âmbito dos trabalhos da Comissão, o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de substituição integral que serviu também para aprofundar a consensualização em torno desta iniciativa.

Igualmente, o Partido Socialista apresentou também uma proposta de alteração a esta Anteproposta de Lei.

Nesse sentido, quanto ao trabalho da Comissão, ficaram ainda alguns diplomas por consensualizar e por terminar o processo de consolidação normativa no seguimento da terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Estou certo que a futura composição da Assembleia Regional terá oportunidade de o fazer, nomeadamente quanto aos Conselhos de Ilha, quanto à iniciativa

popular e quanto a outras iniciativas que necessitam ainda de aprofundamento e de trabalho de todos os grupos e representações parlamentares que venham a integrar esta Assembleia, para assim podermos compor o edifício normativo na sequência da terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Apenas para, em nome do Bloco de Esquerda, nos congratularmos pela subida a este plenário desta Anteproposta de Lei Orgânica que estabelece o Regime do Referendo Regional, por todas as razões: pela possibilidade do consenso encontrado e também pelo instrumento que a partir de hoje, sendo aprovada esta anteproposta, os açorianos e açorianas têm nas suas mãos para desenvolverem de uma forma cada vez mais ativa uma democracia verdadeiramente participada, que chame, que convoque os cidadãos à atividade e à iniciativa política, afastando-os do perigo das sucessivas abstenções que não ajudam a democracia e estão longe de ajudar os cidadãos e as cidadãs nesta Região.

Muito obrigada.

**Presidente:** Creio que agora não há mais intervenções. Vamos passar à votação na generalidade da Anteproposta de Lei da autoria do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A Anteproposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora, na generalidade, a Anteproposta de Lei Orgânica de substituição integral da autoria da Comissão Eventual.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A Anteproposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** As Sras. e os Srs. Deputados que concordam que, das duas propostas anteriormente aprovadas na generalidade, passe à especialidade a

proposta de substituição integral da Comissão Eventual, façam favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Deu entrada, da autoria do Bloco de Esquerda, uma proposta de alteração para os artigos 16º e 34º da proposta.

Penso que é lógico votarmos estas propostas de alteração e esses artigos, porque penso que os outros são mais fáceis, uma vez que estão consensualizados.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Relativamente à nossa proposta de alteração para o artigo 16º, de acordo com o que está escrito na proposta agora aprovada, no artigo 16º - “Forma”, nº 1, diz o seguinte:

“A iniciativa popular assume a forma escrita e é subscrita pelo menos por 3 mil cidadãos e dirigida à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”.

Eu convoco as Sras. e os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo, também neste caso, a fazer uma conta simples para perceberem que a proporcionalidade existente e exigida para um referendo nacional, proporcionalidade entre o número de habitantes (10 milhões e meio) e o número de assinaturas que são necessárias para um referendo nacional, é metade daquilo que exigimos na Região Autónoma dos Açores com 3 mil assinaturas. Mais concretamente, dizer-vos que a nível nacional a percentagem é cerca de 0,7%, enquanto que a nível regional, com a exigência de 3 mil assinaturas, é de 1,2%.

Dito de outra maneira. Nós estamos a dizer aos cidadãos e às cidadãs açorianas, ao mesmo tempo que lhe pomos na mão um instrumento de democracia participativa e os convocamos a utilizá-lo, que eles vão ter o dobro da dificuldade do que tem qualquer cidadão a nível nacional.

Gostaria também de lembrar que a nossa dispersão territorial, as dificuldades reconhecidas de mobilidade, os custos, os horários e o histórico de participação ativa menos exercitados, aconselharia a uma proporcionalidade diferente.

É por isso que o Bloco de Esquerda propõe não as 3 mil assinaturas, mas as 1.500, aproximando-se assim da proporcionalidade e da percentagem existente exatamente a nível nacional.

Por todas as razões, na Região Autónoma dos Açores, ao contrário de dificultar, nós devemos facilitar, ou então estamos a dizer às pessoas venham, estamos a dizer aos cidadãos “está aqui um rebuçado”, mas depois fazemos como as crianças, “mas vocês não o comem porque é muito difícil.

Aproveito também, se o Sr. Presidente me autorizar, a dar as razões para a segunda proposta de alteração, no artigo 34º.

O fundamento é exatamente o mesmo. Em termos percentuais e de proporcionalidade continua a bizzarria de uma exigência muito maior na Região Autónoma dos Açores do que é a nível nacional.

Com toda a franqueza o Bloco de Esquerda não encontra nenhuma razão para isso, encontrando todas as razões para que, uma vez permitido o referendo, uma vez decidido e autorizado pelo Sr. Presidente da República, não há razão nenhuma para nós dizermos que apenas 1.500 pessoas é que podem fazer parte do grupo que vai organizar o referendo.

Mas porquê 1500?

Façam as contas!

É outra vez uma exorbitância em termos percentuais.

Apresentámos uma primeira proposta onde propúnhamos (aliás foi isso que defendemos em sede de comissão) 500, no sentido de encontrarmos nesta câmara o maior consenso possível para votarmos este referendo de uma forma pacífica, pacificada, e que honre esta Assembleia e o trabalho realizado em Comissão e a proposta inicial que tudo o resto desencadeou, o Bloco de Esquerda prescindiu desses 500 e subiu de 500 para 1000, no sentido de encontrar o consenso, porque também consideramos que não é por 0,01% que os nossos princípios ou as nossas conceção vão por água abaixo.

É isso, Sras. e Srs. Deputados, que têm na mão para decidir.

Muito obrigada.

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP mantendo-se fiel ao trabalho que foi efetuado na Comissão e à proposta que vem de um trabalho aturado que aí foi feito, votará contra as propostas do Bloco de Esquerda, mantendo-se assim fiel ao trabalho que foi feito na Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraída Soares faça favor.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pretendia esclarecer o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Há aqui um equívoco. É que nós não estamos a falar de lealdade, porque a proposta de substituição integral que entregámos na Comissão tinha lá os 1.500. Estamos a ser igualmente leais à proposta que apresentámos, tendo consensuado tudo o mais.

Portanto, não estamos a falar de lealdade, nem de moralidade. Estamos a falar da proposta política e de conceção política. É para isso que estamos nesta Casa. Só queria fazer este esclarecimento à câmara.

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, parece-me que há aqui algumas dificuldades de ordem semântica.

Eu não sei se falei em lealdade. Penso que disse que era fiel ao trabalho da Comissão.

Não se trata aqui de ser menos leal ou menos desleal.

Eu tenho conhecimento de que esta posição do Bloco de Esquerda era a posição inicial e que evoluiu depois para a proposta que aqui chegou.

Aquilo que estou a dizer apenas, e do conhecimento que tenho dos trabalhos da Comissão, foi que o Bloco de Esquerda nunca consensualizou esta posição.

Portanto, não se trata do Bloco de Esquerda não ser fiel.

Trata-se do PCP ser fiel.



É evidente que V. Exa., Sra. Deputada, está a manter, aliás com alguma maleabilidade, a sua proposta inicial, e assumida com certeza.

Eu não percebo qual é a sua dúvida, uma vez que aquilo que eu disse foi relativamente à posição do PCP, que mantém a sua posição, a posição de reforço que foi feita na Comissão.

É apenas isso, Sra. Deputada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Vamos passar à votação da proposta de alteração do BE para o artigo 16º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 11 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 2 votos a favor do BE.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 16º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar a proposta de alteração do BE para o nº 1 do artigo 34º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 11 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 34º da proposta com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 11 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, proponho agora (creio que posso fazê-lo, já que parece haver consenso absoluto nessa matéria), que votemos em bloco os restantes artigos (223) da proposta da Comissão.

É isso que passo a colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos. Trata-se do **pedido de autorização para o Deputado Artur Manuel Leal de Lima se pronunciar por escrito, na qualidade de eventual responsável financeiro, sobre o anteprojeto de relatório da auditoria realizada ao município de Angra do Heroísmo – dívida pública e encargos plurianuais (relato de auditoria - processo n.º 11/104.02), que corre termos na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.**

O Sr. Deputado foi ouvido pela CAPAT. Manifestou o seu consentimento nessa audição.

O relatório foi distribuído e, conforme é hábito, vou colocá-lo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vou colocar à votação a seguinte proposta de deliberação.

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro.”

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

(\*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, permitam-me umas breves palavras.

Já todos percebemos que este será, pelo menos, o último plenário ordinário da legislatura (convém ser sempre prudente).

O nosso contrato eleitoral que celebrámos com os cidadãos por quatro anos está a terminar.

Gostava, com toda a sinceridade, de agradecer a todos os Srs. Deputados, aos que continuarão com a sua experiência nesta Casa e na nova Assembleia e aos que não continuarão mas que prestaram, com certeza, de acordo com as suas convicções e com a sua dedicação, um grande serviço à Região Autónoma dos Açores, à Democracia e à Autonomia.

Gostava naturalmente de agradecer a todos os membros dos órgãos desta Assembleia que sempre comigo trabalharam com lealdade, espírito construtivo e dedicação: os Srs. Vice-Presidentes, os Srs. Secretários, os senhores substitutos de secretários, a Sra. e os Srs. Líderes Parlamentares cuja colaboração foi essencial na cogestão política desta Casa.

Gostava também de deixar uma palavra de agradecimento aos Srs. Funcionários pela dedicação.

Naturalmente, ao Governo, que depende desta Assembleia, também agradecer aos seus membros o alto serviço público prestado.

O povo vai ter a palavra soberana.

Com certeza decidirá bem.

Este Parlamento continuará a ser, certamente, o coração da Autonomia e sendo a garantia da democraticidade e da autonomia nos Açores.

A todos muito obrigado.

Até sempre!

*(Aplausos da Câmara)*

*Eram 18 horas e 18 minutos.*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

*Partido Socialista (PS)*

**Berto** José Branco **Messias**

**Francisco** Miguel Vital Gomes do Vale **César**

**Rogério** Paulo Lopes Soares **Veios**

**Vasco** Ilídio Alves **Cordeiro**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António** Augusto Batista Soares **Marinho**

**António** Lima Cardoso **Ventura**

**Berta** Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**

**Cláudio** Borges **Almeida**

**Clélio** Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

**Duarte** Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

**João** Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

**José Francisco** Salvador **Fernandes**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

*Partido Socialista (PS)*

**António** Gonçalves Toste **Parreira**

**José** Gaspar Rosa de **Lima**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Cláudio** José Gomes **Lopes**

**Francisco** da Silva **Álvares**

(\*) Texto não revisto pelo orador

## Documento entrado

### 1 – Requerimento:

**Assunto:** [Solicitação do estudo de ampliação e alargamento do cais do Porto da Casa na ilha do Corvo](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)

**Data de Entrada:** 2012.09.05

**Referencia:** 54.04.09 – N.º 695/IX.

### 2 – Projeto de Decreto-Lei:

**Assunto:** Regulamenta o processo de extinção da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários - MSSS - (Reg. DL 431/2012) - n.º234/IXº

**Autor:** Gabinete do Conselho de Ministros

**Entrada:** 2012 – 09-04

**Comissão:** Assuntos Assuntos Sociais

**Data limite do parecer:** 2012.09.24.

### 3 – Comunicações/Informações:

**Assunto:** Ofício a comunicar o cancelamento do Projecto de Resolução n.º 46/2011 – “Recomenda ao Governo Regional que assegure a participação, com um âmbito estatisticamente relevante, do sistema educativo açoriano no Relatório PISA 2012”

**Autor:** O Deputado Paulo Estêvão do PPM

**Data de Entrada:** 2012.09.05.

#### **4 – Relatório e Parecer:**

**Assunto:** Projeto de Decreto-Lei que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-lei n.º 79/2011, de 20 de junho – MAMAOT – (Reg. DL 417/2012).

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Entrada:** 2012. 09. 05.

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco